



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**FRANKLIN OLIVEIRA SILVA**

**FORMAS E FUNÇÕES DAS INTRODUÇÕES REFERENCIAIS**

**FORTALEZA**

**2013**

**FRANKLIN OLIVEIRA SILVA**

**FORMAS E FUNÇÕES DAS INTRODUÇÕES REFERENCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Linguística. Área de Concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização  
Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

**FORTALEZA**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

S58f

Silva, Franklin Oliveira.

Formas e funções das introduções referenciais / Franklin Oliveira Silva – 2013.

126 f. : il., enc. ; 30 cm.

Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Linguística.

Orientação: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

1.Língua portuguesa – Referência. 2.Análise linguística. I.Título.

---

CDD 469.01456

FRANKLIN OLIVEIRA SILVA

## FORMAS E FUNÇÕES DAS INTRODUÇÕES REFERENCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Linguística. Área de Concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

### BANCA EXAMINADORA

*Mônica Magalhães Cavalcante*

Prof. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará

*Leonor W. dos Santos*

Prof. Dra. Leonor Werneck dos Santos (1ª Examinadora)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Maria Helenice Araújo Costa*

Prof. Dra. Maria Helenice Araújo Costa (2ª Examinadora)  
Universidade Estadual do Ceará

*Ricardo Lopes Leite*

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite (3º Examinador)  
Universidade Federal do Ceará

*Mônica de Souza Serafim*

Prof. Dra. Mônica de Souza Serafim (4ª Examinadora)  
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dra. Silvana Maria Calixto de Lima (Suplente Externo)  
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dra. Maria Margarete Fernandes Sousa (Suplente Interno)  
Universidade Federal do Ceará

A Deus, pela torcida organizada com anjos no Céu e na Terra.

A minha esposa Clescy, que embarcou comigo nessa aventura sem olhar para trás.

A meus pais, meu porto seguro, exemplo de família que quero construir.

À Mônica, que recategorizou minha vida com seus ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e paciência, por tão bem iluminar minha vida e por tantas lutas que me tem acompanhado. Também por ter me protegido na estrada de Teresina a Fortaleza, pela qual tenho viajado para estudar, há tantos anos. E na estrada da vida pessoal e acadêmica, por que tenho caminhado, sentindo a cada momento Sua presença fortalecendo minhas escolhas.

À professora Dra Mônica Magalhães Cavalcante, minha “Mamadi”, que me ensinou não só lições teóricas, mas lições de vida. Em shoppings, cafés, restaurantes e no caminho até o carro também se constrói o conhecimento! Enfim, pelo carinho, apoio e principalmente pela amizade. A orientação da tese se encerra, a amizade continua, e por isso todo o doutorado já valeu a pena.

À minha esposa Clescy, pelo amor incondicional, pelos chocolates oferecidos nos momentos de angústia enquanto eu estava em frente ao computador. Enfim, por todos os gestos de companheirismo, sempre mostrando que eu não estava sozinho. Passamos por muitas dificuldades, mas sempre tivemos a certeza de que nossas escolhas estavam certas. Obrigado por ter me escolhido.

A minha família. “Seu” Francisco e “dona” Margareth, por serem meus primeiros mestres antes de tudo, formando em mim o que sou hoje. Espero ter seguido a lição. Obrigado também a meus irmãos, sobrinhos e cunhado pela torcida.

A minha grande amiga Mariza, não só pela acolhida em sua casa (quando tirou os próprios pais do quarto para nos recepcionar), pela mesa farta no “cafezinho simples” com direito a todo tipo de queijo, bolo e pão. Acima de tudo, obrigado por me incentivar com uma palavra amiga sempre que precisei.

Ao grande amigo Valdinar, em quem vejo outro grande exemplo a ser seguido. Agradeço pelas sugestões na qualificação da tese e na etapa dos seminários de pesquisa. Foi um dos amigos que ajudou o barco a navegar com um direcionamento, não me deixando à deriva.

A minha amiga Silvana Calixto, companheira de mestrado e excelente profissional. Elegância, inteligência e competência em tudo o que faz. O mundo precisa dessas qualidades. Obrigado pelas discussões teóricas e pelas não teóricas também. O curso de Letras/Português da Uespi tem sorte de tê-la em seu quadro.

A minha amiga-irmã Suelene, pelos telefonemas, abraços e por ter compartilhado o mesmo mantra revigorante: “Tudo vai dar certo”! Sei que Deus nos

dá força para lutar sempre mais e aprender grandes ensinamentos. Você e eu somos prova disso. Deus te abençoe sempre, maninha.

Às irmãs do Lar de Nossa Senhora de Fátima, que cuidaram tão bem de meu pai quando ele precisou. Vocês foram anjos enviados no momento certo: no dia 13 de maio, dia de Nossa Senhora de Fátima, no leito 13, quando Deus nos deu mais uma chance de ter nosso velho conosco. Obrigado pela sopa, pelas orações e pelo aprendizado.

Aos amigos da UFC: Jamille, Paloma, Vicente, Sâmia, Alexandra, Adriana, Antenor...Obrigado por acolher esse forasteiro do Piauí. Fazer doutorado é também fazer amigos!

Aos secretários do PPGL, Eduardo e Antônia, sempre prontos a nos atender com dedicação, fornecendo as informações necessárias para o bom andamento do curso.

Aos amigos do grupo TLC (Treinamento de Liderança Cristã), minha segunda família. Com vocês recarrego minhas energias: junto a Deus, com nossa escola de vivência; e junto a vocês, como nossas pizzas nos finais de semana. Os amigos são, de verdade, a família que a gente escolhe.

Lutar com palavras  
é a luta mais vã.  
Entanto lutamos  
mal rompe a manhã.  
São muitas, eu pouco.  
Algumas, tão fortes  
como o javali.  
Não me julgo louco.  
Se o fosse, teria  
poder de encantá-las.  
Mas lúcido e frio,  
apareço e tento  
apanhar algumas  
para meu sustento  
num dia de vida.  
Deixam-se enlaçar,  
tontas à carícia  
e súbito fogem  
e não há ameaça  
e nem 3 há sevícia  
que as traga de novo  
ao centro da praça.[...]  
Palavra, palavra  
(digo exasperado),  
se me desafia,  
aceito o combate.[...]

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever as diferentes formas e funções do processo de introdução referencial. Partindo da noção de texto como lugar de interação; de Referenciação como atividade dinâmica, sociocognitiva, negociada, e realizada para a construção de objetos de discurso, defendemos que tal atividade é iniciada por uma inauguração do referente manifestada por várias estratégias textuais e discursivas, as quais não se limitam a apenas representar a primeira aparição do referente no texto/discurso. Como pressuposto teórico fundamental, revisamos os estudos sobre Referenciação e as propostas classificatórias dos processos referenciais para sugerir uma análise diferente das realizadas atualmente na Linguística Textual, que contemplasse as funções das introduções referenciais. Observamos os elementos formais e funcionais ativados na introdução de referentes, em quatro gêneros textuais distintos, e relacionamos os dados encontrados com os propósitos comunicativos do gênero em que eles aparecem. Propusemos, dessa forma, um estudo que considerasse os elementos verbais e/ou não verbais presentes na composição textual. Assim, optamos por analisar, nesta tese, quarenta textos, divididos em quatro gêneros textuais jornalísticos (a saber, nota jornalística, editorial, charge e tirinha), distribuídos em dez exemplares de cada gênero textual. Partimos da ideia de que é possível: 1) inaugurar um objeto de discurso sem expressão referencial, 2) descrever a construção de sentido realizada por meio de um amálgama entre o verbal e o visual, 3) introduzir um referente utilizando marcas intertextuais, 4) verificar a existência de expressões referenciais marcadas com recategorização. A partir dessas hipóteses, aplicadas à análise de nossa amostra, definimos algumas formas e funções para esse processo referencial: quanto à forma, encontramos expressões referenciais aparentemente neutras, ou seja, sem quaisquer marcas com cargas avaliativas; referentes manifestados por imagens; palavras e/ou imagens com marcas intertextuais; e expressões referenciais com marcas explicitamente avaliativas e, portanto, recategorizadoras. Em relação à função, encontramos o papel já esperado de inauguração dos referentes no texto/discurso; a orientação do ponto de vista desde o título e ao longo do texto; o encapsulamento de porções textuais e o “estranhamento” inicial sobre o referente, fazendo o leitor buscar, durante a leitura, a confirmação de quem é o objeto citado nas palavras e/ou imagens utilizadas no gênero textual.

**Palavras-chave:** Linguística Textual. Referenciação. Introdução referencial

## ABSTRACT

The objective of this work is to describe the different forms and functions of the process of referential introduction. Departing from the notion of the text as the place of interaction; of Referentiation as socio- cognitive, dynamic activity negotiated and realized for the construction of the objects of discourse, we defend that such activity is initiated by an inauguration of the referent manifested by various discursive and textual strategies, of which not limited only to represent the first appearance of the referent in the text/discourse. As fundamental theoretical assumption, we reexamine the studies on Referentiation and the classificatory proposals of the referential processes in order to suggest a different analysis from the ones realized currently in the Textual Linguistics, that used to contemplate on the functions of the referential introductions. We observe the functional and formal elements activated in the introduction of the referents, in four distinctive textual types, and relating the data found to the communicative purpose of the type in which they appear. We proposed, this way, a study that would consider verbal and/or non- verbal elements present in the textual composition. Thus, we opted to analyze in this thesis, forty texts, divided into four journalistic textual types (those are: journalistic note, editorial, charge and comic strip), distributed on ten exemplars of every textual type. Departing from the idea that it is possible to: 1) inaugurate an object of discourse without referential expression, 2) describe the construction of meaning realized through an amalgam between the verbal and the visual, 3) introduce a referent utilizing inter-textual marks, 4) verify the existence of the referential expressions marked with recategorization. From this hypothesis, applied to the analysis of our sample, we defined some forms and functions for this referential process: as to the form, we found referential expressions apparently neutral, namely, without any marks with evaluative weight and, therefore, recategorizing. In relation to the function, we found the already expected role of the inauguration of the referents in the text/discourse; the orientation from the point of view since the title and along the text; the encapsulation of the textual portions and the initial "strangeness" about the referent, making the reader search, during the reading, the confirmation of who the object cited is, in the words and/or the images utilized in the textual type.

**Keywords:** Textual linguistics. Referentiation. Referential introduction.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Charge Dilma .....	32
Figura 2 – Tirinha Rango.....	35
Figura 3 – Tirinha Mafalda.....	36
Figura 4 – Tirinha Mafalda.....	36
Figura 5 – Tirinha livre.....	37
Figura 6– Charge Serra.....	38
Figura 7- Propaganda Gás Natural .....	42
Figura 8 – Quadro Monet .....	48
Figura 9 – Charge traição.....	50
Figura 10 – Nota Eike Batista.....	83
Figura 11 – Nota Ligeirinho .....	84
Figura 12 – Nota Filha de peixe .....	86
Figura 13 – Nota Loucas pelo Brasil .....	89
Figura 14 – Editorial Cachoeira .....	91
Figura 15 – Editorial Ideias Rosas.....	93
Figura 16 – Editorial Alberto .....	96
Figura 17 – Charge profeta .....	99
Figura 18 – Charge Beatles.....	101
Figura 19- Capa Beatles .....	102
Figura 20 – Charge Tesoura .....	104
Figura 21 – Propaganda Barbearia do “vein” .....	105
Figura 22 – Charge Dilma e Beto .....	105
Figura 23 – Tirinha Solde Teresina .....	107
Figura 24 – Tirinha Morte .....	109
Figura 25 – Tirinha Magali.....	110
Figura 26 – Tirinha Cascão e Urubu .....	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos gêneros jornalísticos.....	24
Quadro 2 – Relações intertextuais ( PIÉGAY –GROSS, 1996).....	45
Quadro 3 – Processos Referenciais.....	62
Quadro 4 – Proposta Classificatória das introduções referenciais .....	70
Quadro 5 – Introduções referenciais quanto ao tipo de remissão .....	71
Quadro 6 – Categorias para análise de introduções referenciais.....	78

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 A NOÇÃO DE TEXTO</b> .....	<b>18</b>
2.1 Tecer é Preciso .....	18
2.2 Os Gêneros Textuais: organizando e compreendendo a realidade.....	22
2.2.1 O gênero nota jornalística .....	25
2.2.2 O gênero editorial.....	28
2.2.3 A charge.....	31
2.2.4 A tirinha.....	35
2.3 A produção de sentidos em textos multimodais .....	39
2.4 O fenômeno da Intertextualidade.....	45
<b>3 REFERENCIAÇÃO</b> .....	<b>53</b>
3.1 Breve panorama sobre os estudos de referenciação .....	53
3.2 Processos Referenciais: propostas classificatórias .....	61
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>78</b>
4.1 Caracterização da Pesquisa .....	78
4.2 Métodos de Procedimento.....	78
4.2.1 Delimitação do universo .....	78
4.2.2 Categorias de análise.....	79
4.2.3 Procedimentos de coleta .....	81
4.2.4 Procedimentos de análise .....	81
<b>5 INTRODUÇÃO REFERENCIAL E SUAS FACES</b> .....	<b>83</b>
5.1 Notas jornalísticas: criatividade, crítica e humor .....	83
5.2 Editoriais: a opinião declarada .....	91
5.3 Charges: Imagem e palavra a serviço da crítica política .....	99
5.4 Tirinhas: o humor, a ironia e a intertextualidade em cadeia .....	108
5.5 Síntese dos resultados .....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>121</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo já se discute na Linguística Textual sobre a questão da referência (e em outras áreas também, como na filosofia, psicologia, etc.). A partir do final do século XX, esta discussão ganhou um caráter discursivo e cognitivo. Depois de uma mudança teórica, na qual alguns pesquisadores resolveram abdicar da concepção representacional da linguagem, aderindo a uma crença na instabilidade constitutiva existente na relação entre língua e realidade, os estudiosos da Linguística Textual passaram a utilizar não o termo referência, e sim *referenciação* (MONDADA e DUBOIS, [1995] 2003), acreditando tratar-se de uma atividade linguística de “negociação” de sentidos, de construção de versões do real, e não mais uma representação fiel dessa realidade. Esse novo enfoque procura destacar o caráter dinâmico atrelado ao processo de referir, além de enfatizar a participação dos sujeitos envolvidos nessa negociação de sentidos dos referentes.

Devemos ressaltar também que a atividade de referenciação é um procedimento estratégico, uma vez que os interlocutores selecionam expressões e modos de operar na dinâmica de construção do texto/discurso, ativando conhecimentos considerados por eles como de fácil reconhecimento para o leitor/ouvinte. É, portanto, uma atividade social e cognitiva. É exatamente essa a natureza das atuais pesquisas sobre referenciação: uma natureza sociocognitiva (KOCH, 2003, 2004).

Há um número considerável de trabalhos sobre a referenciação e sobre os processos referenciais. Todavia, muito do que já foi estudado sobre esses processos que participam da elaboração dos sentidos dos textos versa sobre os casos de anáfora e suas retomadas aos referentes explícitos (ou não) dentro do texto.

As pesquisas sobre referenciação até agora realizadas ora estudam uma estratégia de referenciação específica, ora sugerem propostas classificatórias para orientar as análises dos processos referenciais. No primeiro caso, encontramos, por exemplo, as pesquisas sobre o fenômeno da dêixis (CAVALCANTE, 2000; CIULLA, 2002), a anáfora indireta (APOTHÉLOZ & REICHLER-BÉGUELIN, 1999; MELO, 2001; MARCUSCHI, 2005); a anáfora recategorizadora (APOTHÉLOZ & REICHLER-BÉGUELIN, 1995; TAVARES, 2003; LIMA, 2007) o encapsulamento (FRANCIS, 2003; CONTE, 2003); e a rotulação metadiscursiva (JUBRAN, 2003, 2005). No segundo grupo, estão as propostas de classificação geral dos processos

referenciais, organizadas por autores como Marcuschi (2000), Koch (2003) e Cavalcante (2003, 2004).

Sobre a introdução referencial, Cavalcante (2003) afirma que é a expressão nominal que institui um referente pela primeira vez no texto/discurso, sem que haja qualquer outro elemento que o tenha evocado antes. Como podemos observar na afirmação da autora, o que se diz sobre este processo referencial limita-se à impossibilidade de o objeto de discurso ter sido citado antes da expressão de introdução referencial. Atualmente essa é a única característica deste fenômeno apresentada por pesquisadores: quando uma expressão referencial introduz um objeto de discurso até então não convocado pelo texto/ discurso. Olhando por este lado, este processo aparenta pouca importância frente às várias funções das anáforas e suas classificações. Mas não é o que, de fato ocorre, como pretendemos mostrar nesta pesquisa.

Em Silva (2004), na tentativa de discutir sobre a objetividade do gênero textual notícia, analisamos os processos referenciais presentes em um *corpus* de 80 notícias de três jornais escritos de Teresina (Piauí). A pesquisa realizada nos revelou algo que não era esperado: a possibilidade de orientar um ponto de vista sobre o referente já na introdução referencial. Essa revelação nos motivou a mergulhar mais uma vez nos estudos sobre referenciação, agora com um foco diferente. Nosso interesse atual é pelas introduções referenciais e suas várias faces. Acreditamos ser possível analisar formas e funções desse processo referencial e, com essa análise, entender melhor como se dá a construção dos sentidos nos gêneros textuais pesquisados.

Se observarmos, por exemplo, as várias formas e funções das introduções referenciais com as quais os objetos de discurso são apresentados nos diversos gêneros textuais que compõem os jornais escritos, possivelmente verificaremos uma relação entre essas estratégias e o modo característico como cada gênero textual comporta as informações nele apresentadas. Em notícias, é esperada a imparcialidade na divulgação das informações; em artigos de opinião, a condução explícita da opinião; em charges e crônicas, podemos nos divertir com uma reprodução da realidade apresentada com humor, ironia, etc. Em todos esses casos, destacamos a necessidade de uma investigação do processo que dá origem a toda a cadeia referencial, por acreditarmos que há muito a ser dito sobre a “inauguração” do referente no texto.

Não podemos deixar de destacar que, recentemente, há esforços em demonstrar a existência de outros aspectos envolvidos na atividade de referenciação, revelando-a como um complexo processo de elaboração de sentidos. Custódio Filho (2011) comenta, em sua tese, que a referenciação é uma atividade extremamente complexa e passível de manifestações múltiplas. Em consequência desse postulado, podemos compreender que a introdução de um referente no texto/discurso pode ser viabilizada a partir de estratégias que, por exemplo, dispensam a expressão referencial.

Mais recentemente, Cavalcante (2011) a exemplo de Custódio Filho (2011), assumiu que os referentes não precisam necessariamente ser introduzidos por expressões referenciais no cotexto. A autora não descreve como esse fenômeno ocorre, mas afirma que essa posição está fundamentada na ideia de que, com ou sem menção, existe um contrato de coparticipação entre os sujeitos envolvidos no processo referencial permitindo a entrada do referente no cotexto com ou sem menção referencial, desde que se torne acessível na interação.

O panorama que traçamos até aqui dá provas de que os estudos de referenciação vêm progredindo bastante, principalmente no sentido de redimensionar os limites de análise sistematizada pelos atuais quadros classificatórios dos processos referenciais, com o intuito de mostrar a complexidade e a heterogeneidade desse fenômeno textual e discursivo.

Assim sendo, queremos neste trabalho analisar diferentes casos de introdução do referente para assim contribuir com os estudos de referenciação, mostrando a importância deste fenômeno na elaboração dos sentidos do texto.

Acreditamos que é preciso ampliar o conceito desse processo referencial e, para isso, levantamos as seguintes hipóteses: a possibilidade de haver introdução do referente mesmo sem expressão referencial, ou ainda descrever a construção de sentido realizada por meio de um amálgama verbo-visual; a viabilidade de introduzir um referente utilizando recursos intertextuais, além da existência de expressões referenciais marcadas com uma orientação de ponto de vista do enunciador.

O trabalho de tese tem como *corpus* uma coletânea de 40 textos encontrados em jornais e revistas, distribuídos entre os gêneros textuais nota jornalística, editorial, charge e tirinha. Destacamos que não será nosso objetivo aprofundar o estudo dos gêneros escolhidos, pois o fenômeno tratado nesta pesquisa pode ser encontrado em qualquer texto. A seleção desses gêneros se dá

apenas por fazerem parte de um mesmo universo discursivo. Observaremos, portanto, a relação entre o processo referencial e a construção de sentidos nesses gêneros.

No que diz respeito à organização da tese, distribuimos essa pesquisa em cinco capítulos. O capítulo 1, introdução, apresenta o cenário em que se insere este trabalho, explicando a temática e a divisão dos capítulos.

O Capítulo 2 trata da noção de texto para a Linguística Textual (LT). Nele expomos um panorama de como esse conceito foi abordado pela LT até os dias atuais. Apresentamos a importância do leitor e da interação na constituição dos sentidos dos textos. Mostraremos também a necessidade de incluir e analisar o fenômeno da multimodalidade presente em alguns deles, com o uso de elementos verbais e não verbais; e, por fim, discutiremos como a intertextualidade pode nos ajudar a revelar funções para as introduções referenciais. O capítulo 3 é dedicado ao estudo da referenciação e seus processos referenciais. A primeira parte do capítulo apresenta o que se dizia e o que se diz hoje sobre os referentes, principalmente sobre as introduções referenciais, para mostrarmos o quanto ganha o estudo da referenciação se aprofundarmos o olhar sobre as características ainda não reveladas das introduções referenciais.

O capítulo 4 corresponde à metodologia. Mostramos, inicialmente, os procedimentos utilizados na seleção e análise do *corpus*, para, em seguida, no capítulo 4, procedermos à análise propriamente dita, de acordo com os procedimentos analíticos adotados na metodologia.

No capítulo 5, apresentamos a análise dos dados. Detalhamos as formas e funções encontradas em cada exemplo escolhido do *corpus* para ilustrar as ocorrências mais recorrentes e, por fim, discutimos de forma geral as categorias encontradas, relacionando-as aos gêneros textuais apontados na pesquisa.

## 2 A NOÇÃO DE TEXTO

A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a desconfiar que não foi propriamente dita.

*Mário Quintana*

Neste capítulo, apresentaremos inicialmente a evolução do estudo da Linguística, passando do enfoque formalista à abordagem pragmático-discursiva da Linguística de Texto propriamente dita. Destacaremos algumas noções de texto (KOCH, 2002,2004; MARCUSCHI, 2008 e BEAUGRANDE, 1997) consideradas ao longo do desenvolvimento das pesquisas nessa área e trataremos também da leitura e do papel do leitor na elaboração dos sentidos do texto (KLEIMAN, 1989 e SOLÉ, 1998). Em seguida, abordaremos o fenômeno da intertextualidade e a classificação das relações intertextuais por copresença e por derivação (KRISTEVA, 1974; KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007), para identificarmos sua presença nas introduções referenciais e descrever como ela atua na inauguração dos referentes do texto. Por fim, trataremos sobre a multimodalidade (RAMOS, 2009; KRESS e VAN LEUWEEN, 1996, 2006) para fundamentarmos nossa análise da apresentação de referentes por meio de elementos visuais e verbo-visuais.

### 2.1 Tecer é Preciso

A tarefa de definir o que é texto pode representar um desafio teórico dos mais difíceis, pois esse objeto de estudo é investigado por diferentes disciplinas das ciências humanas, relacionada ou separadamente. Segundo afirma Hanks ([1989]2008, p. 118), disciplinas, tais como a filosofia, a sociologia, a antropologia e a linguística, utilizam termos como “textualidade”, “texto”, “discurso” e, por sua natureza multifacetada, para ele são dados vários conceitos, atrelados ao tipo de estudo que se propõe.

A expressão “Linguística de Texto” foi utilizada pela primeira vez por Harald Weinrich (1966, 1967), para quem toda a Linguística deve ser considerada necessariamente Linguística de Texto. No entanto, no intervalo entre as décadas de 1950 a 1960, os trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, que já apontavam para a proposição do texto como uma unidade legítima de estudo da

língua, enquadram-se como precursores da Linguística textual<sup>1</sup>. Autores como Harris, Pike, Hjelmslev, Jakobson e Benveniste, dentre outros, destacam-se pelas contribuições oferecidas, a exemplo do primeiro esboço de uma definição de texto (Hjelmslev), do redimensionamento do quadro das funções da linguagem (Jakobson) e do enfoque da intersubjetividade do uso da linguagem (Benveniste).

Essas noções foram desenvolvidas ao longo da evolução dessa área da Linguística e, segundo Koch (2002), variam de acordo com a noção de língua e de sujeito.

Uma das concepções, descrita pela autora, considera o texto como simples “artefato lógico”, uma representação mental do autor. O resultado dessa construção seria captado pelo leitor a fim de reconhecer as intenções de seu produtor. Essa noção está associada à ideia de que a língua é a representação do pensamento.

Em outra noção descrita por Koch (2002), o texto é considerado como um produto codificado, elaborado a partir de um código linguístico que, por sua vez, deveria ser decodificado pelo leitor. Esse conceito revela um caráter passivo do interlocutor, para quem o texto deve apenas transmitir informações, além de estar relacionado à noção de língua como instrumento de comunicação, um sistema de regras linguísticas para codificar e decodificar a comunicação.

Atualmente, considera-se o conceito de texto relacionado ao de ação, interação. O texto, então, é tomado como um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentido dos textos. Adotamos, na esteira de Marcushi (2008), o postulado de Beaugrande (1997, p.10) de que “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”. Não é, portanto, limitado a uma representação ou a uma codificação de ideias; bem mais que isso, é resultado de uma ação linguística que ultrapassa os limites do cotexto, pois ativa, de forma contextualizada, estratégias, expectativas, conhecimentos linguísticos e não linguísticos para concretizar uma negociação de sentidos entre os interlocutores.

---

<sup>1</sup> Os trabalhos representativos desse estágio são os de P. Hartman (1964), R. Harweg (1968), E. Gulich (1968), W. Koch (1971), H. Weinreich (1964, 1976), J. PetöP (1978), na Alemanha; Van Dijk (1972), na Holanda; Firth (1957) e Halliday, Hasan (1973, 1976), na Inglaterra; Mathesius (1961), Firbas (1971) e Danes (1970), em Praga; Z. Harris (1952) e K. Pike (1967), nos Estados Unidos. Todos eles citados por Fávero e Koch (1983,1988), Koch (1994) e por Marcuschi (1998).

Adotando esta última concepção, Koch reforça a ideia de texto como *lugar de interação* quando diz que:

Na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. (grifos da autora) (KOCH, 2004, p. 32-33)

Essa concepção enquadra-se também no modelo reconstrutor de leitura proposto por Levy (1979), que considera o ato de ler como uma interação do leitor com o próprio autor, em que o texto apenas apresenta “pegadas” das intenções deste último (KATO, 1986). Dessa forma, a leitura é um processo discursivo no qual autor e leitor são vistos como produtores de sentido. O sentido é construído da inter-relação entre eles. Dessa perspectiva, vê-se o sentido como uma coprodução, resultante de uma ação negociada.

Sobre isso, Kleiman reflete:

Numa visão de leitura como interação a distância entre dois sujeitos, não há apenas uma leitura ou uma interpretação possível; duas interpretações diversas podem ser igualmente aceitáveis, adequadas, desde que ambas sejam respostas ao texto concebido como uma unidade significativa do discurso, embora deva haver convergência entre os leitores sobre o conteúdo referencial do texto, especialmente sobre o seu conteúdo referencial específico. Podemos então considerar que, quando o texto é apenas concebido como uma série de estímulos para um processo de associação aleatória, não temos leitura (KLEIMAN, 1989, p. 92).

Na visão interacionista, a leitura é concebida como prática histórica, social, o que demanda compreendê-la considerando a complexidade nela envolvida. Ler, dessa forma, põe os sujeitos como agentes, e é fundamental entender que na complexidade das relações sociais devem ser considerados interesses distintos (ou não) para o ato da leitura.

É importante considerar as condições de produção de um texto como também os objetivos de leitura do leitor. Se este desempenha papel decisivo na produção de sentido do texto, a leitura e a produção de sentido dependerão dos objetivos de leitura que o interlocutor imprime ao texto. Esses objetivos determinarão as estratégias de leituras que orientarão o progresso discursivo que o leitor irá imprimir

no seu ato de leitura. Enfim, os interesses aqui são múltiplos, uma vez que o ato de leitura é uma ação colaborativa e não unilateral.

Para Solé, quando se defende o processamento do texto sob um olhar interacional, deve-se observar que:

Para ler necessitamos, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias; precisamos nos envolver em um processo de previsão e inferência contínua, que se apoia na informação proporcionada pelo texto e na nossa própria bagagem, e em um processo que permita encontrar evidência ou rejeitar as previsões e inferências antes mencionadas. (SOLÉ, 1998, p. 23)

A compreensão e a interpretação do texto, então, estão relacionadas à interação que se dá no processo de leitura, leitor/texto, conforme aponta a autora:

A interpretação progressiva do texto, isto é, a elaboração de sua compreensão, envolve determinar as ideias principais que ele contém. É importante estabelecer que, embora um autor possa elaborar um texto para comunicar determinados conteúdos, a ideia ou as ideias principais construídas pelo leitor dependem em grande parte dos seus objetivos de leitura, dos seus conhecimentos prévios e daquilo que o processo de leitura em si lhe oferece com relação aos primeiros (SOLÉ, 1998, p.30).

E continua:

as interpretações que – a partir das previsões e de sua verificação – vamos realizando no decorrer da leitura implicam a dedução do fundamental do texto com relação aos objetivos que nos levaram a lê-lo e nos permitem orientar nossa leitura de uma maneira cada vez mais precisa e crítica, tornando-a mais eficaz (SOLÉ, 1998, p.31).

Koch (2003) afirma que, para compreensão do texto e para sua coerência, a inferência é um mecanismo importante a ser utilizado pelo leitor no processamento do texto. A autora afirma ainda que a inferência, como uma operação mental, uma estratégia do processamento textual, se conceitua como “aquilo que se usa para estabelecer uma relação não explícita entre dois elementos do texto” (KOCH, 2003, p 70). Koch esclarece que as inferências são as ligações que os leitores estabelecem no texto quando tentam interpretar o que leem ou ouvem. As inferências sempre estabelecem relação entre duas partes do discurso.

Brown e Yule (1983), citados por Koch (2003), mostram que uma das dificuldades de leitura é limitar as inferências a apenas aquelas necessárias e

relevantes para a interpretação negociada na relação leitor-cotexto-autor. Em resumo, a inferência permite chegar a uma compreensão mais aprofundada do que a mera compreensão literal do texto. Compreender um texto implica inferir sobre o que se lê (título, tema, objetivos, enquadramento do texto...) a partir daquilo que se sabe. A inferência permite dar coerência ao que se lê, gerar novas informações a partir do que está escrito, evocar informações que devem ser adicionadas ao texto e completá-lo.

Muitas das inferências necessárias para a compreensão e interpretação dos textos só são possíveis por causa do reconhecimento dos gêneros textuais e de seus parâmetros. Os interlocutores, munidos desses modelos e de suas previsões quanto às estratégias textuais discursivas recorrentes em cada texto, produzem e leem melhor. Veremos de forma breve no tópico seguinte um pouco dessa teoria.

## **2.2 Os Gêneros Textuais: organizando e compreendendo a realidade**

Ao abrirmos a maioria dos jornais e revistas, encontramos vários textos, que vão desde pequenas gravuras, fotografias, editoriais, notícias, caricaturas, até histórias em quadrinhos e charges. Com o avanço da tecnologia surgiram novos formatos de textos, a adaptação de alguns já existentes e a evolução de muitos outros. As diversidades de textos que identificamos em diversos ambientes discursivos na sociedade correspondem a padrões de gêneros textuais. Vários fatores socioculturais contribuem tanto para o reconhecimento quanto para a definição de que tipo de gênero deve ser usado no momento mais adequado à situação, seja na oralidade, seja na escrita.

Pesquisar e problematizar sobre o funcionamento dos gêneros textuais não é nenhuma novidade, porém ainda é um dos assuntos mais discutidos no campo teórico da Linguística Textual. Para compreender melhor como ocorre a interação entre autor, cotexto e leitor, é fundamental que se conheçam várias questões ligadas às pesquisas sobre texto e discurso e, dessa forma, será imprescindível entender questões como: o que realmente é considerado gênero? Qual a sua definição, sua(s) característica(s)? Como e por que eles se estabilizam? Como o identificamos e o reproduzimos?

As respostas para essas perguntas foram dadas pela primeira vez com uma noção mais geral de gêneros que se encontra em muitos dos trabalhos do Círculo de

Bakhtin, embora seja em “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1992) que as atenções apontem mais especificamente para este “problema”. Em outros textos do Círculo, os gêneros receberam outras terminologias, como, por exemplo, “formas de um todo”, “tipos de interação verbal”, “formas de discurso social”, porém, é no texto em questão que Bakhtin introduz o termo “gêneros do discurso” e o define como “tipos relativamente estáveis de enunciado” (1992, p. 279). Tal pesquisa possibilita compreender os enunciados<sup>2</sup> como fenômenos sociais concretos e únicos, historicamente constituídos nas atividades humanas, caracterizados por uma estrutura mais ou menos estável, porém suscetível a determinadas modificações/adaptações.

De acordo com Bakhtin:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos desta utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...] O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 1979:279).

Em nossa pesquisa, para fundamentar as questões sobre gêneros, recorreremos a Marcuschi (2003, 2005), que aborda os gêneros textuais<sup>3</sup> com base na ideia de que eles são categorias que se caracterizam muito mais por sua função comunicativa, ou seja, como atividades sociointeracionais, do que pela sua forma composicional. Investigamos a possibilidade de haver uma relação entre os gêneros textuais e as introduções referenciais utilizadas pelos enunciadores, uma vez que, para atender aos “objetivos linguísticos” dentro de “situações particulares”, os produtores dos textos formulam seus enunciados utilizando técnicas e recursos esperados para determinados contextos.

---

<sup>2</sup> Para Bakhtin (1992) reconhecer determinado gênero significa, pois, ser capaz de prever certas imposições que o condicionam, como, por exemplo, sua estrutura de composição ou suas regras de conduta, ou seja, o que é ou não permitido àquela determinada prática de linguagem. Assim, quanto mais competente (no sentido de dominar um gênero) for o indivíduo, mais proficiente ele será nos seus atos de linguagem e nas suas práticas sociais.

<sup>3</sup> Diferente de Bakhtin (2003), que usa a terminologia “gêneros discursivos”, Marcuschi (2003, 2005, 2008) prefere a expressão gêneros textuais. Em consonância com o teórico brasileiro, neste trabalho, optamos por utilizar essa terminologia.

Ao tratar da natureza restritiva manifestada pelos gêneros textuais, Marcuschi (2008, p. 161) também alerta para o fato de que eles são instrumentos de controle social e de exercício de poder. Por meio dos gêneros, o homem consegue atuar socialmente e, conseqüentemente, assume um lugar na rede das relações sociointerativas. Assim, ao realizar um debate, por exemplo, o professor assume um lugar como cidadão formado que se habilitou para lecionar por meio de formação acadêmica; dessa forma, sua posição dentro da relação interativa firmada com os alunos constitui um lugar hierarquicamente distinto. Essa é apenas uma amostra para o papel crucial assumido pelos gêneros textuais como ferramentas de dominação e poder dentro da sociedade.

O exercício de poder e o controle social destacados por Marcuschi também podem ser observados na seleção de palavras realizada pelo enunciador, que orienta e determina como deve ser representada a realidade por meio dos objetos de discurso introduzidos nos textos. Defendemos que há várias formas e funções para as introduções referenciais relacionadas, inclusive, ao propósito de guiar, controlar determinado posicionamento diante de um fato. Verificamos entre outras formas e funções, por exemplo, as recategorizações realizadas na inauguração dos referentes, as quais servem ao propósito do gênero textual.

Em seus estudos, Marcuschi também destaca como fenômeno atual “a maior integração entre os vários tipos de semiose: signos verbais, sons, imagens e formas em movimento” (MARCUSCHI, 2003, p. 21). Constata-se cada vez mais o emprego de elementos visuais nos textos contemporâneos. Isso pode ser consequência de um mundo cada vez mais cheio de imagens. Esse tema é de extrema relevância para o objeto estudado nesta tese, e será abordado mais detalhadamente no próximo item 2.3.

Em se tratando da esfera jornalística (campo específico em quem se inserem os textos escolhidos para a nossa pesquisa), Traquina(1993, p. 98) afirma que “todo domínio discursivo exige dos que dele participam a aceitação de regras mutuamente conhecidas e sanções para quem as transgride”. No âmbito das pesquisas de Linguística Textual, os estudos sobre os gêneros textuais e os processos referenciais têm ajudado a entender como funcionam essas regras de produção, destacando principalmente as anáforas. Esses estudos podem ser ampliados se, conforme defendemos, as introduções referenciais forem descritas em suas variedades de formas e funções. Propomos, então, que o momento de entrada do

referente no texto/discurso pode revelar características importantes para a compreensão dos sentidos.

A diversificação dos gêneros textuais jornalísticos foi gradualmente aumentando com o passar dos anos, e cada vez mais os jornalistas têm dificuldade em classificar ou definir os textos que escrevem.

Dessa forma, listaremos a seguir os conceitos adotados pela literatura do jornalismo para definir os textos que foram analisados em nossa pesquisa. Lembramos que não nos interessa aqui caracterizar exaustivamente cada gênero textual e, sim, apresentar as características que os distinguem e os compõem, dando ao conteúdo desta análise maior credibilidade científica.

### **2.2.1 O gênero nota jornalística**

O gênero nota é pouco estudado tanto na literatura jornalística quanto na literatura linguística. O pouco do que se diz é quase sempre associado ao conceito de notícia. Melo (1985, p. 48), por exemplo, analisa os gêneros jornalísticos de modo geral, sob o ponto de vista “processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)”. Em sua obra, o autor faz distinção de natureza entre os gêneros jornalísticos que se classificam na categoria informativa e os que inserem na categoria opinativa.

<b>Quadro 1: Classificação dos gêneros jornalísticos</b>	
<p><b>A) Jornalismo informativo</b></p> <p>1. Nota 2. Notícia 3. Reportagem 4. Entrevista</p>	<p><b>B) Jornalismo opinativo</b></p> <p>5. Editorial 6. Comentário 7. Artigo 8. Resenha 9. Coluna 10. Crônica 11. Caricatura 12. Carta</p>

(MELO, 1985, p. 48)

De acordo com o autor, para ser classificado como componente da categoria informativa, é preciso elaborar a informação partindo-se de um referencial exterior à

instituição jornalística: sua expressividade está relacionada diretamente ao acontecimento dos fatos e da relação que os jornalistas estabelecem com os protagonistas (personagens ou organizações).

Na categoria opinativa, a composição da informação é determinada pela instituição jornalística, e adquire características como autoria (o emissor da opinião) e angulação (visão temporal ou espacial que dá sentido à opinião).

Para Melo (1985), a diferença entre os gêneros nota, notícia e reportagem está na evolução dos fatos, na maneira como a instituição jornalística os capta e na forma como o público tem acesso a eles. A nota, segundo Melo (1994, p. 65), “(...) corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na televisão. A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”. Diferente desse conceito, acreditamos ser possível verificar a opinião marcada nas notas jornalísticas por meio de introduções referenciais, desde o título – que muitas vezes pode orientar todo o conteúdo do texto, antecipando um ponto de vista sobre as informações procedentes – até o próprio texto.

Andrade e Medeiros (2001, p. 110) ao mostrarem a diferença entre a nota jornalística e a notícia, destacam o caráter estrutural da nota: “Notícia que se caracteriza pela brevidade do texto. Pequena notícia que se destina à informação rápida”.

Em se tratando dos grandes jornais, em seus manuais de estilo e redação, nem sempre há verbetes específicos sobre a nota. Do mesmo modo, nos verbetes relacionados ao tema há descrições limitadas do gênero, nas quais não ficam claras a organização e a(s) função(s) próprias.

No manual do jornal “Zero Hora” (1994, p. 26), observamos um destaque em relação ao uso das “cartolas<sup>4</sup>”:

O uso de cartolas em “balaios” (notas curtas) segue o mesmo padrão das páginas com mais de uma fotografia. Quando houver **assuntos diferentes**, todas as notas devem receber cartolas (como se cada foto de uma página fosse produzida por um fotógrafo diferente). As notas sobre um mesmo tema na mesma página dispensam cartolas, à exceção da que domina a página (como no uso do crédito FOTOS BANCO DE DADOS/ZH, por exemplo). As notas sobre **um mesmo tema** devem ser editadas em sequência. Em notas com extensão de duas colunas, no formato horizontal e em páginas com anúncio com 31 centímetros de altura ou mais, não são utilizadas cartolas (grifos nossos).

<sup>4</sup> Cartola é uma expressão breve que identifica uma área temática (ex. violência; desemprego; clima).

No corpus aqui analisado, essa informação será de grande importância pois, além de definir o gênero, o título (ou cartola) pode revelar outras funções, além de organizar tematicamente as notas. Nele, observamos a presença de introduções referenciais que não apenas apresentam referentes, mas encapsulam, recategorizam e orientam para um ponto de vista proposto pelo enunciador.

Em virtude da suposta semelhança entre os gêneros notícia e nota jornalística, consideramos em nossa pesquisa os casos em que a informação é relatada de forma curta, conforme define o manual da Folha de São Paulo (1998). Vejamos dois exemplos a seguir:

#### (1) **PROTEÇÃO VIA FACEBOOK**

O Facebook anunciou novas parcerias e recursos para a AV Marketplace, loja de aplicativos da rede social que oferece versões gratuitas de softwares de segurança para que os usuários protejam seus computadores.

(Nota Jornalística, Folha de São Paulo, quarta-feira, 17 de outubro de 2012)

#### (2) **ESPERTEZA**

As gangs da região do bairro Bela Vista estão se comunicando através de rojões, de foguetes. Por enquanto, se desconfia que a polícia da área pensa tratar-se de comemoração de algum político. Os foguetes são disparados das seis horas da manhã até a madrugada do dia seguinte. Sempre alternados, mas tem vizinho que já descobriu que, quando se trata da chegada de droga, são três rojões ininterruptos. Quando a polícia está por perto, disparam cinco foguetes.

(Nota jornalística, O Dia, sábado, 13 de outubro de 2012.)

Conforme já anunciado nos conceitos anteriores, nos exemplos de (1) e (2) podemos perceber o pequeno espaço ocupado pelo gênero nota jornalística, bem menor que o gênero notícia. Em (1) e (2), podemos perceber no título uma tentativa de tematizar (e dessa forma, encapsular) o conteúdo do texto. Em casos como o exemplo (2), observamos de forma especial uma orientação argumentativa instaurada no título, por meio de uma escolha lexical que resume o conteúdo do texto, antecipando a opinião do jornalista. Esse é um aspecto importante, pois nele reconhecemos uma possível relação entre os diferentes propósitos do gênero textual e o fenômeno da introdução referencial, a qual, a nosso ver, é uma das contribuições da nossa tese para os estudos de referenciação.

Apresentaremos no tópico seguinte um gênero textual jornalístico que tem como principal característica a opinião marcada por recursos linguísticos: o editorial.

### **2.2.2 O gênero editorial**

Diferente das notas jornalísticas, o gênero editorial é, de acordo com a literatura sobre jornalismo, aquele que tem a opinião como principal matéria-prima. Essa característica é ilustrada nas palavras de Rabaça & Barbosa:

Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do *veículo* ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista, etc.) ou *emissão* (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa, para jornal, traços estilísticos peculiares. (...) A página editorial tem um estilo que acompanha as tendências do jornal, o próprio 'estilo' do jornal. Esse 'estilo' é equilibrado, denso ou leve, conforme a linha do veículo. (RABAÇA & BARBOSA, 1987, 254-255) (grifos do autor).

Em consonância com essa definição, Marques de Melo classifica o editorial dentro da categoria opinativa (cf. quadro em 2.2.1), ao lado do comentário, do artigo de opinião, da resenha, da coluna, da crônica, da caricatura e da carta de opinião. Segundo o autor, o editorial é “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, 2003, p. 103).

O Manual de Redação da Folha de São Paulo (2002, p. 64 e p.114) confirma esse pensamento e acrescenta outra característica típica dos editoriais: a ausência de assinatura. Esse detalhe é importante, não só para distingui-lo do artigo que é sempre assinado, mas, sobretudo, para corroborar o fato de esse gênero representar toda a instituição jornalística à qual pertence e não ser uma opinião individual.

Souza (2006, p.62) destaca que “o editorial *padrão* é gênero exclusivo dos jornais e, com o perfil que apresenta, tal gênero talvez seja mesmo exclusivo desse veículo” (grifo nosso) e aponta para a existência de outros dois tipos: “os editoriais *mistos*, isto é, aqueles que podem incorporar várias características como ser preventivo, informativo e intelectual, por exemplo”; e “os editoriais de *apresentação*, que são aqueles que apresentam um determinado número de um jornal ou de uma revista”. (SOUZA, 2006, p. 63) (grifos da autora).

Em se tratando de classificação, Pinto (2004) categoriza o editorial como um gênero discursivo argumentativo e apresenta em sua estrutura, de uma forma geral: ideias, justificativas, sustentações, negociações e conclusão. Pinto (2004, p. 1) considera o gênero editorial como “um gênero de predominância organizacional argumentativa e funcional persuasiva”. Dessa forma, o editorial como um elemento do jornalismo opinativo não poderia deixar de ser um dos gêneros discursivos presente no jornal e que expressa o ponto de vista (seja ideológico, político ou econômico) da empresa.

É ainda função do editorialista se posicionar frente a temas polêmicos, aderindo aos assuntos, ou rejeitando os que estão em foco em âmbito local, nacional ou mesmo internacional. Assim, “o editorial é resultado de uma atividade linguística produzida com dada intenção, sob determinadas condições necessárias a que se atinja o propósito visado” (ARAÚJO, 2007, p. 7).

Vejamos um exemplo:

(3)

Papel da imprensa e os limites da denúncia

Uma menina de apenas 11 anos de idade foi abusada sexualmente por dois adolescentes com idades de 14 e 15 anos, no mês passado, em Teresina. O caso tomou grande repercussão na imprensa local após divulgação do vídeo com as cenas registradas por um aparelho celular de um dos acusados. As imagens vazaram na internet e a garota, que sofre transtornos mentais e é aluna da Escola Municipal Parque Itararé, zona Sudeste, foi vítima de bullying.

O caso ganhou destaque em portais e emissoras de televisão, que foram buscar informações junto à família e os órgãos que atuam na proteção ao menor. Em alguns meios de comunicação, os representantes que acompanham o caso concederam entrevistas – e imagens do vídeo, ainda que distorcidas, foram publicadas ao vivo. O Conselho Tutelar afirma que a divulgação do material deixa a criança em situação constrangedora, além de pedir ajuda da sociedade para que preserve a imagem da vítima e denuncie os sites que insistem em exibir o vídeo.(sic)

O tratamento oferecido pela imprensa piauiense ao caso da menina de 11 anos abusada sexualmente serve como reflexão sobre a cobertura que é dada a recortes tão delicados e à função do jornalismo nessas ocasiões. O mote da questão é: abordar o fato e aconselhar a população para que barre qualquer tipo de massificação do vídeo.

Com a banalização da internet e o consumo desenfreado de aparelhos que apresentam dispositivos que fazem fotos e vídeos, casos como este devem continuar a se repetir. Cabe à imprensa saber filtrar o que pode ser exibido ou suprimido sob pena de tornar a situação ainda pior e contribuir para que mais absurdos aconteçam.

(Editorial, Jornal O Dia, 28 de novembro de 2012)

O direcionamento do olhar do leitor sobre os fatos é evidente em (3). O fato curioso é que o “aconselhamento” que se apresenta no editorial (3) é dado tanto

para o público leitor – que “consome” matérias como a relatada sobre a superexposição proporcionada pelos meios de comunicação - como também para os próprios jornalistas que elaboram essas matérias.

Não vamos entrar em detalhes sobre a análise da ocorrência que nos interessa no exemplo (3), em virtude de termos reservado esse detalhamento para o capítulo 5, quando apresentamos nossa proposta de descrição do fenômeno das introduções referenciais. O que importa destacar para a discussão que ora começamos é o fato de as expressões “Papel da imprensa” e “Limites da denúncia” não só inaugurarem referentes, como também operarem encapsulamentos de informações posteriores, e esse tipo de observação contribui para explicar a relação entre o gênero e a maneira utilizada para introduzir os objetos no texto/discurso.

O editorial (3) mostra também que o editorialista é um argumentador que elabora seu texto com o nítido propósito de influenciar o seu leitor, cativando-o, convencendo-o, fazendo-o agir ou pensar em determinada direção. O leitor - quando consciente desse papel - espera a opinião da instituição jornalística sobre um fato de repercussão social no momento, posicionamento este que o faça refletir, aderindo, ou não, aos argumentos defendidos no editorial. Espera, ainda, que o editorial diga do mundo, constituindo-o e agindo sobre ele.<sup>5</sup>

Acreditamos, pois, que o processo referencial de introdução do referente possui recursos importantes que devem ser descritos em todos os gêneros textuais, inclusive nos editoriais, para revelar o processamento da construção dos sentidos do texto.

Veremos, nos tópicos seguintes, dois gêneros jornalísticos que, além dos elementos verbais, utilizam a imagem para construir os referentes do texto. Nosso interesse em analisar casos como esses tem origem na constatação de que são poucos os estudos em que o texto é visto em sua totalidade, reconhecendo, além das palavras, outros recursos usados pelo enunciador para elaborar sentidos.

### **2.2.3 A charge**

---

<sup>5</sup> Cf. Bazerman (1997) e Marcuschi (2002).

Entre os gêneros textuais que se caracterizam pela natureza argumentativa, encontramos a charge, que, segundo Nery (1998, p. 39), é uma “interpretação crítica, inteligente e irônica”. É crítica porque opina e discute sobre fatos cotidianos, utilizando-se para isso da imagem como linguagem predominante. É inteligente porque consegue resumir e criticar, no pequeno espaço do desenho, aquilo que o autor considera como o que há de conteúdo relevante em um fato. Esse procedimento deve fazer com que o leitor compreenda do que se trata e fique informado (ou busque informações) sobre algo importante que se passa no mundo ou no país naquele dia. E, por fim, é irônica porque expõe o fato pelo ângulo do ridículo, utilizando a sátira.

Para Melo (2003, p. 167), a charge é uma “crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista”. É preciso enfatizar que o gênero textual charge é produzido pela ‘ótica do desenhista’, assim, a exemplo do gênero editorial, é opinativo, e não pode ser considerado como gênero informativo. A charge seria, portanto, um tipo de cartum “cujo objetivo é a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política” (Rabaça & Barbosa, 1978, p. 89). De acordo com esses dicionaristas, a boa charge deve procurar um assunto atual e centrado na atenção e no interesse do público leitor.

Ainda segundo Nery (1998, p. 41), “[...] a charge insere-se então a favor dos grupos ou partidos que editam o jornal e contra seus adversários”. Contrapondo-se à opinião de Nery, Melo (2003, p. 168-169) afirma que “geralmente nossos chargistas gozam de independência para produzir seus desenhos caricatos”. Dessa forma, não necessariamente refletem a opinião (e o partido) do jornal nas suas produções. Em outro ponto de sua obra, Nery (1998, p. 43-44) reconhece a liberdade de criação do chargista, reformulando seu posicionamento anterior para juntar-se a esse ponto de vista: “Hoje chargistas mantêm vínculos com as empresas jornalísticas e têm liberdade, interna e externa à empresa, para criar e veicular seus trabalhos”.

Outro autor que define muito bem esse gênero textual é Maringoni. Esse autor afirma que a charge consiste em um “penduricalho” utilizado pelo jornal para apresentar um acontecimento relevante no cenário público: “a charge é parte desses “penduricalhos” que o jornal apresenta como material de opinião. Não é à toa que ela sempre está colocada na página de editoriais, a página nobre. A charge acaba sendo uma espécie de ‘editorial gráfico’” (MARINGONI, 1996, p.86).

Em relação à função da imagem no jornalismo e no gênero charge, Grudzinski (2009) afirma que esta é fundamental nos dias atuais, pois auxilia na compreensão e interpretação dos fatos, seja por intermédio de fotos, ilustrações, charges, seja por outros recursos gráficos. Desse modo, é possível dizer que a charge atua como discurso autônomo, embora apresente um caráter intertextual e consista em uma maneira atraente de informar o leitor.

No jornalismo, a função da imagem (seja através de fotos, ilustrações, charges e todos os recursos gráficos), é explicar melhor a notícia, ajudando o leitor a compreender e a interpretar o sentido dos fatos. Dessa forma, a charge torna-se uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, funcionando como uma reprodução gráfica de uma notícia que se expõe de maneira atraente para o leitor. Afinal, a imagem é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de uma só vez (GRUDZINSKI, 2009, p.3).

Para Souza e Machado,

[...] é comum à charge apoiar-se apenas no desenho para emissão de um sentido. No entanto, há charges que também apresentam o texto verbal, e esse conteúdo verbal refere-se tanto às palavras propriamente ditas, quanto tão somente à presença de sinais de pontuação. O texto chargístico geralmente é escrito à mão e isso, obviamente, propicia ao produtor maior poder de representação figurativa, pois o sentido da mensagem pode ser reforçado e melhor atingido pelo próprio traçado das letras. (SOUZA e MACHADO, 2005, p. 62)

Como podemos observar, na charge há uma natureza predominantemente icônica relativa à imagem como representação do real, que funciona como interpretante do verbal (símbolo), podendo este último configurar-se na própria charge ou estar embutido em outras partes do jornal, em notícias e reportagens próximas, por exemplo. A presença desses dois elementos (o verbal e o não verbal) constitui a natureza dialógica da charge: palavra e imagem habitando num mesmo espaço (seja na própria charge ou dentro do jornal) estabelecem relações de complementaridade ou até mesmo de disparidade. Assim, o chargista, por meio da linguagem verbal e/ou não verbal, retrata os acontecimentos que estão por trás dos fatos ou das circunstâncias apresentadas pelos personagens. O resultado dessa integração é a produção de crítica e humor.

As ideias veiculadas nas charges deixam claro que a grande estratégia discursiva utilizada em sua elaboração é a interação entre o leitor e o autor do texto. Elas têm como missão convencer, influenciar, de acordo com uma determinada

ideologia, o seu interlocutor, tornando-o mais crítico em relação à realidade que o cerca.

Para Flôres:

A importância da charge enquanto texto decorre não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas também, como espelho do imaginário da época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projetam e reproduzem as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação. (FLÔRES, 2002, p. 10)

No que tange aos recursos utilizados nas charges, o exagero é, segundo Nery (1998), fundamental. Nesse artifício, os traços físicos ou ideológicos dos personagens reais apresentados são intencionalmente agravados, tanto que chegam a aparentar anomalias. Outro recurso usado nas charges é a metamorfose. Nele os personagens são transformados em animais, restando apenas alguns traços humanos que os identifica. Exemplificando temos Lula retratado como um sapo barbudo e Fernando Henrique Cardoso como tucano. É comum nas artes e no cotidiano associarem-se traços físicos e morais de uma pessoa a animais. Observemos esses recursos na charge a seguir:

(4) Figura 1

*Qualquer semelhança é mera coincidência*



(Charge. Disponível em <<http://blogs.d24am.com/jrlima/files/2010/09/dilma-monica-blog.jpg>> Acesso em 12 de outubro de 2012.)

No exemplo (4), temos um caso típico do recurso de metamorfose utilizado nas charges. A imagem de Dilma e Lula fazendo uma alusão aos personagens de grande sucesso de Maurício de Souza (Mônica e o coelho Sansão) demonstra de

forma bem humorada o intuito da ilustração. O chargista Júnior Lima consegue transmitir sua opinião sobre a personalidade da presidente Dilma Rousseff, por meio da Mônica, uma menina forte, dentuça, de vestido vermelho (cor do PT) e que não leva desaforo para casa, ao mesmo tempo em que utiliza a imagem do ex-presidente Lula, transformado em Sansão, usado como arma para quem a tirar do sério. O interessante é que todo esse procedimento de compreensão pode ser engatilhado tanto pela imagem como pelo enunciado que encabeça a charge. A frase “qualquer semelhança é mera coincidência”, usualmente utilizada em obras de ficção, coopera para conduzir o leitor a atestar as “semelhanças” entre os referentes em questão. Para não nos alongarmos na análise do exemplo (4), visto que faremos outras análises no capítulo 5, podemos afirmar que uma descrição mais criteriosa dos modos e papéis das introduções referenciais em casos como esse pode contribuir para melhor descrever a primeira aparição dos objetos de discurso nos textos. No caso de (4), acreditamos que uma análise dos recursos intertextuais ajudaria a definir melhor esse processo referencial.

Uma característica interessante do gênero textual charge é relatada por Melo (1994, p. 162): o autor considera que a charge é capaz de “influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais: editorial, artigo, crônica, etc”. O autor esclarece essa marca da charge e de todas as imagens publicadas na mídia: “É que a imagem, na imprensa, motiva de tal modo o leitor e produz uma percepção tão rápida na opinião que se torna instrumento eficaz de persuasão” (MELO, 2003, p. 166).

Por revelar uma leitura “diferente” daquelas oferecidas pelas notícias, as charges possuem também um nível de credibilidade significativo dos leitores. Segundo Nery (1998, p. 187-189), “centrando sua crítica na ação de indivíduos, a charge tende à personalização e a uma leitura da ação política desvinculada de instituições [...] Elas [as charges] põem diante de nossos olhos uma leitura de realidade distante daquela construída pela mídia”.

É importante destacar que muitas vezes a charge é confundida com o *cartoon* (ou *cartum*). A palavra *cartum* tem origem inglesa e distancia-se da charge, no que tange à linguagem. O *cartum* é mais acessível ao público em geral, pois aborda temas universais e atemporais, podendo ser compreendido por qualquer pessoa, em qualquer período. Já a charge é circunstancial, o que significa dizer que para

compreender sua mensagem é necessário estar atualizado diariamente sobre os fatos políticos e sobre seus personagens, dentro do contexto retratado.

A charge foi ganhando tanta importância nos últimos tempos, que um estudo realizado por Agostinho (1993, p. 314) constatou que o público, em reconhecimento, “a vê como matéria jornalística inserida nas páginas de jornais e revistas”. Para Nery (1998, p. 189), “A imprensa brasileira assimilou a charge como gênero opinativo e inseriu-a em suas páginas, criando condições para que se estabelecesse o hábito de sua leitura como parte do hábito de ler jornal ou revista”.

Para nossa pesquisa, as características apresentadas por esses autores são consideráveis, visto que tratamos da construção dos sentidos do texto na apresentação de referentes, utilizando recursos verbo-visuais. Defendemos que a introdução de referentes em gêneros como a charge pode revelar formas e funções ainda não descritas nos estudos de referenciação, e a análise de tais ocorrências pode ajudar a compreender com mais profundidade não só o fenômeno, mas também a relação dele com o gênero.

No tópico seguinte, apresentamos um gênero que também faz uso desses recursos, embora possua algumas diferenças em sua estrutura composicional.

#### **2.2.4 A tirinha**

Para explicarmos as características gerais desse gênero textual, adotaremos a noção de tirinha postulada por Ramos (2009, 2011), que defende como característica composicional desse gênero um formato regular, geralmente horizontal e retangular, com diferentes aspectos, consolidados nos processos sociocognitivos de interação. O autor destaca quatro classificações: 1) tira cômica; 2) tira seriada; 3) tira cômica seriada; 4) tira livre. Os três últimos, por serem pouco divulgados nos jornais e na internet, tendem a ser pouco conhecidos pelos leitores. Antes de nos aprofundarmos de vez no tipo escolhido, vale apresentar uma rápida síntese das principais características de cada um.

O primeiro tipo, a tira cômica, é reconhecido pelo humor. Para Ramos (2011), esse tipo se tornou sinônimo de tiras no Brasil. Em estudo sobre o gênero e sobre sua circulação, o autor observou que tais produções se assemelham ao modo de composição das piadas.

Ramos definiu um conjunto de características próprias a esse tipo de tira:

- apresenta formato fixo, de uma coluna;
- a tendência é que o formato seja horizontal, de um (mais comum) ou dois andares; em revistas em quadrinhos, pode aparecer também na vertical;
- a tendência é de uso de poucos quadrinhos, dada a limitação do formato (o que constitui narrativas mais curtas); em geral, fica entre um e quatro quadros ou vinhetas;
- a tendência é de uso de imagens desenhadas; há registro de casos que utilizam fotografias, mas são mais raros; em jornais, é comum aparecer na parte de cima da tira o título e o nome do autor; em coletâneas feitas em livros e em blogs, essas informações são suprimidas das tiras porque aparecem em geral na capa da obra ou, no circuito de circulação virtual, nas informações sobre o autor em campo específico do site;
- os personagens podem ser fixos ou não;
- há predomínio da sequência narrativa, com uso de diálogos;
- o tema abordado é humorístico;
- há tendência de criação de um desfecho inesperado, como se fosse “uma piada por dia”;
- a narrativa pode ter continuidade temática em outras tiras. (RAMOS, 2012, p. 749)

Esta tira da série Rango, de Edgar Vasques, ajuda a ilustrar esses pontos:

(5) Figura 2



(Tirinha. In: RAMOS, 2012, p. 749)

O final inesperado é o que induz o sentido de humor, característica da tira cômica e que a assemelha ao gênero textual piada. Esta também tem como marca a criação de desfechos que surpreendam o leitor/ouvinte no final da trama. Para Ramos (2011), embora parecidos, os dois gêneros diferem no processamento textual. O autor explica que, pelo fato de as tiras cômicas geralmente serem textos verbo-visuais, elas exigem a articulação das duas modalidades no mecanismo de leitura para a construção do sentido.

O segundo tipo, a tira seriada, é definida por Ramos (2009, 2011) como aquela que possui como característica peculiar a construção da narrativa por meio de capítulos. Cada tira apresentaria um episódio com um clímax no final, a exemplo de uma novela de TV. Na tira seguinte, a narrativa é retomada do ponto em que havia parado. A trama se desdobra um pouco mais e estabelece um novo suspense, a ser retomado no capítulo seguinte. E assim sucessivamente. Já a tira cômica seriada teria a característica de apresentar um final inesperado, com duas funções narrativas: criar um efeito de humor no leitor, tendencialmente na cena final, e um gancho para o capítulo da próxima tira. Na narrativa seguinte, a história é retomada e gera novo suspense e nova tirada cômica. Vejamos como isso ocorre nas tiras a seguir:

(6) Figura 3



(QUINO, Clube da Mafalda. Martins Fontes: São Paulo, p.28, 1999)

(7) Figura 4

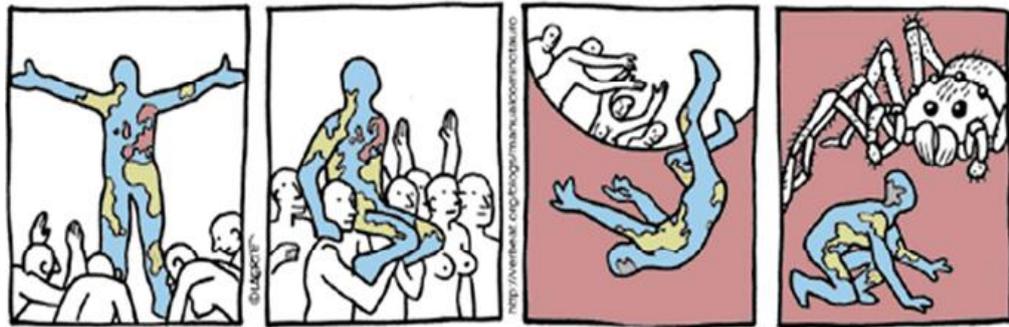


(QUINO, Clube da Mafalda. Martins Fontes: São Paulo, p.28, 1999)

O quarto caso, segundo Ramos, tem sido divulgado por meio dos trabalhos do cartunista Laerte Coutinho, no jornal Folha de S.Paulo. Trata-se da tira livre: um tipo relativamente recente no país, datando de meados da primeira década deste

século. O diferencial desse tipo é uma maleabilidade estética e temática. Tal qual o gênero textual crônica, o autor usa o espaço da tira para experimentação, elaborando nele desde uma narrativa com leitura aberta até produções que dialoguem com outras sequências textuais, como a descritiva. O exemplo seguinte ilustra esse caso:

(8) Figura 5



(Tira livre. In: RAMOS, 2010b, p.2)

Em nossa pesquisa, adotaremos a tira cômica como um dos objetos de nossas análises. Os outros casos definidos por Ramos (2009; 2011) foram apresentados aqui para mostrar as semelhanças e as diferenças entre os elementos apontados pelo autor para caracterizar cada tipo de tira. Doravante, chamaremos este gênero apenas por tirinha.

Neste gênero textual, a exemplo dos gêneros já conceituado nos tópicos anteriores, observaremos as formas e funções com as quais o enunciador apresenta os objetos de discurso e atende aos propósitos comunicativos da tirinha. Assim como na charge, acreditamos que os recursos verbais e/ou visuais cooperam nessa missão.

Se retomarmos os exemplos (6) e (7), veremos duas formas diferentes de introdução referencial. Em (6), logo no primeiro quadrinho temos as imagens de dois personagens. Essas figuras podem ou não ser reconhecidas pelos leitores como Miguelito e Mafalda, personagens de Quino. Notamos que não há nenhuma palavra no primeiro quadrinho, mas já é possível dizer que houve introdução de referentes. Em (7), os mesmos personagens são apresentados no primeiro quadrinho, mas de forma diferente. Miguelito é anunciado tanto pela imagem como pela palavra usada

na fala de Mafalda. Temos, portanto, distintas formas de introdução que precisam ser melhor descritas pelos processos de referenciação.

No tópico seguinte, tratamos, ainda que brevemente, da importância da multimodalidade na elaboração e compreensão de alguns gêneros textuais. Abordamos alguns conceitos que nos ajudaram a relacionar esse fenômeno ao processo de introdução do referente no texto/discurso.

### 2.3 A produção de sentidos em textos multimodais

Além de defender a concepção de texto como um evento comunicativo em que ações linguísticas, cognitivas e sociais atuam, Marcuschi (2008) considera que tal ideia leva a algumas consequências. Uma delas é que essa definição admitiria a noção de texto como um sistema de ligações entre distintos elementos, construído “numa orientação de *multissistemas*, ou seja, envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral *multimodal* (2008, p.80)<sup>6</sup> (grifos do autor). Para ilustrar esse pensamento, Marcuschi propõe a análise da charge a seguir:

(9) Figura 6



(Charge. In: MARCUSCHI: 2008, p. 94)

Para Marcuschi, esse gênero textual chama a atenção porque:

1. não tem orações sequenciadas;
2. não se restringe apenas ao uso da linguagem articulada;

<sup>6</sup> Segundo Kress e van Leuween (1996, p.183), os textos multimodais são aqueles que se utilizam de mais de um código semiótico, como, por exemplo, os que combinam o código visual e o verbal.

3. serve-se de um sistema semiótico diferente do que o linguístico (trata-se de um gênero *multimodal*, como todas as charges).

(MARCUSCHI: 2008, p. 95)

Outro pesquisador que também sublinha essas particularidades no tratamento dos textos é Mozdzenski (2008). O autor observa que “até pouco tempo, os modos de representação comunicacional dos textos verbais (fala e escrita) e não verbais (imagens, sons, gestos etc.) eram tratados de maneira isolada e estanque, consoante suas especificidades. Estas fronteiras, no entanto, tornam-se cada vez mais tênues.” (MOZDZENSKI, 2008, p. 21). Ele ainda acrescenta que o método de leitura de um texto multimodal deve acontecer de forma integrada entre os elementos verbais e os elementos visuais, caso contrário o entendimento da unidade global do texto será afetado.

Pensamento similar sugere Bateman (2008, p. 2), que afirma estarmos vivendo “uma “virada visual” na comunicação”, resultante de uma transformação no cenário cultural moderno que passou a adotar uma orientação visual e não verbal. Destaca, ainda, que “tem havido muitas mudanças no uso de modalidades visuais em documentos no decorrer dos últimos 50 anos e as tarefas de decodificação que os leitores enfrentam estão se tornando cada vez mais complexas” (BATEMAN, 2008, p. 6). Assim, para o autor, “a habilidade de lidar com documentos multimodais não pode mais ficar a cargo de uma aprendizagem implícita e informal, que ocorra por “osmose”, mas deve ser desenvolvida explicitamente, através de ‘letramento multimodal’” (BATEMAN, 2008, p. 7).

Dionísio (2005a, p. 191) defende que, com o objetivo de assegurar uma comunicação inteligível com o leitor, “o escritor pode jogar com uma variedade de formas em diferentes situações sociais e com diferentes objetivos. As formas visuais dessas ações sociais, resultantes das infinitas possibilidades de orquestração entre imagens e palavra, surpreendem o leitor, agradando-o ou não”. Os elementos visuais ligam-se aos recursos linguísticos não apenas para reforçar o que é expresso pelo texto verbal, mas para indicar novos sentidos, ratificando a significação global do texto, pois, de acordo com Dionísio (2005a, p. 195), “todos os elementos visuais e suas disposições nos textos podem ser analisados, uma vez que desempenham um trabalho persuasivo”.

Em se tratando da análise de textos, Cavalcante e Custódio Filho (2010) lembram que o estudo do sentido vai além dos limites da materialidade linguística.

Eles, então, enfatizam “a necessidade de uma investigação que esteja atenta aos sistemas de conhecimento acionados/construídos quando da produção e interpretação, bem como ao contexto sócio-histórico envolvido em cada situação de comunicação” (2010, p. 60).

Mondada (2005) já abordava em sua pesquisa a não exclusividade do elemento verbal na (re)elaboração dos objetos de discurso, ao analisar a “visibilidade do detalhe anatômico durante a operação cirúrgica”. Para explicar esse fenômeno, a autora destaca a expressão *you see* – traduzida como *veja aí* – a qual exerce a função de orientação espacial, apontando uma pequena estrutura anatômica (uma veia, por exemplo), durante uma cirurgia laparoscópica. Essa expressão, segundo a pesquisadora, indicava o objeto discursivizado na interação. Com esse argumento, ela demonstra como a visão pode ser um elemento direcionador da atividade referencial.

Segundo a autora:

numa abordagem interacionista da referência,[...] são as práticas referenciais manifestadas na interação social que são objetos de análise – práticas linguageiras, mas também práticas gestuais, movimentos no espaço, orientação do olhar; os referentes visados por estas práticas não são tratados como preexistindo a elas, mas como instaurados na realização e no desenrolar da atividade referencial, pela maneira mesmo como esta é reconhecidamente organizada. (MONDADA, 2005, p. 12)

A partir desse ponto de vista, a pesquisadora coloca-se a favor de uma investigação sobre os processos referenciais, levando em conta múltiplos fatores.

Ainda seguindo esse raciocínio, podemos dizer que o estudo do texto, concebido como fenômeno multifacetado, não pode se limitar a tomar como base apenas os seus aspectos verbais. Assim, concordamos com esses autores quando afirmam que:

O pesquisador deve assumir toda a complexidade do objeto e propor análises que deem conta dessa multiplicidade, considerando-se que, ainda que se configurem como não verbais, as diferentes manifestações semióticas ou os diferentes processos envolvidos em situações de interação sem o verbal passam por um tratamento linguístico quando da interpretação; essa seria a decisão mais coerente com o panorama atualmente delineado nos estudos sobre o texto (CAVALCANTE e CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 65).

Ante esse raciocínio, a necessidade de uma investigação que considere todos ou uma grande parte dos aspectos relacionados à natureza dinâmica e multifacetada do texto envolve, inevitavelmente, a multimodalidade. Se os aspectos não verbais

também concorrem, entre os vários outros fatores, para a construção do sentido do texto, o seu caráter multimodal deve ser observado em qualquer estudo.

Portanto, aceitar o alargamento dos limites do texto não pode ser encarado como uma concessão, mas, sim, como o compromisso de discutir seriamente desafios que os usos impõem, mesmo que isso signifique reconhecer a falta (provisória) de aparato teórico para tratar algumas situações. (CAVALCANTE e CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 65).

Outro grupo de autores que também discutem a questão da multimodalidade é Bentes, Ramos e Alves Filho (2010), quando indicam a natureza multimodal dos textos escritos como um dos itens “desafiadores” fundamentais para a compreensão dos processos de constituição e uso dos textos.

Assim, a nosso ver, a inserção da multimodalidade no escopo de assuntos pertinentes à Linguística Textual implica:

- um necessário alargamento do conceito de texto, de modo a incorporar nele elementos não verbais (imagem, cor etc);
- o emprego de dispositivos analíticos oriundos do campo de estudos do texto, que permita trabalhar com tais signos. (BENTES, RAMOS e ALVES FILHO, 2010, p. 398)

Acerca da ampliação do conceito de texto, reivindicada por Bentes, Ramos e Alves Filho (2010), Cavalcante e Custódio Filho (2010) dão uma significativa contribuição. Estes autores retomam a definição de texto de Koch (2004) e realizam duas alterações: acrescentam a expressão “não verbal” e eliminam o termo “linguístico”. O que resulta é uma definição de texto assentada na noção de “atividade de interação que gera a produção de sentidos”, perfeitamente aplicável tanto a textos exclusivamente verbais como a textos multimodais.

A produção de linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. (CAVALCANTE e CUSTÓDIO FILHO 2010, p. 64)

Cavalcante e Custódio Filho (2010) mostram como essa abordagem de referenciação pode ser aplicada à análise de textos multimodais. Eles utilizam como exemplo a propaganda (10) a seguir:

(10) Figura 7



(Propaganda. In: CAVALCANTE E CUSTÓDIO FILHO: 2010, p. 66)

Os autores defendem em (10) que a relação referencial anafórica da expressão “desta situação” se estabelece em um casamento entre os recursos verbais e os não verbais. O referente que se relaciona à informação sobre qual situação se trata é a imagem do marcador de combustível. Cavalcante e Custódio Filho (2010) afirmam que temos em (10) um processo de retomada anafórica cujo objeto de discurso não é está na materialidade linguística, mas em um elemento não verbal, no caso, a imagem. Segundo os autores, analisando um pouco mais o exemplo (10), é possível observar ainda que a expressão referencial “kit’s” estabelece um novo referente no texto. Para a construção desse objeto de discurso cooperam tanto elementos verbais (“mude agora o combustível”, “venha hoje para o gás natural”) como não verbais (a imagem de tubos de gás no porta-malas do carro).

Assim, na propaganda (10) acontece a introdução de um objeto de discurso (a possível falta de combustível), cujo gatilho é a imagem. Esse referente é retomado pela expressão “esta situação”, e, em seguida, é apagado para que outro objeto de discurso ocupe o foco de atenção. Esse novo referente (nunca faltar combustível) é ativado, inferencialmente, pelos elementos verbais “kit’s”, “venha hoje para o gás natural”, e pela imagem dos tubos de gás.

Como podemos confirmar no panorama traçado até aqui, o texto não deve ser estudado apenas nos limites do cotexto (inclusive quando se trata do fenômeno de introdução referencial), e sim considerando outros elementos que revestem toda a dinâmica textual. Essa natureza complexa do texto tem redirecionado nos últimos

anos os estudos da Linguística Textual para investigações de estratégias textuais-discursivas como a articulação tópica, a intertextualidade, a referenciação, dentre outras<sup>7</sup>.

Percebemos, assim, que é possível investigar outras estratégias textual-discursivas, tais como a intertextualidade e a orientação argumentativa, associadas aos processos referenciais, tomando como foco as práticas multimodais. Tais práticas são recorrentes demais para serem desconsideradas, ou para serem estudadas apenas como elementos constitutivos do estilo de determinados gêneros. Há, então, de se analisar esses recursos a fim de que as teorias possam explicar melhor fenômenos correntes nas práticas sociais, os quais necessitam de investigações mais apuradas.

Podemos resumir o que foi apresentado nesta seção dizendo que a concepção sociointeracionista de texto define um objeto constitutivamente multifacetado, o que impele à consideração e à análise de situações nas quais o verbal não é exclusivo ou predominante; esse desdobramento esperado solicita a revisão do uso de termos como “linguístico” e correlatos, uma vez que o caminho iniciado não mais se limita à exclusividade do verbal. Tudo indica que as próximas tendências investigativas se estabelecerão com base nessa observação.

A necessidade de explicações para as lacunas anteriormente destacadas (a saber: a relação entre o gênero textual e o tipo de introdução referencial; a descrição dos tipos de introdução dos referentes; e a análise de introduções referenciais elaboradas com o uso de elementos não verbais) confirma a pertinência dos pressupostos de dinamicidade e de complexidade atrelados ao texto. Essa reformulação teórica do estatuto do texto revela que o estudo dos sentidos do texto deve ultrapassar os limites materiais do cotexto.

Quando ultrapassamos a materialidade do texto, percebemos a importância da intertextualidade para esse tipo de análise. Dessa forma, apresentaremos na seção a seguir, alguns conceitos sobre esse fenômeno para que possamos considerá-lo em nossa investigação.

---

<sup>7</sup> Recentemente, esse tem sido o foco dos estudos do grupo Prottexto, liderado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Magalhães Cavalcante, do qual fazemos parte.

## 2.4O Fenômeno da Intertextualidade

A intertextualidade está diretamente relacionada com a constituição do texto. Neste estudo, procuramos investigar os mecanismos que estão envolvidos na produção de sentido no momento em que o referente é introduzido no texto/discurso. Iniciamos a apresentação dessa perspectiva com a noção de Barthes (1974), para quem:

O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiriam ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis (BARTHES, 1974, apud KOCH, 2002, p. 59).

Pensamento semelhante tem Kristeva quando mostra que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de *intersubjetividade*, instala-se a de *intertextualidade*” (KRISTEVA, 1974, p. 64, grifos da autora). Kristeva é pioneira ao estabelecer como termo técnico a palavra intertextualidade e afirmar que esta se faz presente na composição dos textos. A autora apoia-se na noção de dialogismo de Bakhtin (1929)<sup>8</sup>, para quem qualquer enunciado é na verdade resposta a outros enunciados anteriores.

Parece-nos, dessa forma, que não temos textos independentes e, portanto, considerar a intertextualidade nesta pesquisa é reconhecer essa relação que se processa entre textos e que pode contribuir para a compreensão dos processos referenciais, além de ser um dos aspectos que pretendemos estudar nos diferentes tipos de introdução dos referentes nos textos.

Koch (2004) postula a distinção entre intertextualidade em sentido amplo e intertextualidade *stricto sensu*. Enquanto a primeira é constitutiva de todo e qualquer discurso, a última acontece quando, em um texto, encontra-se inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido. A autora também afirma que a intertextualidade pode ser explícita ou implícita. Nesta, o enunciador não menciona a fonte do intertexto introduzido, esperando que o seu leitor/ouvinte reconheça a sua presença

---

<sup>8</sup> Para Bakhtin, todos os enunciados constituem-se a partir de outros. “Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem autossuficientes, conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente [...] O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunidade verbal (BAKHTIN, 2000, p. 317)

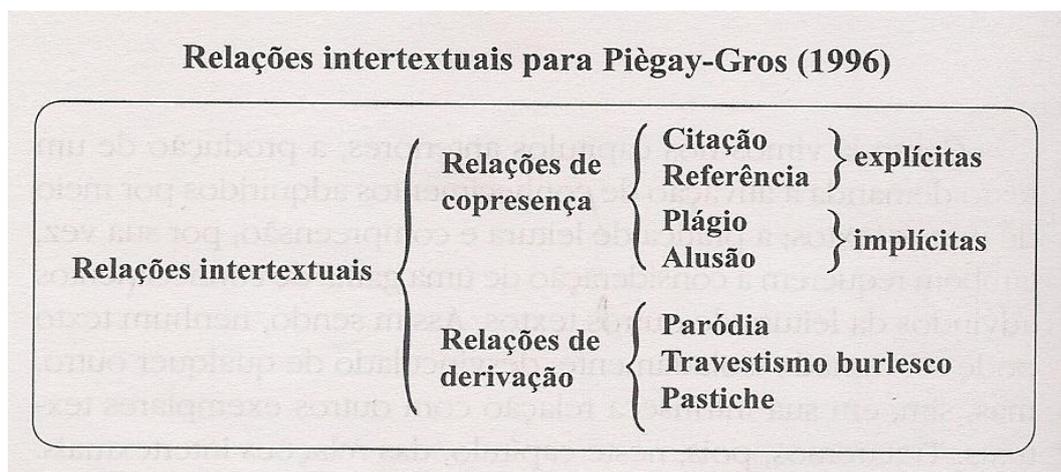
através da ativação do texto-fonte em seus conhecimentos de mundo; naquela, menciona-se no próprio texto a fonte do intertexto.

Koch, Bentes e Cavalcante (2007) retomam as categorias propostas por Koch (2004), acrescentando-lhes uma exaustiva lista de outras possíveis classificações de intertextualidade, enumeradas sob os mais diversos critérios: intertextualidade das semelhanças x intertextualidade das diferenças (SANT'ANNA, 1985); intertextualidade implícita x intertextualidade explícita (PIÈGAY-GROS, 1996); e intertextualidade por captação x intertextualidade por subversão (MAINGUENEAU, 1997).

Nesta pesquisa descreveremos as formas e as funções das introduções de referentes que colaboram na produção de sentido instaurada na relação leitor-cotexto-autor. Acreditamos que a intertextualidade é usual na produção e compreensão de todos os gêneros textuais e, assim, também pode se configurar como um importante aspecto a ser analisado em relação à operação de escolha do modo de inaugurar um referente no texto/discurso.

Cavalcante (2012) resume as relações intertextuais propostas por Piègay-Gros (1996) no quadro que veremos a seguir:

**Quadro 2 – Relações intertextuais para Piègay-Gros (1996)**



(CAVALCANTE, 2012, p. 148)

Cavalcante (2012) explica a diferença entre os dois grupos de relações intertextuais: no primeiro, podemos perceber a presença de fragmentos do texto anteriormente produzido, enquanto que, no segundo caso, o texto é uma transformação, uma derivação do texto original.

O primeiro tipo de intertextualidade apresentado pela autora é o caso da citação, como podemos observar no exemplo a seguir:

(11)

**Sem citar MST, Dilma critica invasões de terra**

A ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, presidenciável do PT, criticou hoje as invasões de terra, a ocupação de prédios públicos e considerou as invasões como "atitudes ilegais". "Sou inteiramente contrária a criar prejuízos aos que não são responsáveis pela política e sou contrária às invasões de terra", destacou ela, sem citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra (MST) e cercada por uma plateia eminentemente ruralista que visita a Agrishow, no interior de São Paulo.

Na feira agrícola, Dilma pregou também o diálogo com os movimentos sociais e procurou isentar o governo do presidente Lula de qualquer responsabilidade pelas ações desse movimento. "Governo é governo e movimento é movimento. A primeira relação é termos diálogo, mas sou inteiramente contrária à tomada de locais públicos e invasões de terra", frisou Dilma. E continuou, sob aplausos tímidos da plateia: "Não pretendo compactuar com qualquer atitude ilegal que não deve ser premiada, pois estamos todos sob os mesmos princípios legais".

(Notícia. In: CAVALCANTE, 2012, p. 147-148)

Em (11) a autora aponta nos trechos sublinhados o caso de intertextualidade por citação, o qual é conceituado como um recorte literal de um texto já produzido anteriormente e assinalado "por sinais tipográficos diversos (como aspas, recuo de margem, itálico, diminuição de fonte, etc.), que demarcam uma fronteira entre o trecho citado e o texto em que ela se encontra" (CAVALCANTE, 2012, p. 147). A autora chama atenção para a função discursiva desse recurso, pois, segundo a autora, há domínios (acadêmico ou jornalísticos, por exemplo) que necessitam recorrer a um discurso especializado para fundamentar e dar credibilidade ao que o enunciador diz.

Semelhante à citação, mas sem transcrição literal do texto-fonte, Cavalcante (2002), repetindo Piègay-Gros (1996), aponta a referência como outro recurso intertextual. Vejamos um exemplo:

(12)

Conforme defendem Du Bois e Thompson ( 1991), tomando por base o mesmo tripé proposto por Chafe, haveria, de um lado, conteúdos, situados na consciência focal, [...] e conteúdos acessíveis, localizados na consciência periférica; de outro, haveria conteúdos novos [...].

(Fragmento. In: CAVALCANTE, 2012, p. 151)

Em (12) a autora afirma não haver, em nenhum momento, um recorte de outro texto, uma citação direta, e mesmo assim é possível verificar uma marca

intertextual. Em casos como esse, a situação comunicativa exige que se identifique a origem do texto referido, reconhecendo a autoria intelectual das ideias reportadas. A ausência dessa referência seria, nesta classificação, listada como um exemplo de plágio, outro tipo de intertextualidade possível neste primeiro grupo.

A alusão, outro tipo de intertextualidade por copresença, ocorre quando há uma retomada de forma sutil, por pistas que o leitor deve perceber. Não há, como na referência, marcas diretas no texto.

(13)



(Tirinha. In: CAVALCANTE, 2012, p. 154)

No exemplo (13), Cavalcante (2002) afirma ser possível acionar, na memória do leitor, a história infantil de “João e Maria”, mesmo que não haja, em nenhum trecho da tirinha, citações ou referências relacionadas ao conto. Ainda assim, segundo a autora, é possível observar a intertextualidade presente nas imagens e nas pistas de alusão marcadas na fala do personagem Cebolinha.

O segundo grupo descrito por Cavalcante (2012) é do das relações intertextuais por derivação. Nesse grupo, a autora cita a paródia como um recurso em que a estrutura e o tema do texto são retomados em outras situações com efeitos de transformação pejorativa, humorística. Cavalcante apresenta um exemplo interessante em que a paródia ocorre em uma releitura de um famoso quadro do pintor Claude Monet:

(14) **Figura 8**

(Quadros. In: CAVALCANTE, 2012, p. 158)

Uma observação feita pela autora, importante para a nossa pesquisa, diz respeito aos casos de textos não verbais. Segundo Cavalcante:

O fenômeno da intertextualidade foi pensado para textos da modalidade escrita. Como dissemos, muito há que se repensar ainda sobre os tipos de intertextualidade aplicados a textos não verbais e a outros que misturam diversas modalidades, diversas semioses. (CAVALCANTE, 2012, p. 158.)

Para explicar o travestismo burlesco, definido por Piègay-Gros como retomada do conteúdo, embora o estilo e a estrutura sejam modificados com o propósito puramente satírico, a autora utiliza um texto retirado do site Desciclopédia, a qual possui uma natureza satírica que lembra, de forma subversiva, a Wikipedia, apontada como a maior enciclopédia coletiva da internet.

(15)

**Adolf "Lucifer" Hitler** (Braunau am Inn, 24 de novembro de 1872 - Berlim, 30 de abril de 1945), ou *Adolfinho* para os íntimos, foi um político, estadista, garoto de programa e dono de uma fábrica de caixas, nasceu em um lugar, morreu em outro, e fez um monte de coisas durante a vida.

(verbete. In: CAVALCANTE, 2012, p. 163.)

No exemplo (15), a autora chama a atenção para alguns detalhes que confirmam a classificação dada ao verbete. A subversão com relação a algumas informações (como o sobrenome "lúcifer" acrescentado ao nome de Hitler, dados imprecisos que descaracterizam a própria função social de uma enciclopédia) definem aqui o travestismo burlesco, "já que há uma transformação de um estilo, no

caso, do que consideraríamos um texto sério, passível de referências, a um texto depreciativo, com tom eminentemente satírico: é como dar uma caricatura grotesca a um “nobre” (CAVALCANTE, 2012, p. 164).

Já o pastiche se caracteriza por ser um recurso intertextual em que há imitação de um estilo com utilização da mesma forma do texto imitado. Para ilustrar esse caso, a autora recorre a um “dicionário mineirês” bem humorado:

(16)

### DICIONÁRIO DE MINEIRÊS

#### A

**Antisdonte:** Em algumas regiões de Minas pronuncia-se ÃNSDIONTI .- o mesmo que “antes de ontem” . “Antisdonte eu vi a Lindauva. Tava uma belezura, a minina”.

#### B

**Belzont:** s.p. 1. Capitar das Minas Gerais.

**Beraba e Berlândia:** s.p. 1. Cidades famosas do Triângulo Mineiro. Diz qui tem uma ôtra famosa que cumeça cum “B” e acaba com “raguari”, lá prá ‘quelas banda! O pessoar da capitár nunca sabe se a turma de lá é minerin ou não. Daí fica dizendo que é terra dos triangulinos. E óia que o povo di lá inté acha bão...

#### C

**Cadiquê:** (?!) Na forma erudita: CAUSDIQUÊ - mineirin tentânu intendê o praquê d’arguma coisa... 'Por causa de quê?'

#### D

**Dendapia:** dentro da pia. Ex: “ Muié, o galo tá dendapia”.

**Dôdestombago** - o mesmo que DODESTONGO. (dor de estômago) “Essa danada da minha úrsera dá uma baita dôdestombago.”

#### E

**Embadapia:** Debaixo da pia. Ex.: Muié, ele agora tá embadapia.

#### J

**Jizdifora:** p.d.s. 1. - Cidade minera pertín do RidiJanero, lá prá banda da Vinida Brasil nº 500.000. O pessoar da capitár nunca sabe se a turma de lá é minerin ou carioca. Daí fica dizendo que é terra dos carioca du brejo.

#### K

**Kidicarne:** medida empregada na comercialização de carne - quilo de carne - quinze kidicarne = uma arroba

(Dicionário. In: CAVALCANTE, 2012, p. 165.)

O texto (16) imita o estilo de um dicionário, embora a escrita tente reproduzir a fala dos mineiros, dando-lhe o humor desejado para alcançar os propósitos comunicativos desse texto. Trata-se, portanto, de um exemplo de pastiche porque, segundo Cavalcante (2012), há a imitação do estilo, e não a transformação de um texto preexistente, como no caso do travestismo burlesco e da paródia.

Em nossa pesquisa, o fenômeno da intertextualidade é bastante relevante por ser de acordo com uma de nossas hipóteses, um recurso fecundo na introdução de referentes em quase todos os gêneros textuais. Apenas a título de exemplificação para essa afirmação, apresentamos a charge a seguir:

(17) Figura 9



(Charge. Jornal O Dia, 09 de Nov. de 2012)

É fácil perceber que o sentido do texto (17) só é compreendido se o leitor entender a alusão a outros referentes que não foram mencionados verbalmente, mas são inferidos pelo contexto dessa charge. A imagem de um homem dentro de um guarda-roupa sendo descoberto por outro homem remete na memória supostamente compartilhada à imagem do “Ricardão”, personagem fictício que personifica a figura do amante em várias piadas. Mesmo que o leitor não saiba quem são os personagens envolvidos na charge (17), a saber: o candidato do PSDB Firmino Filho, dentro do armário, e o Senador Wellington Dias, do PT, representando a figura do marido que chega em casa e encontra outro homem dentro do seu quarto. A “mulher”, cúmplice da traição, foi representada na charge pela estrela vermelha do PT. Longe de ser a análise que pretendemos fazer nessa pesquisa, esse comentário apenas demonstra a importância da intertextualidade para os estudos linguísticos, considerando-se todos os elementos, verbais e não verbais, inseridos na composição dos textos.

Acreditamos que todos os casos de intertextualidade apresentados até aqui são igualmente relevantes para a compreensão do funcionamento dos textos. Verificaremos os casos em que os referentes são introduzidos pelo fenômeno da intertextualidade, com ou sem expressão referencial. Observaremos os tipos de

intertextualidade presentes na inauguração do referente do texto/discurso e qual a relação dessa estratégia com o gênero textual envolvido.

As ideias apontadas a partir daqui se sustentam na certeza de que as concepções propostas podem revelar mudanças importantes para as pesquisas futuras. Isso ficará ainda mais evidenciado nos capítulos seguintes, quando forem apresentadas as relações entre as reflexões que sugerimos aqui e os estudos de referência.

### 3 REFERENCIAÇÃO

É na palavra, na linguagem, que as coisas chegam a ser e são.

Heiddegger

Neste capítulo, abordaremos especificamente o fenômeno da referenciação, com o objetivo maior de destacar o objeto de estudo eleito como assunto central de nossa pesquisa.

Estruturamos esse capítulo da seguinte forma: inicialmente, apresentamos os postulados fundamentais para o entendimento sobre o ato de referir (com base em Mondada & Dubois, 2003) e a evolução da teoria. Em seguida, destacamos as propostas classificatórias dos processos referenciais, principalmente o quadro proposto por Cavalcante (2012); e, por fim, apresentamos alguns questionamentos que pretendemos esclarecer com nossa pesquisa, apontando categorias sobre as quais pretendemos nos debruçar.

#### 3.1 Breve panorama sobre os estudos de referenciação

Antes da linguística se firmar como ciência, a forma como o homem refere o mundo através da língua já era estudada sob vários pontos de vista e com as mais diversas teorias. Hoje, explicar o que acontece quando se constrói e se reconstrói os sentidos do texto é uma tarefa abraçada especialmente pela Linguística Textual. Para principiar esse estudo, o linguista deve escolher um conceito de língua que guiará todas as investigações seguintes. Atualmente, a Linguística Textual considera o texto como “o próprio lugar de interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que - dialogicamente - nele se constroem e são construídos” (KOCH, 2002, p. 17). Esse é o conceito de texto que consideramos neste trabalho para justificar também a noção de referente empregada nos tópicos seguintes.

Para Marcuschi, as atividades ligadas à referenciação e categorização são “centrais no funcionamento semântico da língua” (MARCUSCHI, 2007, p. 82). A categorização ou nomeação de diferentes objetos é atividade cognitiva humana e, sobre isso, Mondada e Dubois afirmam que “as categorias não são nem evidentes nem dadas de uma vez por todas. Elas são mais o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, controvérsias, desacordos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 28).

Outra decisão importante a ser tomada pelos linguistas é o conceito de referência. De um lado, encontram-se os estudiosos que defendem a ideia segundo a qual a língua não é um “sistema de etiquetas” que tem por função ajustar-se aos objetos, o que determina a argumentação de que não há uma correspondência direta e verdadeira entre as palavras e os objetos, ou melhor, de que as palavras não possuem um sentido que lhes é imanente. No outro grupo, encontram-se aqueles que, por sua vez, defendem que a linguagem tem por função descrever e representar a realidade e que as palavras possuem sentido preciso.

Assumimos a primeira tendência e destacamos o pensamento de Lorenza Mondada (2003, p.52), que, ao defender a ausência de uma ligação direta e verdadeira entre as palavras e os objetos, constitui um modelo baseado em um mapeamento das palavras sobre os objetos, isto é, de uma cartografia dos objetos do mundo considerado real, efetivada por intermédio da referência e da nomeação. Para Mondada (2003, p.20), as atividades humanas, linguísticas e cognitivas é que conferem, de fato, um sentido ao mundo, pois o referente só é construído “na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo”. Segundo esse fundamento, o referente - concebido como um objeto discursivo - apresenta-se como reflexo de uma versão pública do mundo, a qual, determinada por fatores sociais e culturais, constrói-se não só discursiva, mas também cognitivamente.

Em conformidade com Mondada e Dubois (1995), os estudos de Apothéloz e Reicher-Béguelin também defendem este pensamento:

De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados “objetos de discurso” não preexistem “naturalmente” à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos - fundamentalmente culturais - desta atividade.(APOTHÉLOZ e REICHER-BÉGUELIN,1995, p.142)

Seguindo a mesma posição das autoras citadas, Koch afirma que:

a referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como *objetos de discurso* e não como objetos do mundo (KOCH, 2002, p. 79, grifo da autora).

Considerar o processo de referenciação à luz da concepção sociointerativa da língua requer sustentar o princípio de que a referenciação é uma atividade discursiva, tal como propõem Mondada e Dubois (2003), Koch (2002, 2004) e Marcuschi (2005, 2007, 2008). Em outras palavras, implica a visão de que a realidade é representada no/pelo discurso, ou melhor, ela é construída no/pelo discurso, e essa produção se processa na interação. Dessa forma, como explica Koch (2004, p.51), a realidade não passa de um produto de nossa percepção cultural. Nesse sentido é que Mondada e Dubois (2003) falam em instabilidade das categorias, já que estas estão subordinadas aos discursos e a condições sócio-históricas definidas.

Ainda segundo Koch:

A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real. Ao manipularmos uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E, desse modo, também manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa (KOCH, 2002, p. 81).

De acordo com Mondada & Dubois (2003), é nas práticas discursivas historicamente situadas que os sujeitos constroem suas versões públicas de mundo. O referente, sendo visto como objeto de discurso, se ajusta à intenção e à percepção dos sujeitos falantes na construção de seus discursos. Transferir a noção de referência para a de referenciação não é apenas um ajustamento de nomenclatura, mas uma decisão metodológica, conceitual, no que concerne à visão da língua em relação aos seus processos de discursivização, de construção do mundo discursivo.

Segundo Marcuschi (2007, p.94), “dizer é um modo de construir o mundo, mas dizer é dizer para alguém, de modo que a construção do mundo pelo discurso é dialógica, isto é, interativa. Daí por que ela se dá no discurso”. Se cooperativamente os sujeitos envolvidos nas práticas languageiras constroem o mundo discursivamente, esse mundo não pode ser entendido como pronto e acabado. Cabe a cada sujeito, no processo discursivo, construir suas versões públicas de mundo, como anunciado segundo Mondada e Dubois (2003). Isso porque cada interlocutor apreende, interpreta, recorta o mundo a sua maneira. Essa construção de sentidos é fundada nas experiências sócio-históricas e culturais do sujeito, por isso o sentido é histórico, situado. A exterioridade (o cultural, o social e o histórico), dessa forma, se

relaciona com os processos internos (esquemas mentais), construindo, discursiva e intersubjetivamente, “versões públicas do mundo”. Para Marcuschi:

As referências são elaboradas e transmitidas discursiva e interativamente. [...] a referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação. Diante disso, a construção referencial deve ser tida como central na aquisição da língua, estendendo-se a todas as ações linguísticas. (MARCUSCHI, 2007, p.69).

A referenciação deve ser considerada, dessa forma, uma atividade discursiva em que o sujeito atua sobre o banco linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar o mundo, com um propósito comunicativo que orienta todas as escolhas realizadas.

Nesse processo de elaboração, o mundo é descrito a partir do emprego de categorias consideradas por Mondada (2003) como instáveis e flexíveis, tanto sincrônica quanto diacronicamente. Assim, o objeto *Dilma Vana Rousseff* pode ser sincronicamente referido, por exemplo, como *a Ministra da Casa Civil* e como *a candidata do PT à presidência da República Federativa do Brasil*. Diacronicamente, pode-se observar que, em 1970, Dilma era considerada *uma rebelde* e, por esse motivo, foi presa, sofreu tortura pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por ser considerada *uma ameaça* à estabilidade política e econômica do País. Já em 2011, a antes “rebelde” assumiu a presidência do Brasil, e foi incluída na lista das 100 personalidades mais influentes do planeta, pela revista *Times*, enquanto que uma parcela da população, não aprovava seu governo. O fato de, no mesmo espaço de tempo, ou seja, sincronicamente, Dilma ser, por uns, considerada *uma má escolha* e, por outros, *uma grande líder política*, ilustra a preocupação de Harvey Sacks<sup>9</sup> (*apud* MONDADA, 2003, p. 23) de observar e compreender como os sujeitos, em suas práticas sociais, resolvem o que ele denomina “problema de decisão de dependência”, a partir da seleção de uma categoria em detrimento de uma outra. Mais que isso, tal fato revela que, de tais escolhas, muitas vezes decorrem consequências significativas (positivas ou negativas) para aquele que é referido por esta ou aquela categorização (SACKS, 1992, *apud* MONDADA, 2003, p. 23).

Observa-se, desse modo, que, em contextos discursivos, a referência a Dilma Rousseff percorre, a um só tempo ou em momentos distintos, diferentes categorias.

<sup>9</sup> SACKS, HARVEY. **Lectures on conversation**. Cambridge: Blackwell, 1992.

Isso revela, conforme as ideias defendidas por Sacks (1992) e seguidas por Mondada (2003, p. 23), que o mais importante no estudo da categorização não é avaliar se a categoria escolhida é ou não a mais correta no que diz respeito à sua adequação àquilo a que se refere, mas, sim, observar, a partir da investigação minuciosa de procedimentos linguísticos e sociocognitivos, como os sujeitos, em suas práticas sociais situadas, referem-se uns aos outros. É importante observar que, no âmbito da política, por exemplo, pode-se dizer que a escolha de uma categoria em detrimento de outra tem consequências, não raro, ainda mais abrangentes e expressivas, uma vez que não afeta somente o objeto referido. Isso se explica pelo fato de a escolha de um representante em detrimento de outro(s) - o que parece, como vimos, encontrar explicações na seleção de categorias linguísticas - provocar consequências significativas para todo e qualquer segmento social. Lançando mão de outros exemplos que, como esses, colocam em evidência a problemática da categorização apontada por Sacks (1992), Mondada (2003, p. 33) defende que não há, de fato, uma correspondência entre as palavras e os objetos, o que torna imprescindível a conformação das palavras ao referente no contexto em que estas ocorrem, e não no mundo objetivo, isto é, no mundo considerado real. Assim, o referente, ou seja, o objeto de discurso só se constrói no decorrer do processo de referenciação, evidenciando, desse modo, que não há descrição única, universal e atemporal, uma vez que tal processo, invariavelmente, situa-se em práticas sociais (MONDADA, 2003, p.29).

Partindo, pois, do princípio de que “as categorias não são nem evidentes nem dadas de uma vez por todas” (MONDADA, 2003, p. 28), Mondada defende que a construção dos objetos de discurso se processa cognitivamente e discursivamente graças à representação cognitiva socialmente compartilhada do mundo objetivo e ao conhecimento estabilizado acerca das categorias empregadas em cada situação comunicativa.

Esse processamento sociocognitivo é definido como “uma construção colaborativa de objetos de discurso” (MONDADA, 2003, p. 35), pois “os sistemas cognitivos humanos ajustam-se à construção de categorias que se apresentam dotadas de flexibilidade, e não de rigidez, resultante de restrições impostas pela materialidade do mundo” (MONDADA, 2003, p. 24). Mas, se, de um lado, aceitar a referenciação como “uma construção colaborativa de objetos de discurso” pressupõe a construção de categorias flexíveis, por outro, revela certa estabilidade, uma vez

que, para que se efetive a construção negociada desses objetos, faz-se necessário que os sujeitos responsáveis por tal negociação tenham, acerca dessas categorias, um conhecimento prévio estabilizado. Caso contrário, a elaboração colaborativa do referente torna-se inviável, o que pressupõe, por sua vez, que, no que diz respeito à construção de objetos discursivos, nem tudo se opera somente ao longo do processo de referenciação.

É em práticas discursivas em eventos enunciativos que os sujeitos regulam e constituem suas convicções formuladas através da língua; em outras palavras, a língua é mediadora e ao mesmo tempo constituída nessas práticas. Nas palavras de Marcuschi:

A convicção aqui é a de que não produzimos frases e, sim, enunciações sempre situadas em contextos em que indivíduos se encontram em interações. A tese central nesta tradição é a de que falar ou escrever não são atividades autônomas, mas sim são parte de uma atividade pública, coletiva, coordenada e colaborativa (MARCUSCHI, 2007, p.94).

Marcuschi, fundamentado em Clark (1996, p.3), mostra que “o uso da língua é realmente uma forma de ação conjunta (...) uma ação conjunta é aquela produzida por um grupo de pessoas que agem coordenadamente” (MARCUSCHI, 2007, p.107). Assim, a língua não se encaixa como metáfora do espelho que reflete a realidade que está discretizada e dada como pronta e passa a ser negociada nas relações de interação. Segundo o autor, a língua deve ser vista como a metáfora da “lâmpada”: “a língua não é um retrato e sim um trato do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele” (MARCUSCHI, 2007, p.108). É a partir dessa noção de língua que reconhecemos os processos de referenciação e suas implicações: categorização, anáforas e inferências. A língua é que referencia o mundo e possibilita as práticas discursivas. Nessa perspectiva, o sentido e as categorizações são negociados. O interlocutor é um sujeito que age com e pela língua, ao construir o sentido, ao atribuir realidade ao mundo, pelo discurso; é, portanto, colaborador ativo na tarefa que empreende na/pela referenciação. Os objetos do discurso que referem o mundo, como diz Mondada, são negociados e redimensionados. Ou seja, os objetos de discurso não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos, mas são entendidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade. A consequência dessa postura é importante na relação entre sujeito, linguagem e mundo, porque desloca a questão do sentido a partir das categorias para a ação

colaborativa e interativa dos sujeitos e os referentes passam a ser objetos do discurso (MONDADA, 2003; MARCUSCHI, 2005).

Consideramos, então, que ao referente do discurso não se pode atribuir a realidade, mas o referente será a realidade que o sujeito escolheu representar, como mostra Ducrot: “O referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, a realidade, mas, sim, a sua realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade” (DUCROT, 1984, p.419). Assim, a palavra não é criadora da realidade objetiva, mas reflete essa realidade que se instaura como real nos textos engendrados nas práticas discursivas. Ratificando essa ideia, Cavalcante afirma que “Os referentes não são vistos como objetos do mundo nomeados pela palavra, mas como imagens que fabricamos deles.” (CAVALCANTE, 2008, p.9). Essa imagem é negociada na interação que se processa no discurso. Desse modo, não há uma única realidade, mas a realidade que se instaurou na enunciação, como aponta Cavalcante:

Nem o significado das palavras, nem os referentes pelos quais os sujeitos compreendem os objetos mundanos, nem mesmo os próprios objetos do mundo são estáveis e imutáveis, porque até estes últimos dependem da maneira como são percebidos e modelados pelos indivíduos nas práticas sociais (CAVALCANTE, 2008, p.9).

Em suma, defendemos que é na interação que o referente ganha forma e significado, já que entendemos que o referente não preexiste ao discurso, ele na verdade é construído no discurso. Koch afirma que “a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele.” (KOCH, 2005, p.34).

Pensamento semelhante tem Blikstein quando aponta que:

Referentes são uma “realidade fabricada”, que idealizamos não somente com base no que as expressões referenciais significam, mas também sob a influência do que aprendemos em nossa cultura, como se esses padrões fossem “óculos sociais” (BLIKSTEIN, 1995, p.80)

Temos, pois, que o referente é resultado das relações intersubjetivas, isto é, das relações sociais e cognitivas estabelecidas pelos falantes, bem como das negociações contextualmente situadas para se buscar um sentido, ajustá-lo, precisá-lo conforme os interesses comunicativos em jogo. Dessa perspectiva, a palavra é a representação da realidade acordada na interação em que se processa a enunciação. Sobre isso, Ducrot esclarece que:

A palavra, ao exigir ser posta em relação com um real que lhe é exterior, impede a concepção deste real como sendo diferente da imagem que dele é dada. A realidade é muda se não for o referente do discurso e, se for, parece condenada a refleti-lo (DUCROT, 1984, p.421).

A palavra, portanto, nomeia os seres e objetos do mundo físico, natural e social; mas não representa a realidade: a realidade é refletida por ela. Ela é o referente que reflete a realidade desse mundo. Como dito, objetos do discurso referenciam objetos da realidade extralinguística. Em toda essa ação, subjaz a referenciação. Para Marcuschi,

O processo de referenciação se constrói discursivamente de maneira progressiva até a identificação de algo. É nesse processo que dois indivíduos, ao interagirem linguisticamente, podem chegar a saber do que estão falando e como estão construindo seus referentes (MARCUSCHI, 2007, p.100).

Reiterando isso, reproduzimos a seguinte afirmação de Mondada e Dubois:

o processo de produção das sequências de descritores em tempo real ajusta constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo, que não preexiste como tal, mas cujos objetos emergem enquanto entidades discretas ao longo do tempo de enunciação em que fazem a referência. O ato de enunciação representa o contexto e as versões intersubjetivas do mundo adequadas a este contexto (MONDADA; DUBOIS, 2003, p.34).

Em suma, defende-se, com base nesses autores, que as categorias são antes plurais e mutáveis, não fixadas normativamente, o que significa compreender, como vimos discutindo, a referência aos objetos do mundo físico e natural, no seio de uma concepção geral dos processos de categorização discursiva e cognitiva tal como é construída nas práticas sociais situadas dos sujeitos. Em outros termos, a plasticidade implicada no processo da categorização, o que sugere a instabilidade das categorias, leva à noção de que tais categorias são negociadas nas práticas discursivas.

Com base no exposto, elencamos, em síntese, as seguintes premissas básicas e complementares que Mondada defende:

- Os objetos do discurso são de natureza instável, devendo a linguagem reelaborar a realidade;
- O mesmo referente pode passar por várias transformações (recategorizações) devido ao caráter dinâmico da referenciação;

- Toda comunicação se dá por meio de uma negociação entre os interlocutores para a construção dos referentes nos textos;
- A atividade referencial é uma operação sociocognitiva;
- Faz-se necessário estabilizar a construção dos referentes para que os sentidos sejam do texto sejam alcançados.

Dessa forma, conceber o mundo como um conjunto de signos ofertados à leitura, em que estes, de maneira transparente, remetem ao mundo é uma forma ultrapassada de compreender o fenômeno da referência. Consideramos que o referente não preexiste ao discurso, mas, antes, apresenta-se como um objeto de discurso, já que a referência “se processa por intermédio de práticas sociais multimodais e não somente linguísticas” (MONDADA, 2003, p. 39).

Após todas essas considerações sobre a construção dos referentes no discurso, apresentaremos a seguir as principais propostas classificatórias dos processos referenciais, para discutirmos o fenômeno da introdução do referente no texto/discurso.

### **3.2 Processos Referenciais: propostas classificatórias**

Na fase atual dos estudos de referenciação, após alguns acréscimos e reformulações, Cavalcante (2011), elaborou uma classificação para os processos referenciais, a qual apresentaremos e exemplificaremos para mostrar os limites alcançados na composição de um quadro classificatório desses processos.

Cavalcante (2011), dando continuidade aos inúmeros trabalhos de Koch e de Marcuschi, divide os processos referenciais em dois grupos: o primeiro deles revela a primeira aparição do referente no cotexto, aparição essa chamada de introdução referencial. O segundo grupo é o “reino das anáforas”. A diferença entre esses dois grupos diz respeito à presença/ausência de uma âncora, de um elemento ao qual o processo referencial faz remissão. Para a autora, assim como para Koch (2004), Marcuschi (2008) e outros vários autores, a introdução referencial acontece quando o referente é apresentado no cotexto sem que nenhuma outra expressão o tenha evocado anteriormente, inexistindo dessa forma uma possibilidade de remissão a algum elemento prévio. O contrário disso é chamado de anáfora, ou seja, é o

processo pelo qual se faz uma remissão ou retomada de algum termo ou porção do texto. Vejamos alguns exemplos:

( 18 ) O sujeito chega para o padre e pergunta:

- Padre, o senhor acha correto alguém lucrar com o erro dos outros?
  - É claro que não, meu filho!
  - Então me devolve a grana que eu te paguei para fazer meu casamento.
- (Piada, as melhores piadas de Casseta e Planeta, v. 4. In: CAVALCANTE, 2011,p.54)

(19) A professora tenta ensinar matemática para o Joãozinho.

- Se eu te der quatro chocolates hoje e mais três amanhã, você vai ficar com... com... com...?

E o garoto:

- Contente!

(Piada, Coleção 50 piadas – Matemática, de Donaldo Buchweitz. In: CAVALCANTE, 2011, p. 55)

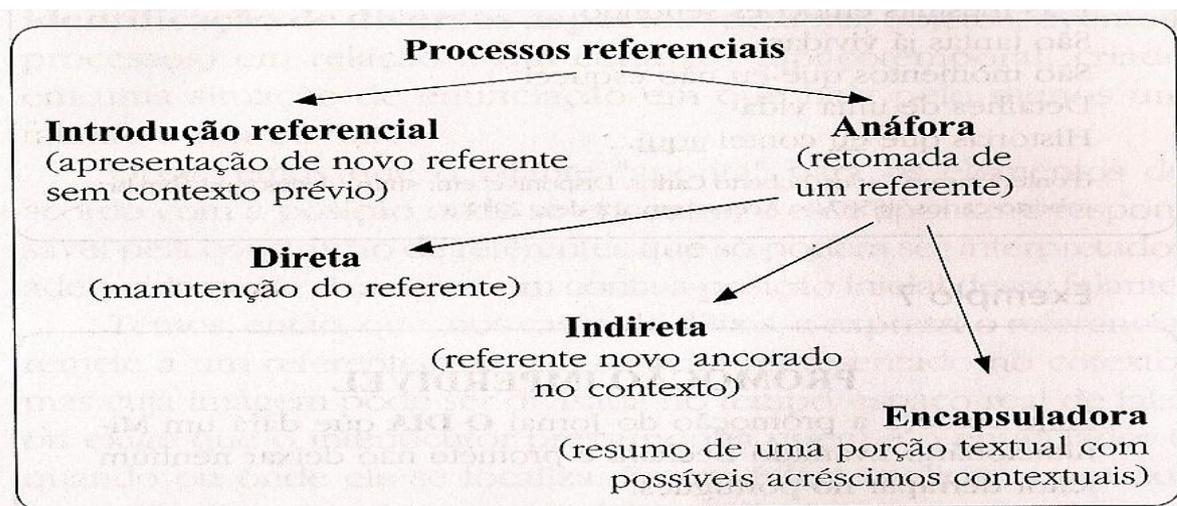
Cavalcante (2011) explica que o que separa as introduções referenciais e as anáforas pode ser observado em (18) e (19). No caso de (18), temos um exemplo clássico de introduções referenciais. Os referentes que ainda não haviam surgido no cotexto são apresentados no cotexto pelas expressões “sujeito” e “padre”, e tais expressões não fazem remissão a qualquer outro elemento prévio do texto. Já em (19), a expressão referencial destacada “garoto” está diretamente ligada a um outro termo, “Joãozinho”, construindo com ele uma continuidade e diferenciando-se enquanto processo referencial dos exemplos apresentados em (18), já que em (19) observamos a remissão, ou melhor, a retomada de um termo anterior.

Eis o primeiro critério adotado para a elaboração do atual quadro classificatório dos processos referenciais: a menção no cotexto.

Poderíamos resumir esses dois grandes processos referenciais, fundamentados nesse critério de menção no cotexto, dizendo assim: há duas funções gerais das expressões referenciais: 1) introduzir formalmente um novo referente no universo discursivo; 2) promover, por meio de expressões referenciais, a continuidade de referentes já estabelecidos no universo discursivo. (CAVALCANTE, 2011, p. 59)

A partir dessa separação, a autora formula um quadro que reúne todos os processos referenciais, conforme veremos a seguir:

Quadro 3 – Processos Referenciais



(CAVALCANTE, 2012, p. 127)

Como nosso foco está nas introduções referenciais, tratamos delas com mais profundidade posteriormente. Agora, passaremos a uma breve explicação sobre os tipos de anáfora. Utilizaremos o exemplo de Cavalcante (2011, p. 60) para melhor ilustrar estes fenômenos:

(20) “O prefeito foi visitar o hospício da cidade. Chegando na biblioteca, percebe que tem um louco, de cabeça para baixo, pendurado no teto. Preocupado, comenta com o diretor do hospício:

- O que é que esse louco está fazendo no teto?
  - Ele pensa que é um lustre.
  - Mas é muito perigoso, ele pode cair e se machucar. Por que vocês não o tiram do teto?
  - Mas e à noite, como é que a gente vai fazer para ler no escuro?
- (Piada, Coleção 50 piadas – loucos, de Donaldo Buchweitz.)

No exemplo (20), a autora aponta algumas anáforas para diferenciá-las quanto ao critério de menção. Primeiramente são destacadas as palavras “esse louco” e “ele”, que retomam a expressão anterior “um louco”, demonstrando casos de anáfora direta que são assim chamadas por recuperarem completamente um referente já apresentando no contexto.

Outro tipo de anáfora também classificado no exemplo (20) é a anáfora indireta. As expressões referenciais que se enquadram nesse conceito são: “a biblioteca”, associada numa relação metonímica a “o hospício da cidade”; além de outros casos como as expressões “o diretor” e “um louco”, também ligadas à expressão “o hospício da cidade”. Em outras palavras, estamos diante de um

fenômeno em que uma expressão remete indiretamente, mas não retoma por completo um referente já anunciado no cotexto.

Cavalcante reporta-se ao grupo das anáforas encapsuladoras como um caso especial de anáfora. Segundo a autora, esse processo “não retoma nenhum objeto de discurso pontualmente, mas se prende a conteúdos espalhados pelo contexto.” (CAVALCANTE, 2011, p. 71). Alguns casos de encapsulamento podem ser encontrados no exemplo selecionado pela autora no texto a seguir:

(21) Auto-retrato

Luiz Paulo Kowalski

Em dezembro de 2005, aos 48 anos, o cirurgião Luiz Paulo Kowalski, do Hospital do Câncer, em São Paulo, um dos maiores especialistas em tumores de cabeça e de pescoço do país, descobriu por acaso um nódulo na parótida direita, uma das glândulas produtoras de saliva. A cirurgia para a retirada do tumor deixou o médico com parte do rosto paralisada. A experiência de enfrentar como paciente uma enfermidade na qual é especialista fez com Kowalski mudasse radicalmente sua postura perante os doentes. “Minha doença me fez um médico melhor”, disse ele à repórter Adriana Dias Lopes.

Qual foi a principal lição que o senhor tirou de sua experiência?

Ganhei uma obsessão: ser absolutamente honesto com o paciente. Ou seja, não me limito mais a fazer um relato sobre a doença e seu prognóstico. O que isso significa? Se o doente corre o risco de ficar com paralisia facial depois de uma cirurgia, não digo apenas que ele poderá ter dificuldade para comer, como fazia antes. “Dificuldade para comer” é muito mais do que isso. O paciente não conseguirá segurar o alimento com os dentes. A comida vai ficar presa entre a gengiva e o lábio sem que ele perceba. Para o médico, essas situações tendem a ser banais. Mas não para o doente. Minha doença me fez um médico melhor. Aprendi a falar a linguagem do paciente.

Na prática, o que o paciente ganha com isso?

Segurança e tranquilidade. Faço de tudo para que o paciente não seja pego de surpresa. Claro que nem todo paciente quer saber de tudo – e eu percebo e respeito esse limite. Mas, para a maioria, falar a verdade é sinal de respeito. Certa vez, uma vítima de câncer na língua me perguntou se, depois da retirada do tumor, poderíamos fazer a reconstituição do órgão. Antes eu teria dito simplesmente que sim. De fato, fazemos a reconstituição – mas não aquela imaginada pelo paciente. A sensibilidade da língua, por exemplo, jamais é recuperada. Hoje gasto o tempo que for necessário para informar o doente. Minhas consultas têm espera média de duas horas. E ninguém reclama.

(...)

O senhor ficou um ano com paralisia facial e até hoje tem algumas sequelas. Como foi sua recuperação?

Uma semana depois da cirurgia eu já estava trabalhando. Fiz um ano de sessões diárias de fisioterapia. Foi muito difícil. O que ajudou na minha recuperação foi o apoio da minha mulher e das minhas filhas. Senti na pele como é importante o conforto das pessoas queridas. Hoje, quando entro num quarto e encontro meu paciente rodeado por parentes e amigos, acho ótimo. Passei a tolerar mais as visitas.

(Entrevista - *Veja*, 06/02/2008. In: CAVALCANTE, 2011, p. 71-72). (grifos da autora)

No exemplo (21), a autora identifica a expressão “uma obsessão” como uma antecipação e resumo do conteúdo da oração que a segue: “ser absolutamente

honesto com o paciente”. Neste exemplo de anáfora, Cavalcante (2011, p.73) afirma que não é possível dizer que a expressão encapsuladora “uma obsessão”, por exemplo, remeta pontualmente a uma outra expressão específica do cotexto. O que ocorre é “uma recuperação difusa de informações e que este é o traço mais típico das anáforas encapsuladoras; é o que lhes confere o caráter de anáfora também indireta: ser não correferencial e ter um poder de resumir informações cotextuais e contextuais”.

Assim como as anáforas indiretas, as encapsuladoras não são correferenciais e se caracterizam pela menção a um objeto de discurso ainda não citado no cotexto, por isso se identificam com os casos de anáfora indireta. A diferença crucial entre os anafóricos encapsuladores e os anafóricos indiretos propriamente ditos é que aqueles resumem, “encapsulam”, conteúdos inteiros. Além disso, não remeteriam a expressões pontuais, bem específicas, do cotexto, mas a informações ali difusas.

Ao tratar desse fenômeno, Cavalcante apoia-se em Francis ([1994]2003), que se dedica em seu trabalho aos processos anafóricos encapsuladores. Segundo Francis, a principal característica dos encapsulamentos é o fato de que eles resumem uma porção anterior do texto e inauguram um novo referente, e, dessa forma, um novo tópico para o texto. A autora prevê também os casos em que o encapsulador opera de forma prospectiva, auxiliando na antecipação de informações. Com essa observação, Francis ([1994]2003) aponta três funções para esse processo referencial: organização, predição, avaliação.

Cavalcante (2006) acrescenta outras funções para esse fenômeno. Uma delas é a organização enumerativa, como veremos no exemplo a seguir:

**(22) História em suspenso**

Discussão sobre abertura dos arquivos sigilosos da ditadura militar no Ceará envolve Governo, responsáveis por arquivos, anistiados e pesquisadores. A expectativa é que critérios de acesso aos documentos secretos sejam definidos ainda esse semestre.

(...)

O assunto foi tema de seminários, no final do ano passado, e deverá produzir mais debate esse ano se **duas promessas** forem cumpridas. **A primeira delas** é (...). **A segunda** é (...). (Revista Universidade Pública, janeiro/fevereiro de 2006 – citado por CAVALCANTE, 2006, p.7).

Para Ciulla e Silva (2008), a função proposta por Cavalcante no exemplo (22) deve ser considerada apenas uma subespecificação da função de “organizar” e, além disso, carrega também a função “preditiva”, ambas já descritas por Francis.

Outra proposta de Cavalcante (2006) para as funções exercidas pelos rótulos<sup>10</sup> é a sumarização generalizadora, conforme vemos no texto a seguir:

(23) **Um portal para a informação**

Você já acessou o Portal da Capes? **A pergunta**, feita para essa matéria a vários estudantes de diversos cursos da UFC, encontrou como resposta quase sempre um não e uma expressão de total alheamento. E o sentimento também é compartilhado por vários professores da Instituição. O Portal, que reúne revistas e jornais acadêmicos de todo o mundo, com artigos científicos, foi lançado em 2002 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (...) Mesmo assim, para grande parte da comunidade acadêmica da UFC, o Portal é um ilustre desconhecido.

**O desconhecimento** se traduz no baixo número de acessos ao site (...).(Revista Universidade Pública, janeiro/fevereiro de 2006 – citado por CAVALCANTE, 2006, p.8)

Em nossa tese, estamos propondo um tipo de introdução referencial que cumpra a função encapsuladora, ao modo das anáforas encapsuladoras descritas na literatura sobre o assunto.

Até aqui apresentamos o quadro classificatório dos processos referenciais. Importa-nos agora traçar um panorama das discussões realizadas por alguns autores sobre o fenômeno da introdução referencial.

Iniciaremos com a proposta classificatória de Koch e Elias, que sugerem dois tipos de processos de introdução referencial, divididos em “ativação ancorada” e “não ancorada”. Segundo as autoras:

Quando o escritor introduz no texto um objeto de discurso totalmente novo dizemos que produziu **uma introdução não ancorada**. Quando representado por uma expressão nominal, esta opera uma primeira **categorização** do referente [...].

[...] Por sua vez, o escritor produz **uma introdução (ativação) ancorada** sempre que um novo objeto de discurso é introduzido no texto, com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo dos interlocutores. (KOCH E ELIAS, 2009, p. 134) (Grifos da autora)

Como podemos observar, a introdução não ancorada corresponde ao que Cavalcante (2011) chama de introdução referencial, enquanto que a ativação ancorada é uma remissão a alguma expressão ou conteúdo presente no cotexto e no contexto sociocognitivo, ou seja, são os casos de anáfora indireta. As autoras consideram como critério a categorização inicial vinculada ou desvinculada a qualquer outro elemento presente no texto.

---

<sup>10</sup> Termo utilizado por Francis para batizar as expressões encapsuladoras que se manifestam através de sintagmas nominais plenos.

Por sua vez, Ciulla e Silva (2008) afirma que uma entidade referida pela primeira vez no texto pode ser considerada como parcialmente dada ou conhecida, por causa de sua saliência no universo do discurso. Para demonstrar seu argumento, a autora utiliza o seguinte exemplo de Cavalcante:

(24) Joãozinho

A professora de matemática pergunta ao Joãozinho:

- Joãozinho, tem três passarinhos no galho de uma árvore. Você pega sua espingardinha e mata um. Quantos ficam no galho?

- Nenhum, professora - responde ele.

- Como, Joãozinho? Pense bem...Você tem 3 passarinhos, mata um. Quantos sobram?

- Nenhum, professora. Quando eu acertar o primeiro, os outros dois saem voando e não sobra nenhum no galho.

- Bem, Joãozinho, a resposta não foi correta, mas eu gosto muito do seu jeito de pensar.

Assim, diz o Joãozinho:

- Professora, eu também tenho uma perguntinha. Ali no banco do jardim estão sentadas três moças. Uma está comendo um sorvete, a outra está chupando um sorvete e a outra está mordendo um sorvete. Qual delas é casada?

A professora, muito constrangida e vermelha, pensa um pouco e responde:

- Bem, acho que é a que está chupando o sorvete.

E o Joãozinho:

- Errado, professora, é a que está com aliança no dedo, mas eu gosto muito da sua maneira de pensar...

(Piada veiculada pela internet – citado por CAVALCANTE e COSTA, 2006, p.13)

De acordo com Ciulla e Silva (2008), em (24) o frame “piada de Joãozinho” é ativado num processo dêitico de memória compartilhada e, através desse mecanismo, é possível acessar elementos que soam como familiares, fazendo com que o referente de “a professora de matemática” seja velho, sob este aspecto, e novo, no sentido de que é um elemento inédito no cotexto e sobre o qual referências podem ser realizadas. Assim, a autora afirma que a diferença entre o processo de introdução do referente e a anáfora indireta é bem menos evidente do que se prega. Ciulla e Silva (2008) conclui que os processos referenciais, incluindo as introduções referenciais, implicam um reajuste, isto é, normalmente há algum conhecimento de base sobre os objetos referidos que é reformulado e completado pela atividade dos interlocutores. E mais, que as introduções de referentes no discurso devem ser consideradas não em termos absolutos, mas em termos relativos de graus de conhecimento sobre o aspecto dado/novo, e, além disso, que um mesmo referente introduzido no cotexto pode ser interpretado de diferentes maneiras por diferentes interlocutores.

Dessa forma, Ciulla e Silva (2008, p. 63) sugere uma definição para introdução referencial que, segundo ela, “é o caso em que um referente novo é apresentado para o discurso, sem ativação de qualquer fonte (a não ser o conhecimento enciclopédico)”. A autora descreve este processo como não dependente (ou pouco dependente) da memória comum dos falantes:

(25) Absorto, centrado no nó das trigonometrias, meditando múltiplos quadriláteros, centrado ele mesmo no quadrado do quarto, as superfícies de cal, os triângulos de acrílico, suspensos no espaço por uns fios finos os polígonos, Isaiah o matemático, sobrolho peluginoso, inquietou-se quando descobriu **o porco**. (Hilda Hilst, Gestalt – Citado por Ciulla e Silva, 2008, p. 76) (grifo da autora)

Neste exemplo, Ciulla e Silva destaca que muito pouco, ou nada do que foi dito no texto remete ao referente da expressão “o porco” até que ela seja designada. Para ela, apenas a expressão “inquietou-se” pode nos fazer perceber a presença de algo estranho à cena, mas não é o suficiente para que se pressuponha qualquer conhecimento prévio que revele o referente em questão. A autora conclui sobre este caso que “parece, aliás, que essa introdução referencial inusitada e inesperada foi colocada justamente para romper o tom de “plano cartesiano” com que é descrito o ambiente do personagem Isaiah” (CIULLA E SILVA, 2008, p. 77). Podemos concordar com a autora que em (25) a expressão introduz um referente e não solicita – ou não depende - da memória comum entre os interlocutores, mas depende apenas dos conhecimentos enciclopédicos dos interlocutores.

Porém, em outro exemplo analisado pela autora, discordamos de sua classificação quando diz que a expressão referencial em destaque constitui uma anáfora. Vejamos o exemplo:

(26) *O impaciente francês* (publicidade de um carro da Renault, apresentada em *outdoors* – (CIULLA E SILVA, 2008, p. 75)

O texto (26) traz um caso muito recorrente nas campanhas publicitárias: uma referência a uma informação já conhecida pelo público alvo (neste caso específico, o nome de um filme) só que transformado, reformulado. Ciulla e Silva diz que é um caso em que informação é nova para o cotexto e velha para o contexto. Discordamos quando a autora classifica este fenômeno como um exemplo de anáfora. Para ela, o termo “impaciente francês” ativa o texto fonte “O paciente

inglês”, título de um filme exibido na mesma época da propaganda, por um processo dêitico de apelo à memória do interlocutor. Ou seja, para Ciulla e Silva (2008), a expressão em destaque é anafórica e dêitica porque aponta para uma informação armazenada na memória do interlocutor e facilmente recuperada por ele. Negamos esta classificação quanto ao aspecto anafórico por acreditarmos que o resgate do referente deve ser localizado na situação comunicativa, no momento da interação, e não em outro texto, pois, para ser anafórico, deveria ter surgido no texto/discurso com ou sem menção referencial. Para nós, esse caso pode ser classificado como uma introdução referencial intertextual: introdução, por ser a primeira vez que o referente surge no texto, e intertextual, por “construir uma ponte” com outro texto, por um processo de paródia – intertextualidade por derivação - segundo a classificação discutida em Cavalcante (2012).

Questionamento parecido faz Costa (2007) ao analisar as relações de retomada entre elementos de cotextos distintos. A autora, em sua tese de doutorado, investigou determinados usos referenciais inusitados em mensagens eletrônicas presentes na lista de discussão da Comunidade Virtual da Linguagem (CVL)<sup>11</sup>, na internet. A autora analisou os processos referenciais tomando por base os fundamentos da teoria da acessibilidade, de Ariel<sup>12</sup>. Na análise, a autora usa recortes das mensagens trocadas na CVL para destacar o processo referencial do encapsulamento anafórico. Costa explica o motivo da escolha do gênero mensagem de grupo de discussão que, segundo ela, possui peculiaridades apropriadas para a verificação do seu objeto de pesquisa:

Como é sabido, apesar de se verificar, nas listas de discussão, o distanciamento espacial e temporal (próprio da escrita) entre escritores e leitores, a redução drástica da distância temporal no funcionamento dos e-mails e a possibilidade de vários “debatedores” abrirem, em determinado momento, uma mesma mensagem, parecem criar, nos participantes, a “ilusão” de um espaço físico comum, onde as trocas se dariam em tempo real. Uma das consequências disso seria a presença de alguns usos que

<sup>11</sup> Criada pela Professora Ana Maria de Moraes Sarmiento Vellasco, em 1997, a lista de discussões Comunidade Virtual da Linguagem (CVL) tem por objetivo reunir os estudiosos da Linguagem para interagirem e trocarem informações sobre eventos nessa área de estudos, além de trabalhos acadêmicos (artigos, livros, resenhas descritivas e críticas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, projetos de pesquisa e seus resultados), concursos etc. A lista de discussões CVL é formada por mais de 3.000 membros (professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e outros interessados no estudo e no ensino da Linguagem) brasileiros e de outras várias nacionalidades, e nos cinco continentes.

<sup>12</sup> Não aprofundaremos em detalhes, aqui, sobre a teoria da acessibilidade de Ariel, seguida por Costa em sua análise. Nosso interesse, na verdade, é a problematização sobre as questões ainda não devidamente explicadas nas pesquisas sobre referenciação.

podem ser considerados insólitos, como o encapsulamento anafórico, não sumarizando porções anteriores do cotexto, como é conhecido na literatura corrente, mas apontando para o conteúdo veiculado fora da mensagem atual. Pelo que se conhecia até então, na literatura sobre os processos referenciais, os encapsulamentos anafóricos resumiriam trechos do cotexto (COSTA, 2007, p.12).

Observamos, dessa forma, que a pesquisa de Costa também favorece um redimensionamento dos processos referenciais. Vejamos alguns recortes utilizados na análise da autora:

(27) From: "A S" <as@terra.com.br>  
 To: <CVL@yahoogroups.com>  
 Sent: Tuesday, May 18, 2004 11:01 AM  
 Subject: [CVL] Re: o assunto das cotas!!!!!!!!!!!!

Não se poderia dizê-lo melhor!  
 A.S.

(28) From: "T" <t@yahoo.com.br>  
 To: <CVL@yahoogroups.com>  
 Sent: Tuesday, May 18, 2004 5:49 PM  
 Subject: [CVL] Re: cotas para negros, índios

Olha, estou gostando do debate. pela primeira vez, vejo as pessoas assumirem suas opiniões sem nenhum medo de serem censuradas. concordo com a colega d quando ela chama atenção para dois pontos importantes (...)(sic)

De acordo com a análise de Costa (2007), os termos grifados, nos dois casos, devem ser classificados como elementos encapsuladores. Embora a porção textual encapsulada não se encontre na superfície textual, é possível recuperá-los nas outras mensagens que precederam as apresentadas nos exemplos.

A questão lançada por Costa discute também a questão dos limites formais do texto. Essa polêmica relaciona-se com os fenômenos referenciais e considera que os parâmetros atuais da literatura sobre esse assunto não são suficientes para dar conta da complexidade dos processos referenciais. No capítulo 5, em que apresentamos nossas análises, abordaremos questões parecidas, em relação à introdução de referentes no texto/discurso operada por marcas intertextuais que forcem o leitor a buscar em sua memória as informações apresentadas por recursos verbais e/ou visuais.

Voltando ao questionamento sobre as introduções referenciais e o que deve ser considerado “novo” e “velho”, Cavalcante (2004) explica que, mesmo quando os referentes são inaugurados no texto/ discurso:

estão respaldados por um contrato tácito de coparticipação do destinatário, que aceita responder em alguma medida à atividade que lhe é solicitada. Se se lê, por exemplo, no começo de uma reportagem: “Pesquisa derruba o mito de que os internautas são desmiolados, sedentários e misantropos”, o referente de “os internautas” aparece pela primeira vez no universo discursivo que está sendo criado, e não há sequer uma indicação do que o termo signifique, nem uma âncora anterior em que o referente se apoie. O que existe é a pressuposição pragmática de que o coenunciador sabe do que se trata, e de que, mesmo que não saiba exatamente, alguns indícios contextuais posteriores o levarão a reconstruir o objeto discursivo, ainda que vagamente. (CAVALCANTE, 2004, pp. 1-2)

Assim, a autora acrescenta o elemento dêitico à definição da introdução referencial, reformulando a concepção limitada de que, para ser classificado dentro deste processo, bastaria inaugurar o referente no texto/discurso. Ampliando a definição, Cavalcante diz que:

Falaremos de introdução referencial apenas quando um objeto for considerado novo no cotexto e não tiver sido engatilhado por nenhuma entidade, atributo ou evento expresso no texto. Diremos que há dois recursos fundamentais de introdução de um referente considerado “novo” no texto: ou ele é mencionado por simples apelo à memória comum [...] sem nenhuma marca dêitica de remissão ao conhecimento partilhado, ou é expresso para remeter, por meio de expressões indiciais, a uma das coordenadas dêiticas de pessoa (eu, você), tempo (hoje, amanhã), espaço (aqui, ali) ou memória dos interlocutores (naquele dia, essa história de...). (CAVALCANTE, 2004, p. 2)

Essa proposta é ilustrada no quadro a seguir:

**Quadro 4 - Proposta classificatória das Introduções referenciais**

<b>Introduções Referenciais</b>						
<b>Não-dêiticas</b>	<b>Dêiticas</b>					
	Dêixis pessoal	Dêixis social	Dêixis espacial	Dêixis temporal	Dêixis memorial	Dêixis textual

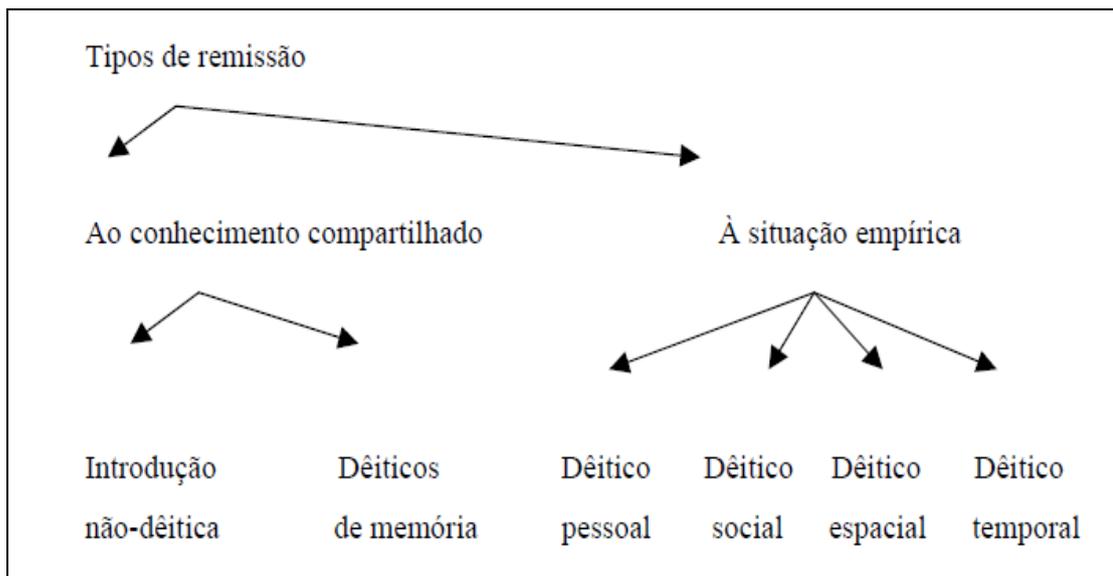
(Cavalcante: 2004, p. 2)

O “campo dêitico” citado por Cavalcante (2004) apoia-se em Lyons (1977)<sup>13</sup> e refere-se a um dispositivo de remissão, o ato de apontar para um dado objeto disposto ou no espaço situacional da comunicação empírica, ou no espaço cotextual, ou ainda na memória compartilhada, ou em mais de um desses campos

<sup>13</sup> LYONS, J. **Semantics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

ao mesmo tempo. A autora reúne as introduções não dêiticas e as dêiticas de memória em um grupo que revela o campo dêitico de conhecimento comum aos interlocutores, enquanto que as introduções por dêixis de pessoa, de tempo e de espaço remetem ao campo da situação empírica da fala, como podemos conferir no esquema a seguir:

**Quadro 5 - Introduções referenciais quanto ao tipo de remissão**



(CAVALCANTE, 2004, p. 3)

O elemento dêitico acrescentado ao conceito de introdução referencial não é o único que pode servir para ampliar o quadro dos processos classificatórios. Em nossa dissertação de mestrado, constatamos uma orientação do ponto de vista sobre o referente, operado pelo enunciador de notícias policiais, o que pode nos revelar uma estratégia recorrente em vários gêneros textuais. Vejamos alguns exemplos apresentados em Silva (2004, p. 65- 66):

(29) “ASSALTANTE MORRE EM TIROTEIO COM A POLÍCIA

O assaltante Juscelino Xavier dos Santos, 32 anos, que residia na cidade de União, morreu em tiroteio com a Polícia Militar...” (Jornal O Dia, 19 de março de 2003)

(30) “PINTOR É ASSASSINADO PELA POLÍCIA

Policiais de Miguel Alves (cidade localizada a 110 quilômetros de Teresina), mataram na noite de anteontem, durante uma operação, o pintor Juscelino Xavier dos Santos...” (Jornal Meio Norte, 19 de março de 2003)

(31) “ARTESÃO EXECUTADO POR POLICIAIS EM BARREIRA

O artesão Juscelino Xavier dos Santos, 30 anos, foi executado anteontem com um tiro de arma de grosso calibre, na virilha, ao tentar passar em uma barreira formada por policiais civis e militares...”

(Jornal Diário do Povo, 19 de março de 2003)

É importante reforçar, antes de tudo, que os casos estudados por Silva (2004) são de notícias policiais de três jornais escritos de Teresina. O objetivo do trabalho era investigar os processos referenciais presentes nas notícias escritas sobre o mesmo episódio em três jornais diferentes para analisar a orientação do ponto de vista decorrente da seleção das expressões referenciais que introduziam o referente desde o título do texto. Observando os exemplos (29), (30) e (31), verificamos a orientação do julgamento do leitor (nas expressões referenciais) apontada no título, sobre o sujeito envolvido no fato noticiado. Em cada caso, há uma orientação prévia que pode ou não apontar uma determinada posição do enunciador. Sobre esta orientação prévia, corroboramos o que foi dito em Silva:

A apresentação dos sujeitos na notícia é geralmente antecedida por algumas informações. A qualificação do referente como *desempregado*, *traficante*, *líder da rebelião* (para exemplificar termos muito usuais nas notícias policiais), antecipando e somando-se à apresentação do objeto do discurso, é realizada de forma estigmatizada, revelando uma orientação argumentativa para as informações que se quer prestar ao público leitor. As noções que se tem do objeto do discurso na notícia apresentam-se como dados nos quais se crê poder confiar, e nos quais se confia, de fato, eficazmente.

Mas, diferente das expressões anafóricas, as quais remetem sempre a uma âncora do cotexto, o introdutor de referente apresenta-o pela primeira vez, fazendo uma antecipação que será essencial para que o leitor, “sozinho”, formule sua opinião e muitas vezes concorde com a do enunciador. Todos sabemos que numa sociedade tão bombardeada de informações como a nossa, em que os dados da atualidade são considerados como fator principal para a sobrevivência na era atual, a sede por informações negligencia a visão crítica dos fatos, deixando inconscientemente para os meios de comunicação, como os jornais, a responsabilidade pela veracidade do que é apresentado. (SILVA, 2004, p.66).

Um outro aspecto é destacado por Jaguaribe (2005) em seu projeto de tese, em que investigava as recategorizações ocorridas em textos literários, especificamente em poemas. A autora afirma que é possível recategorizar o referente ao mesmo tempo em que ele é categorizado no cotexto. A recategorização das introduções referenciais (doravante IRs) é um fenômeno que precisa ser pesquisado de forma minuciosa para ampliar os estudos sobre esses processos referenciais. Sobre esse fenômeno, a autora diz que:

Uma outra ocorrência de recategorização muito produtiva no texto literário é, por exemplo, aquela que se processa explicitamente no nível linguístico, às vezes por uma metáfora, às vezes por uma expressão não trópica, sobre um objeto do mundo que está categorizado na mente do enunciador. Não se explicitando em nenhum lugar do texto, esse objeto já aparece recategorizado, o que exige que haja entre enunciador e coenunciador um conhecimento partilhado específico, ou que o coenunciador possa reconstruir, por meio de seus conhecimentos enciclopédicos ou de suas vivências, a rede de relações feitas cognitivamente pelo enunciador.(JAGUARIBE, 2005, p.40)

Para exemplificar esse caso, a autora cita o poema “Consoada”, de Manuel Bandeira, como veremos a seguir:

(32) Consoada, de Manuel Bandeira.

Quando a indesejada das gentes chegar  
 (Não sei se dura ou caroável),  
 Talvez eu tenha medo,  
 Talvez sorria, ou diga:  
 - Alô, iniludível!  
 O meu dia foi bom, pode a noite descer.  
 (A noite com os seus sortilégios),  
 Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,  
 A mesa posta,  
 Com cada coisa em seu lugar.  
 (Poema citado em JAGUARIBE , 2005, p.40)

Neste poema, observamos que o referente morte fica evidente no texto, mesmo sem que essa palavra apareça no cotexto. Jaguaribe comenta que o objeto do mundo “morte”, categorizado pelo item lexical *morte*, compõe o conhecimento enciclopédico do poeta, que escolheu apresentá-lo no cotexto como “a indesejada das gentes”. Assim, concordamos com a autora quando diz que este caso se configura como uma introdução referencial recategorizada, mas diremos que a recategorização se dá somente ao longo da leitura, em movimentos e idas e vindas. Este posicionamento é de extrema relevância para a compreensão de nossa proposta de introdução referencial encapsuladora, a partir da qual costuma se desencadear um processo de recategorização, a se desenvolver ao longo do texto.

Cavalcante ratifica essa visão, quando esclarece:

(...)diremos que a recategorização se dá somente ao longo da leitura, em movimentos e idas e vindas. Este posicionamento é de extrema relevância para a compreensão de nossa proposta de introdução referencial encapsuladora, a partir da qual costuma se desencadear um processo de recategorização, a se desenvolver ao longo do texto.(CAVALCANTE, 2011, p. 72)

Ainda que pertinente esta afirmação, não nos parece apropriado dizer que a recategorização “acontece completamente em nível cognitivo” às vezes. O processo é sempre cognitivo e textual ao mesmo tempo, pois as âncoras para a recategorização são deixadas no contexto de alguma maneira. O processo de introdução dos referentes exemplificado por Silva (2004) e por Jaguaribe (2005) ilustra como uma IR pode parecer uma estratégia de orientação do ponto de vista, como estratégia argumentativo-discursiva. Custódio Filho (2011) afirma que essa função não está intrinsecamente ligada aos procedimentos característicos do gênero notícia; é possível reconhecer que a mesma estratégia pode aparecer em outros gêneros, como vemos em (33):

(33) Vamos enfrentar o monstro

O uso do crack no Brasil já é tratado no âmbito do governo federal como um caso grave de saúde pública, mas com um viés de risco à segurança pública. Tanto assim que o presidente Luiz Inácio da Silva determinou, no início deste mês, que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, [sic] que organize um seminário com especialistas para discutir a questão.

Não é necessário ser um especialista para se perceber o quanto o crack é uma droga devastadora e que coloca em risco não somente a saúde e a segurança dos usuários, mas das famílias e comunidades afetadas pelo crescente consumo desta substância entorpecente.

Relatos cada vez mais dramáticos envolvem desde a venda de utensílios e móveis para sustentar o vício até assaltos e homicídios cometidos por jovens – alguns deles ainda nem bem saídos da infância. Algo que não é somente preocupante, mas grandemente assustador.

Pais e mães, educadores, profissionais de saúde e policiais hoje manifestam o temor de que o crack chegue cada vez mais perto de jovens e crianças. Vulneráveis, eles podem ser levados a este abismo de difícil volta. As razões para o grande medo precisam se fazer acompanhar, claro, de ações corajosas e imediatas para o enfrentamento.

O crack é um monstro que coloca sob risco comunidades em todo o Brasil. Enfrentá-lo com determinação é uma medida urgente e inadiável. Além do combate ostensivo ao tráfico, faz-se necessário [sic] que, o quanto antes, fazer chegar às escolas o material didático para dar a professores o conhecimento necessário para que instruem seus alunos sobre os malefícios desta droga.

Quanto mais informação se tiver sobre os efeitos das drogas, quanto mais pudermos mostrar quão feio e ruim é esse monstro, mais chance teremos de impedir que ele seduza nossos jovens e crianças.

(Jornal *Meio Norte*, 21 de março de 2010.)

No exemplo (33), o enunciador faz referências ao crack que sensibilizam os interlocutores (“droga devastadora”, “abismo de difícil volta”, “monstro”, “substância entorpecente”) ao discutir a repercussão do uso na sociedade e mobiliza os leitores a lutarem contra esse “monstro”. Para que esse propósito seja alcançado, o emissor introduz o referente com a expressão avaliativa “o monstro”, que remete, no

conhecimento enciclopédico do leitor, a uma figura terrível. No gênero em questão – o editorial -, o qual que tem por função social expressar a opinião do veículo de comunicação sobre um tema atual, esta operação lexical é fundamental para inaugurar o referente “transformando-o”, ou melhor, imprimindo à expressão introdutória o ponto de vista que se quer defender, antes mesmo de ele ser expresso.

De acordo com Custódio Filho (2011), casos como aqueles apresentados nos títulos das notícias mostram ainda que é possível afirmar que há uma diferença funcional entre os títulos das notícias e o do editorial (33). Para o autor, o primeiro grupo de exemplos (29 a 31) chama a atenção pelo fato de uma IR já vir com uma carga de significação “tendenciosa” e fundamental para os propósitos estabelecidos na interação, ou seja, na própria inauguração do referente já se percebe uma “transformação”. Essa análise implica que a ação de introduzir um referente no discurso pode não se restringir a simplesmente colocar em evidência um objeto que passará por transformações; a carga avaliativa do ponto de vista já se percebe na própria inauguração do referente. Já em (33), na expressão introdutória “o monstro”, só é possível perceber a “transformação”, a recategorização, após a leitura do texto (ou de parte dele). Custódio Filho (2011) diz que em (33) o referente é inicialmente categorizado como “monstro” e após a leitura do editorial há o reconhecimento de que a droga (crack, ou o vício) é o objeto recategorizado no título do texto. Assim, o interlocutor precisa se esforçar para identificar qual é, na verdade, o referente de que se está tratando, e/ou por qual razão esse referente foi nomeado de forma “inusitada”.

Outro caso apresentado pelo autor e que merece destaque aparece no artigo a seguir:

(34) O mau selvagem

O homem é originalmente bom; é a sociedade que o corrompe. Trata-se sem dúvida de uma das maiores bobagens já proferidas na história da humanidade. O problema não é tanto que o bom Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) tenha concebido mais essa ideia maluca, mas sim que pessoas importantes nos meios intelectuais tenham acreditado nela ao longo de mais de dois séculos. Pior, ainda há quem ache que o cidadão genebrino está certo.

Não me considero um pessimista – muito pelo contrário, como se verá –, mas basta dar uma olhadela à nossa volta para chegar empiricamente à conclusão oposta: o homem é um bicho naturalmente ruim. Como ocorre com a maioria dos animais, coloca seus interesses acima de tudo e não hesita em usar a violência para impor sua, digamos, visão de mundo aos demais. Se há um rival no seu caminho para copular com uma fêmea, tende

a aplicar a solução mais simples, que é eliminar fisicamente o comborço – desde que tenha, por suposto, os meios para tanto. O mesmo vale em relação a uma carniça de cabrito, uma framboesa madura ou qualquer outra iguaria pré-histórica.

E não parece haver muitas dúvidas de que essa seja uma disposição natural. Para prová-lo, basta observar duas crianças brincando (especialmente se forem dois meninos). Elas se provocam continuamente. Muitas vezes, a sucessão de desafios atinge o ponto crítico e degenera em pancadaria. Garotos podem ser terrivelmente cruéis uns com os outros, para não dizer sádicos mesmo. Rousseau, é claro, não tinha como saber disso, pois entregou os cinco filhos que gerou para a adoção (pelo menos é o que diz), no que constitui evidência adicional da perversidade, senão humana, ao menos rousseauiana.

Antes de prosseguir, peço que não me interpretem mal. Individualmente, somos todos capazes de atos de profundo e vil egoísmo, mas também de gestos daquilo que alguns chamariam de amor desinteressado. Acredito até que mesmo o pior facínora tenha tido seus momentos, talvez não de grandiosidade, mas de compaixão. No acumulado da espécie, entretanto, o balanço é negativo, como o atestam Auschwitz, os gulags, a Revolução Cultural e vários outros genocídios, passados, presentes e futuros. [...]

(SCHWARTSMAN Hélio. In: CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 163)

Como podemos perceber, diferente da conclusão de Rousseau sobre “o bom selvagem”, o texto (34) argumenta de forma oposta a essa teoria. Custódio Filho (2011) orienta que, desde o início do texto, por meio de uma menção referencial, o articulista motiva o leitor a procurar em sua memória discursiva as informações ligadas à teoria de Rousseau, e com essa estratégia textual – a troca da palavra “bom” por “mau” - proporciona uma recategorização do termo conhecido (o bom selvagem) cunhado por esse pensador.

Dessa forma, a introdução referencial pode ser, segundo o autor, nova para o discurso, mas recuperável, por meio de uma alusão intertextual. No artigo, a apresentação de um referente por meio de uma nomeação “curiosa” pressupõe que o interlocutor reconheça a teoria sobre o “bom selvagem”, de Rousseau, e atente para a reconfiguração do conteúdo original ao longo do artigo. Essa recategorização começa com a recuperação de um conhecimento prévio e se confirma com o desenvolvimento da leitura. Essa constatação prova, mais uma vez, que a antecipação argumentativa assegurada já na apresentação de referentes é motivo para se repensar sobre o estatuto das introduções referenciais.

## **4 METODOLOGIA**

Após a exposição do referencial teórico base para a nossa tese, passamos a discorrer nesta seção sobre a abordagem metodológica utilizada em nossa pesquisa. Para tanto, organizamos essa seção em 2 subseções, a saber: 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA – que classificará o método adotado; 4.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO – dividido nos sub-itens 4.2.1 Delimitação do universo – que descreverá o *corpus* utilizado na análise; 4.2.2 Categorias de análise – que indicará quais os critérios adotados na observação dos textos para delinear os resultados da pesquisa; 4.2.3 Procedimentos de coleta – item no qual descrevemos a seleção e a organização do *corpus*; e por fim, 4.2.4 Procedimentos de análise - que indicará o passo a passo de aplicação do referencial teórico para testar as hipóteses levantadas.

### **4.1 Caracterização da Pesquisa**

Adotamos, em nossa pesquisa, o método hipotético-dedutivo. As hipóteses foram formuladas a partir da percepção de uma lacuna nas descrições das introduções referenciais. Pelo processo de inferência dedutiva, testamos qualitativamente as ocorrências de introduções dos referentes, nos distintos gêneros textuais escolhidos. Assim descrevemos cada caso para propor uma nova descrição desse fenômeno.

### **4.2 Métodos de Procedimento**

#### **4.2.1 Delimitação do universo**

Normalmente, as pesquisas sobre um determinado processo referencial, no que diz respeito à escolha do universo a ser investigado, consiste em selecionar um “local” específico (por exemplo, um dado gênero textual ou uma dada sequência textual), dentro do qual o fenômeno será analisado. Ciulla e Silva (2008), por exemplo, exemplifica as funções discursivas das expressões referenciais com excertos de contos literários.

A determinação de um universo de investigação é orientada pela possibilidade de tal universo apresentar mais facilmente o fenômeno a ser analisado, o que assegura ao pesquisador maiores condições de coletar dados relevantes. Seguindo este princípio e para cumprirmos os objetivos propostos, considerando o caráter científico da pesquisa, trabalhamos com um *corpus* formado por 40 textos - número que consideramos ser suficiente para depreendermos a descrição do fenômeno em análise - , distribuídos em quatro gêneros textuais (nota jornalística, editorial, tirinha e charge). A escolha desses gêneros se deu em função dos conceitos de texto, gênero, intertextualidade e multimodalidade, considerados nessa pesquisa, e só se restringiu à inserção destes gêneros ao suporte jornal escrito por pertencerem ao mesmo domínio discursivo (jornalístico), tendo em vista que os processos referenciais ocorrem em todos os gêneros textuais.

Lembramos que não nos interessa caracterizar um gênero específico e, sim, a ocorrência de expressões referenciais que introduzam o referente no texto/discurso. A análise desse *corpus* nos permitirá continuar a atual tendência dos estudos realizados pelo grupo PROTEXTO sobre a não-linearidade dos processos referenciais, especialmente em relação à introdução referencial.

#### 4.2.2 *Categorias de análise*

No quadro seguinte, apresentamos as categorias escolhidas para analisar o processo de introdução referencial; em seguida, comentamos sobre a pertinência de cada uma delas.

**Quadro 6: Categorias de análise para IRs**

<b>Categorias relacionadas à forma</b>	<b>Categorias relacionadas à função</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menção do referente por meio de expressão referencial;</li> <li>• Marcas intertextuais na inauguração de referentes no texto/ discurso;</li> <li>• Apresentação do referente por meio de linguagem visual;</li> <li>• Apresentação do referente por meio de linguagem verbo-visual,</li> <li>• Apresentação por expressão recategorizadora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação aparentemente neutra do referente;</li> <li>• Orientação de ponto de vista;</li> <li>• Recuperação de informação na memória supostamente compartilhada;</li> <li>• Despertar a curiosidade e, em seguida, a necessidade de confirmação do referente</li> <li>• encapsulamento de informações</li> </ul>

Em relação às categorias relacionadas à forma, é imprescindível iniciar esse quadro com a menção referencial, pois essa era a única forma considerada para as introduções referenciais e ainda merece destaque por ser um dos recursos mais utilizados para a apresentação do referente no texto/ discurso.

Acrescentamos as marcas intertextuais porque são formas criativas encontradas em vários gêneros, principalmente nos títulos, com funções importantes para os propósitos comunicativos de alguns textos.

Nas categorias formais não poderiam deixar de constar os recursos visuais e verbo-visuais, principalmente porque entre os gêneros textuais analisados estão a tirinha e a charge, que tem como característica o uso destes recursos para a sua composição. A multimodalidade, antes esquecida na maioria das análises textuais, será um dos aspectos observados, mesmo que superficialmente, a partir dessas categorias.

A recategorização também é importante nessa investigação por reforçar as possibilidades de transformação do referente desde a introdução até o final da leitura do texto. Essa operação cognitiva complexa e não linear atesta a limitação do conceito atual do processo de introdução referencial que não considerava outras formas de inaugurar o referente.

Já em relação às funções exercidas, incluímos a aparente neutralidade de algumas introduções, em oposição à orientação argumentativa evidente em outros casos, os quais ocorrem quando a apresentação do referente (por meio de recursos verbais, visuais ou verbo-visuais) já surge com uma carga de avaliação por parte do enunciador quando este seleciona características positivas ou negativas e as evidencia logo na introdução do referente.

Há ainda três funções que merecem destaque dentre as categorias relacionadas à função: a recuperação de informação na memória supostamente compartilhada, o estranhamento (curiosidade) sobre o referente, engatilhado para posterior confirmação durante a leitura do texto e o encapsulamento de informações.

Chamamos a atenção para a possibilidade de coexistência dos aspectos aqui apontados, principalmente nos casos em que o texto envolve não apenas recursos linguísticos.

### **4.2.3 Procedimentos de coleta**

Levando-se em conta a diversidade de gêneros textuais utilizados na investigação, procedemos à coleta de dados que consistiu em recolher e agrupar todos os textos considerando algumas características. Para uma melhor visualização, optamos por digitalizar e digitar os textos em que fossem encontrados aspectos multimodais para analisarmos todos os recursos envolvidos na construção dos sentidos do texto. Dessa forma, evidenciamos todos os elementos do gênero textual (texto e imagem).

Em seguida, a identificação das diferentes formas e funções das introduções referenciais, obedecendo ao quadro elaborado para a análise das categorias forma e função. Realizamos, assim, uma análise qualitativa desses dados, fazendo a descrição das introduções de referentes de forma a tentar explicar a relação deste processo referencial com os gêneros textuais em que surgem.

Para que nenhum recurso verbal ou não verbal deixasse de ser contemplado, repetimos a análise dos textos várias vezes, pois, como eles possuem naturezas distintas, faz-se necessário uma leitura adequada a cada gênero para se perceber todos os objetos de discurso envolvidos no processamento dos sentidos do texto.

### **4.2.4 Procedimentos de análise**

Definidos os textos, as categorias analíticas e realizada a coleta, passamos à análise dos textos.

O primeiro passo consistiu em focalizar, em cada gênero textual escolhido, as categorias relacionadas à forma e à função das introduções referenciais. Dedicamo-nos a destacar todas as ocorrências do fenômeno investigado, retomando o texto várias vezes para que não escapasse de nossa análise algum aspecto importante.

Em seguida, apresentamos separadamente as categorias encontradas para tentar relacioná-las aos gêneros textuais. Com o objetivo de mostrar uma descrição mais clara dos elementos encontrados, dividimos cada subseção e buscamos indicar pelo menos um exemplo de cada informação encontrada. Como resultado final, elaboramos um quadro resumindo e destacando todas as ocorrências encontradas qualitativamente, conforme assumimos na metodologia deste trabalho. A intenção

deste quadro-síntese é propor uma reflexão que, a partir dos resultados verificados, possa contribuir para o desenvolvimento da proposta teórica que defendemos.

## 5 INTRODUÇÃO REFERENCIAL E SUAS FACES

Chega mais perto e contempla as palavras.  
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra  
e te pergunta, sem interesse pela resposta,  
pobre ou terrível, que lhe deres:  
Trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

Trataremos agora de alguns textos coletados para a nossa pesquisa que apresentarão as características discutidas nos tópicos anteriores. Nossa intenção é testar, no *corpus* selecionado, as categorias apontadas como possíveis formas e funções das introduções referenciais. Para uma melhor organização, separamos os gêneros textuais na seguinte ordem: nota jornalística, editorial, charge e tirinha.

Após a análise dos dados, apresentamos os resultados sobre os seguintes aspectos: Quanto à forma (recursos linguísticos, visuais, verbo-visuais, intertextuais, encapsulamento e recategorização) e quanto à função (apresentação aparentemente neutra do referente, orientação do ponto de vista, e ativação de informação na memória supostamente compartilhada). Acreditamos que essa forma de exposição dos resultados clarifica e proporciona um melhor entendimento do que encontramos em nossa pesquisa.

### 5.1 Notas jornalísticas: criatividade, crítica e humor

Como dissemos no item 2.2.1, diferente das notícias, as notas jornalísticas possuem um espaço bem menor nos jornais e nas revistas, e em alguns casos, são acompanhadas de imagens. Os elementos verbais e visuais cooperam para a compreensão dos enunciados e, muitas vezes, a multimodalidade favorece os propósitos comunicativos dizendo muito além do que está escrito. Para analisarmos todos esses recursos, apresentamos alguns exemplos digitalizados e, em seguida, o texto digitado, para melhor visualização dos aspectos encontrados.

Os dois primeiros casos que apresentamos a seguir possuem uma forma interessante de introdução referencial: por meio de expressões referenciais e de imagens, os autores iniciam a construção dos referentes nos textos. Apesar de nossa discussão acrescentar novos olhares sobre o fenômeno da introdução

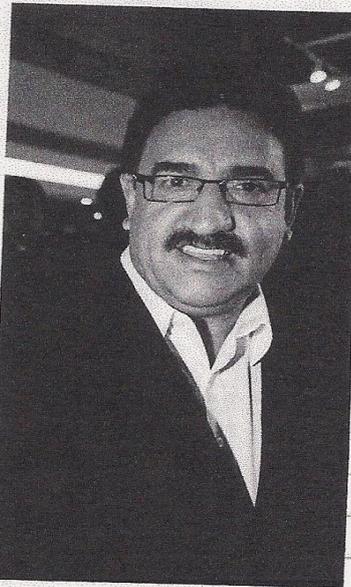
referencial, consideramos que esse avanço nos estudos não desconsidera o que vinha e vem sendo feito. Nossa investigação apenas adiciona outras categorias observáveis, propondo, de fato, um redimensionamento da análise. Vejamos:

(35) Figura 10

<p><b>O Eike Batista do forró</b></p> <p>Em 30 anos, o cearense <b>Zequinha Aristides</b> ganhou fortunas lançando bandas, como a Aviões do Forró, e abrindo casas de shows dedicadas ao ritmo. Agora, converteu-se a outro ramo: a construção de templos evangélicos e galpões comerciais. A Igreja Comunidade Cristã Logos ficará com uma área ao lado do clube G4, onde Zequinha Aristides faz Fortaleza requebrar. Ele investirá outros R\$ 20 milhões para transformar os 40 hectares do Hangar do Forró em 30.000 metros quadrados de galpões. Depois, eles serão alugados.</p>		<p><b>O Eike Batista do forró</b></p> <p>Em 30 anos, o cearense <b>Zequinha Aristides</b> ganhou fortunas lançando bandas, como a Aviões do Forró, e casas de shows dedicadas a esse ritmo. Agora, converteu-se a outro ramo: a construção de templos evangélicos e galpões comerciais. A Igreja Comunidade Cristã Logos ficará com uma área ao lado do clube G4, onde Zequinha Aristides faz Fortaleza requebrar. Ele investirá outros R\$ 20 milhões para transformar os 40 hectares do Hangar do Forró em 30 mil metros quadrados de galpões. Depois, eles serão alugados.</p>
---	--	---

(Nota Jornalística, Revista Época, 29 de out. de 2012, pág 37)

(36) Figura 11

<p><b>Ligeirinho e a ratoeira</b></p> <p>Estão bloqueados desde maio os bens do apresentador <b>Ratinho</b>, nome artístico de Carlos Massa. O fisco cobra-lhe R\$ 53,5 milhões. Em vez de pagar, Ratinho transferiu imóveis, carros e barcos para a Agropastoril Café no Bule, controlada por seus filhos. A Justiça não consegue citá-lo, mesmo procurando-o nos estúdios de TV. Seu advogado diz que a multa aplicada é indevida, que as normas fiscais contemplam o artista, que garantias cobrem a dívida e que ele recorre na Justiça.</p>	 <p><b>CADÊ o Ratinho que estava aqui?</b></p>	<p><b>Ligeirinho e a ratoeira</b></p> <p>Estão bloqueados desde maio os bens do apresentador <b>Ratinho</b>, nome artístico de Carlos Massa. O fisco cobra-lhe R\$ 53,5 milhões. Em vez de pagar, Ratinho transferiu imóveis, carros e barcos para a Agropastoril Café no Bule, controlada por seus filhos. A Justiça não consegue citá-lo, mesmo procurando-o nos estúdios de TV. Seu advogado diz que a multa aplicada é indevida, que normas fiscais contemplam o artista, que garantias cobrem a dívida e que ele recorre na Justiça.</p> <p><b>CADÊ o Ratinho que estava aqui?</b></p>
--	---	---

(Nota jornalística, Revista Época, 08 de outubro de 2012, pág. 37)

Notamos em (35) e em (36) que o enunciador poderia ter escolhido várias outras expressões referenciais para nomear, do início ao fim do texto, os referentes que optou por chamar de “Eike Batista do forró” e de “ligeirinho”. O resultado desta seleção lexical foi a ativação do conhecimento enciclopédico do leitor sobre o sentido dessas expressões em contextos anteriores. Eike Batista, no cenário econômico, é conhecido com um dos homens mais ricos do Brasil; já Ligeirinho, em um contexto amplo, remete a alguém rápido, veloz. Na situação em que foram utilizadas, as expressões referenciais podem ativar esses significados, mas também remetem a outros que só podem ser alcançados na interação sociocognitiva proporcionada pela leitura de (35) e de (36). Na primeira nota jornalística, o referente também é introduzido pela imagem ao lado do texto verbal: uma fotografia do sujeito-alvo, aquele de quem se fala no texto. O empresário cearense Zequinha Aristides que ganhou muito dinheiro com casas de show e que em breve investirá em templos evangélicos e galpões comerciais, segundo diz o jornalista autor da nota. A novidade aqui proposta nesse tipo de análise é que a imagem também pode e deve ser incluída como elemento fundamental para o processamento textual. Assim, constatamos que, no caso da nota (35), o leitor pode, no ato da leitura, seguir por dois caminhos para perceber a introdução referencial: ou o referente é primeiramente introduzido pela expressão “Eike Batista do Forró”, sendo logo em

seguida identificado como Zequinha Aristides; ou pode primeiramente ler a imagem, num procedimento multimodal, para visualizar a primeira aparição do referente Zequinha Aristides e em seguida considerar a recategorização do referente na expressão “Eike Batista do forró”, que conduz o leitor a uma sátira na comparação entre “Eike” e “Zequinha”.

Como a segunda nota jornalística (36) também é composta por texto e imagem, o leitor pode identificar a primeira aparição do referente de duas formas: ou reconhece inicialmente o referente na expressão referencial “Ligeirinho”, relacionada a um personagem com essa característica (um rato pequeno e veloz), confundindo-se com Ratinho, apelido de Carlos Massa; ou ainda pelo caminho iniciado na imagem: a foto do apresentador “Ratinho/ Carlos Massa” identifica o referente que depois é recategorizado. Essa ambiguidade é estratégica, pois dá ao texto um motivo para reflexão. O Ligeirinho<sup>14</sup> do texto (36) é rápido como o personagem dos desenhos animados que foge do seu inimigo (atualizado no texto como o fisco da Justiça), também introduzido no título com a expressão ratoeira. Engenhosamente, o enunciador opta por utilizar esses recursos formais, dando ao texto um tom crítico e bem humorado.

O leitor, ao retornar ao título, confirma toda a cadeia referencial elaborada para dar novo significado aos termos Ligeirinho e Ratoeira. Esse movimento não linear é constitutivo de todo processamento de compreensão textual e deve ser levado em consideração nas análises dos processos referenciais, pois indica que as referências podem ser ratificadas ao longo da leitura, quando o interlocutor resolve certificar-se de que sua compreensão é verdadeira.

Os casos em que a introdução referencial se constrói por meio de expressões referenciais já são conhecidos nas classificações anteriores, e a análise destes casos estava restrita aos elementos verbais presentes no texto/discurso. Nos exemplos (35) e (36), vimos que limitar o conceito das IR à simples “menção” de uma expressão referencial e desconsiderar outros recursos, como os elementos não verbais, é o mesmo que desconsiderar o conceito de texto adotado pela Linguística

---

<sup>14</sup> Speedy González, conhecido no Brasil como Ligeirinho, é um personagem fictício criado pelos estúdios da Warner Brothers. É um rato pequeno e corajoso, muito esperto e muito veloz, que faz de tudo por um pedaço de queijo. Virou o segundo inimigo do gato Frajola, perdendo apenas para o personagem Piu-piu, embora em muitas curtas ele também enfrente o personagem Patolino, sempre levando a melhor. É um mexicano nato e ficou conhecido pelas suas frases antes de sair em disparada: “Arriba, arriba!!!”

Textual e os vários aspectos envolvidos na construção dos sentidos do texto/ discurso.

Outra estratégia formal facilmente reconhecida no título de (35) é a recategorização. Como dissemos anteriormente, o enunciador, ao escolher a expressão “Eike Batista” para introduzir o referente “Zequinha”, não apenas coloca em evidência um objeto que passará por transformações: a transformação já é disparada na própria inauguração do referente. Esse rebatizamento só é completamente percebido após a leitura do texto (ou de parte dele). Essa não linearidade da recategorização já foi discutida por Custódio Filho (2011) em sua tese de doutorado, quando o autor destacava o possível papel redimensional da introdução referencial em alguns casos. Esse posicionamento demanda uma reflexão cuidadosa, mas necessária diante da limitada descrição desse processo referencial. A nosso ver, no título de (35) pode ser reconhecida uma recategorização na inauguração do referente.<sup>15</sup>

O exemplo seguinte traz os mesmos recursos apresentados nas duas notas jornalísticas anteriores, e, além disso, recorre a um novo elemento formal. Vejamos:

(37) Figura 12

<p><b>Filha de peixe é sereia</b></p> <p>Se o pai trabalha domingo, sábado é dia de a filha dar duro. <u>Silvio Santos</u> aprovou, e <b>Patrícia Abravanel</b>, sua herdeira número quatro, comandará o auditório em <i>Sábado à noite</i>. Patrícia teve um batismo diante das câmeras há 18 meses. Adorou e criou um programa para chamar de seu. Apresentou o projeto ao pai e, em seguida, viajou com ele, a mãe e irmãs para a Europa. Na volta, grava o piloto da atração, que estreará em setembro, sob o comando de Leonor Corrêa.</p> <p>48 &gt; ÉPOCA, 6 de agosto de 2012</p> 	<p><b>Filha de peixe é sereia</b></p> <p>Se o pai trabalha domingo, sábado é dia de a filha dar duro. <u>Silvio Santos</u> aprovou, e <b>Patrícia Abravanel</b>, sua herdeira número quatro, comandará o auditório em “Sábado à Noite”. Patrícia teve um batismo diante das câmeras há 18 meses. Adorou e criou um programa para chamar de seu. Apresentou o projeto ao pai e, em seguida, viajou com ele, a mãe e irmãs para a Europa. Na volta, grava o piloto da atração, que estreará em setembro sob o comando de Leonor Corrêa.</p>
---	---

(Nota jornalística, Revista Época, 06 de agosto de 2012, pág. 48)

<sup>15</sup> Cavalcante (2005, p 129-130) confirma esse posicionamento quando analisa o poema “A rosa de Hiroxima” e encontra um caso em que o objeto introduzido é ao mesmo tempo recategorizado. Segundo a autora, “nosso conhecimento de mundo permite recuperá-lo [...] e compreender a transformação que se processa no próprio instante em que o objeto de discurso é introduzido no poema”.

Semelhante aos casos anteriores (35) e (36), em (37) reconhecemos o mesmo processamento textual criativo em que o referente é apresentado por recursos verbo-visuais. Neste caso em particular, o enunciador utiliza mais um artifício: uma marca tipográfica (traço) que liga a expressão “Patrícia Abravanel” à imagem ao lado, acrescentando ao exemplar desse gênero textual um elemento auto-explicativo que confirma sobre quem ele está enunciando. Vale lembrar sobre o duplo caminho de leitura, assim como ocorre nos exemplos anteriores, é possível em (37). O leitor pode reconhecer a primeira menção ao referente na expressão “filha de peixe” ou na imagem do lado direito do texto (fotografia de Patrícia Abravanel). Em seguida, ocorre uma recategorização (Filha de peixe = Patrícia ou vice-versa). Os recursos visuais considerados nesta análise levam a perceber como se processam as possibilidades de leitura e construção dos sentidos do texto.

Faz-se necessário, ainda sobre o exemplo (37), um comentário acerca de um fator novo em relação ao aspecto formal da introdução referencial: a presença de uma marca intertextual logo no título da nota jornalística. No título “Filha de peixe é sereia”, o leitor pode reconhecer a presença de outro texto, embora modificado. Esse procedimento estratégico presente no título de (37) é classificado por Cavalcante (2012) como um típico caso de *détournement*<sup>16</sup>. Conforme essa classificação, há uma produção de enunciado com marcas linguísticas de um provérbio ou frase feita conhecida, porém modificado para orientar a construção de novos sentidos pelo interlocutor. Na nota jornalística analisada (37), o leitor pode reconhecer como gatilho o enunciado do título que ativa em sua memória um texto-fonte, originalmente um provérbio (filho de peixe, peixinho é) e o relaciona ao conteúdo transformado para entender o que o enunciador pretende argumentar sobre o referente destacado no texto. Neste caso em especial, o referente “Patrícia Abravanel” é apresentado como “filha de peixe”, o que pode levar o leitor a qualificar, ao longo do texto, a desenvoltura da apresentadora conforme o desempenho do pai, o apresentador Silvio Santos.

A estratégia de introdução referencial por meio de expressões com marcas intertextuais é desconsiderada pela literatura vigente, que prioriza apenas a função

---

<sup>16</sup> O *détournement* é classificado pela autora como um tipo especial de paródia, o qual se restringe a textos mais curtos, muitas vezes frases feitas, provérbios, etc. , não necessariamente transformando um texto completamente. Esse fenômeno intertextual tem, segundo Cavalcante (2012) um evidente valor subversivo, e leva o interlocutor a ativar o texto original para argumentar a partir dele. É possível também recuperá-lo para uma ironia, contradição em relação ao texto-fonte.

de apresentar pela primeira vez o referente no cotexto. Em (37), confirmamos a presença desta categoria formal no processamento textual do gênero nota jornalística e acreditamos ser possível encontrar o mesmo fenômeno em outros gêneros, como veremos posteriormente em outros casos aqui analisados. Isso também, por si só, já confirma nossa ideia de que existem diferentes formas de introduzir o referente no texto/discurso.

Retomando os exemplos (35), (36) e (37), destacamos algumas funções comuns aos textos coletados no grupo das notas jornalísticas. Iniciamos com as atribuições textual-discursivas relacionadas às menções referenciais que apresentaram os referentes nos textos relacionados.

Reforçamos aqui que não é nosso interesse desprezar o papel das IRs de apresentar os objetos de discurso no processo de construção dos sentidos. Como já se postulava e se postula até hoje, essa ainda é uma das funções primárias das introduções referenciais, tanto que é por causa dessa função que o processo recebe este nome. Todavia, não podemos desvincular outras funções do ato de apresentar o objeto de discurso, como veremos a seguir. O fato é que, nas notas jornalísticas coletadas, a função de apresentar o referente de forma imparcial, pelo menos supostamente, só foi encontrada por causa das imagens que acompanham os textos. Percebemos, como foi dito na análise das formas, que o leitor pode optar por vários movimentos de leitura e um deles é iniciado pela imagem. Ao olhar para a fotografia ao lado da nota, o leitor busca em sua memória enciclopédica o referente em questão. Caso não o conheça, o texto verbal será a fonte em que ele buscará a informação para a ativação do objeto referido na imagem.

Temos, dessa forma, que a imagem se soma aos diversos recursos da materialidade verbal como mais um fator característico da referenciação. Vale ressaltar, haja vista o número significativo de ocorrências de textos com imagens, analisados nesta tese, que os recursos visuais encontrados no gênero nota jornalística vão além de fotografias. Há também marcas tipográficas (como o negrito, por exemplo) que realçam as estratégias multimodais peculiares ao gênero. Vejamos um exemplo na ilustração da função a seguir:

(38) Figura 13

## Louca\$ pelo Bra\$il

■ Pular o Carnaval no país virou mesmo um bom negócio para as celebridades internacionais e, como no contrato ainda não figura a cláusula de simpatia, o negócio é surgir, sorrir e sumir. Caso de **Jennifer Lopez**, que ficou dez minutos aquém das combinadas duas horas no camarote da Brahma, no Rio de Janeiro, pelo cachê de US\$ 2 milhões. Fechada em seu curralzinho VIP ao lado do namorado 18 anos mais jovem, o bailarino Casper Smart (que só perguntava pela hora do fim do desfile), ela avisou: "Nunca vou saber sambar como as brasileiras. Não tive bons professores quando decidi aprender a sambar. É um ritmo totalmente diferente da salsa, do merengue". "Beyoncé, olha pra mim, te amo!", gritou um folião que desfilava na Renascer de Jacarepaguá, ao avistar J-Lo. Ela perguntou pelo ator Rodrigo Santoro, de quem já foi apontada como affair ("Trocamos mensagens, e eu falei para ele vir aqui. Sabe se ele veio?"), contou que deixou os filhos com a avó em Los Angeles ("Sou uma mãe amorosa. Tento ser dura com eles, mas não sou muito boa nisso.") e fez um passeio de barco no dia seguinte, antes de zarpar de volta aos Estados Unidos.

■ Com a conta engrossada pelo cachê de US\$ 1 milhão, a cantora **Fergie**, do grupo Black Eyed Peas, não tirou os óculos escuros na Sapucaí. "É que ela sofre de uma fotofobia aguda e, por isso, tem sensibilidade excessiva à claridade e à luz solar", disse uma assessora. O show de 45 minutos em que cantou em playback no camarote da Devassa teve altos e baixos: começou lotado e terminou com cerca de 30 pessoas assistindo à performance. É que o público preferiu ver o desfile da Mangueira. "Parem de tirar fotos de mim e curtam o som. Dancem", gritou ao microfone.

■ Na Bahia, **Sharon Stone** estava mais para lady do que para a famosa descruzada de pernas que a celebrou no filme *Instinto selvagem*. Sem uma gota de suor, deu declarações protocolares sobre o camarote que a contratou por R\$ 500 mil. Cada vez que pintava uma briga na rua, uma assessora tratava de virá-la de costas para os trios. Em março, ela retornará ao Brasil para ser madrinha de uma noite de gala beneficente. Sem cachê, reza a lenda.



## Louca\$ pelo Bra\$il

\* Pular o Carnaval no país virou mesmo um bom negócio para as celebridades internacionais e, como no contrato ainda não figura a cláusula de simpatia, o negócio é surgir, sorrir e sumir. É o caso de **Jennifer Lopez**, que ficou dez minutos aquém das combinadas duas horas no camarote da Brahma, no Rio, pelo cachê de US\$ 2 milhões. Fechada em seu curralzinho vip ao lado do namorado 18 anos mais jovem, o bailarino Casper Smart (que só perguntava pela hora do fim do desfile), ela avisou: "Nunca vou saber sambar como as brasileiras, mas faço o básico. Não tive bons professores quando decidi aprender a sambar. É um ritmo totalmente diferente da salsa, do merengue".

\*Também com a conta engrossada pelo cachê de US\$ 500 mil, a cantora **Fergie**, do grupo Black Eyed Peas, não tirou os óculos escuros na Sapucaí. "É que ela sofre de uma fotofobia aguda e, por isso, tem sensibilidade excessiva à claridade e a luz solar. Antes de fazer shows e se expor às luzes dos refletores, ela sempre usa um colírio especial", esclareceu uma assessora.

\*Já na Bahia, **Sharon Stone** estava mais para lady do que para a famosa descruzada de pernas que a celebrou no filme *Instinto Selvagem*. Sem uma gota de suor, ela deu as declarações protocolares de que estava feliz por estar no camarote que a contratou por R\$ 500 mil. Cada vez que pintava uma briga na rua, uma assessora tratava de virá-la de costas para os trios. Em março, ela retorna ao Brasil para ser madrinha de uma noite de gala beneficente em São Paulo. Sem cobrar cachê, reza a lenda.

No exemplo (38), temos um texto cujo objetivo é refletir sobre o “real interesse” das celebridades em vir para o Brasil. Para construir esse sentido, o enunciador faz uso, logo no título, de uma introdução referencial que não só apresenta um referente, como também resume o conteúdo e orienta o ponto de vista do leitor sobre o conteúdo da nota por ser ela, a expressão escolhida, ponto de partida para a leitura do texto. Assim, devemos observar a reunião de três notas jornalísticas com apenas um único título.<sup>17</sup> Além disso, as marcações no início de cada parágrafo apontam para o início de um novo tema a ser discutido (no caso, o episódio ocorrido com cada “celebridade” oportunista que veio ao Brasil no carnaval).

Outra categoria a ser esclarecida é quanto a função do recurso multimodal presente no título “Louca\$ pelo Bra\$il”. Podemos afirmar que o enunciador não só deseja que o seu interlocutor ative o sentido comumente atribuído à palavra “Loucas”, como também o motiva a buscar na memória um significado relacionado à troca proposital da letra “s” por “\$\$” (cifrões) - signo indicativo de unidade monetária em vários países. É importante notar também que o leitor muitas vezes precisa percorrer o texto para confirmar que o “desvio gráfico” não está ali à toa: o autor da nota jornalística confirma ao longo do texto que as “celebridades” apresentadas no texto vieram aqui somente por dinheiro.

## **5.2 Editoriais: a opinião declarada**

Procuramos, nos itens seguintes, explicar o funcionamento desse engenho, principalmente atendendo ao propósito desta tese que almeja identificar e descrever as introduções referenciais quanto à forma e quanto à função.

Para ilustrar alguns dos dados encontrados sobre a natureza formal das introduções referenciais, selecionamos inicialmente o editorial a seguir:

---

<sup>17</sup> Esse procedimento é previsto no Manual de Redação do Jornal Zero Hora, conforme já citado na seção 2.2.1.

(39) Figura 14

## A Cachoeira o que é de Cachoeira

Os brasileiros assistiram, nos últimos dias, a um debate surrealista. Governistas e opositoristas afirmam que a CPI que investigará o esquema de corrupção do empresário da contravenção Carlinhos Cachoeira terá um impacto tão grande nos destinos políticos do país que será capaz de modificar os resultados do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os petistas, a começar pelo presidente da legenda, Ruy Falcão, comemoraram antecipadamente essa possibilidade. Pelos mesmos motivos, apenas com os sinais trocados, seus adversários a temem. Trata-se, nos dois casos, de uma absoluta falta de bom-senso. A sociedade brasileira é perfeitamente capaz de acompanhar dois, três, quatro ou quantos mais escândalos de corrupção houver. Não há, portanto, hipótese de qualquer tipo de revelação da CPI obscurecer o julgamento do mensalão, previsto para começar ainda no primeiro semestre, conforme a vontade explícita do novo presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto.

A base do processo é um dos mais longos e detalhados inquéritos sobre corrupção na história do país. Foram sete anos de trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal. As partes foram ou-

vidas mais de uma vez, os réus tiveram todas as oportunidades de defesa. Em julho de 2011, convencido de que o mensalão representa o mais grave "atentado aos valores democráticos da história do país", o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, entregou suas alegações finais, um trabalho de 390 páginas. Dos 40 denunciados inicialmente, dois foram considerados inocentes, um fez acordo com a Justiça e o quarto morreu.

Do ministro-relator Joaquim Barbosa à mais nova integrante do STF, ministra Rosa Weber, os 11 ministros tiveram todas as condições para se familiarizar com o caso. Ele exigirá um enorme trabalho de todos eles, uma vez que, além da denúncia do procurador-geral, o advogado de cada um dos 36 réus terá direito a defender seu cliente por uma hora. Obviamente, tudo será acompanhado atentamente pela imprensa e pela sociedade, independentemente de haver ou não CPI em andamento.

Quanto a Carlinhos Cachoeira, é bom que o Congresso faça as investigações que julgar necessárias e realize seus trabalhos da forma menos tumultuada possível. Só se espera que não seja preciso aguardar sete anos para que os culpados paguem por seus crimes.

## A Cachoeira o que é de Cachoeira

Os brasileiros assistiram, nos últimos dias, a um debate surrealista. Governistas e opositoristas afirmam que a CPI que investigará o esquema de corrupção do empresário da contravenção Carlinhos Cachoeira terá um impacto tão grande nos destinos políticos do país que será capaz de modificar os resultados do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os petistas, a começar pelo presidente da legenda, Ruy Falcão, comemoraram antecipadamente essa possibilidade. Pelos mesmos motivos, apenas com os sinais trocados, seus adversários a temem. Trata-se, nos dois casos, de uma absoluta falta de bom-senso. A sociedade brasileira é perfeitamente capaz de acompanhar dois, três, quatro ou quantos mais escândalos de corrupção houver. Não há, portanto, hipótese de qualquer tipo de revelação da CPI obscurecer o julgamento do mensalão, previsto para começar ainda no primeiro semestre, conforme a vontade explícita do novo presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto.

A base do processo é um dos mais longos e detalhados inquéritos sobre corrupção na história do país. Foram sete anos de trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal. As partes foram ou-

vidas mais de uma vez, os réus tiveram todas as oportunidades de defesa. Em julho de 2011, convencido de que o mensalão representa o mais grave "atentado aos valores democráticos da história do país", o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, entregou suas alegações finais, um trabalho de 390 páginas. Dos 40 denunciados inicialmente, dois foram considerados inocentes, um fez acordo com a Justiça e o quarto morreu.

Do ministro-relator Joaquim Barbosa à mais nova integrante do STF, ministra Rosa Weber, os 11 ministros tiveram todas as condições para se familiarizar com o caso. Ele exigirá um enorme trabalho de todos eles, uma vez que, além da denúncia do procurador-geral, o advogado de cada um dos 36 réus terá direito a defender seu cliente por uma hora. Obviamente, tudo será acompanhado atentamente pela

	<p>imprensa e pela sociedade, independentemente de haver ou não CPI em andamento.</p> <p>Quanto a Carlinhos Cachoeira, é bom que o Congresso faça as investigações que julgar necessárias e realize seus trabalhos da forma menos tumultuada possível. Só se espera que não seja preciso aguardar sete anos para que os culpados paguem por seus crimes.</p>
--	--

(Editorial. revista Época, 23 de abril de 2012. p. 10)

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar o caráter persuasivo do gênero editorial. O editorialista, muitas vezes, defende teses que geralmente são enunciadas na introdução, estendendo-se, no corpo do texto, à exposição dos fatos e argumentos que conduzirão o leitor, na conclusão, a endossar a opinião expressa no percurso argumentativo. Em alguns casos, assim como vimos no gênero nota jornalística, essa opinião pode vir impressa já no título, avançando expectativas sobre o assunto e fornecendo ao interlocutor uma visão dos conteúdos tratados que permite sua entrada seletiva, acionando esquemas importantes que podem corresponder às intenções do autor.

Em (39), encontramos um título curioso, no qual o jornalista seleciona o sobrenome do empresário “Carlinhos Cachoeira” para reelaborar o famoso trecho bíblico “dai a César o que é de César”<sup>18</sup>. A exemplo do que acontece no gênero nota jornalística, podemos afirmar que a menção ao referente é ainda um dos recursos formais mais utilizados, muito embora não seja o único. Percebemos em (39) que, além da expressão referencial em si, há uma marca intertextual presente no título que deve ser analisada. Ao intitular o editorial com o enunciado “A Cachoeira o que é de Cachoeira”, o jornalista elabora uma paródia, subvertendo o texto-fonte com o propósito de reger um posicionamento crítico e negativo sobre o referente em destaque.

Ao lermos o conteúdo do editorial (39), confirmamos esse propósito do autor claramente. Ao longo do texto, vários fatos comprometedores reforçam a culpa do empresário Carlinhos Cachoeira, ao passo que se discutem os esforços realizados no Brasil para punir corretamente todos os corruptos. Além dos envolvidos no

<sup>18</sup> Segundo o capítulo 22 do evangelho de Mateus, Jesus teria sido abordado por fariseus que queriam descobrir se ele incentivava os judeus a não pagarem impostos. Questionado, teria dito: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”.

“julgamento do mensalão”, a opinião engendrada no texto é a favor do pagamento da devida sentença em relação ao crime cometido, por isso conclama, logo no título, “A Cachoeira o que é de Cachoeira”.

Destacamos também o uso de siglas no primeiro parágrafo. A primeira, CPI, revela uma característica peculiar do gênero editorial: o suposto conhecimento enciclopédico do público leitor e a frequência com que aparece nos textos jornalísticos permitem ao enunciador o uso de siglas sem a devida explicação por extenso de seu significado. A segunda, STF, serviu para abreviar a expressão que a precede. Em ambos os casos, temos a menção de referentes que agregados a outras informações ao longo do texto implicam na confirmação da tese indicada no título do editorial e confirmada na última frase do texto, onde o jornalista declara: “Só se espera que não seja preciso aguardar sete anos para que os culpados paguem por seus crimes”.

No exemplo (40) a seguir, verificamos outra forma de introduzir o referente:

(40) Figura 15

<p>Editorial</p> <h2>Ideias rosas</h2> <p>Sabe a fábula do beija-flor que faz um grande esforço, carregando um pouco de água no bico e atravessando a floresta para tentar apagar um incêndio? Parece inválido, mas o imenso trabalho que o pássaro faz lhe deixa feliz por não ter simplesmente ignorado um problema que é de todos, e, ainda, pode motivar outros animais a se unirem com o mesmo propósito. É através de atitudes como essa que o Brasil tem conseguido mudar tristes cenários. Moradores de rua são alimentados em diversas cidades do país graças à ação de pessoas que saem de suas casas, colocam uma sopa quente na mala do carro e partem para dividir o que têm com quem não tem nada. Crianças com câncer recebem atendimento de qualidade nos centros de saúde do país porque alguém teve</p> <p>a ideia de abrir a porta de sua “casa” um dia para recebê-las e dar algum conforto, como fazem os voluntários do Lar de Maria em Teresina. Pessoas portadoras do vírus da Aids são bem tratadas em instituições porque há quem cuide, alimente e oriente mesmo quando ninguém mais acredita nelas. Pequenas e individuais iniciativas podem mudar o rumo das coisas. Não que a sociedade tenha a obrigação de fazer o que é papel do Estado, mas que bom que muita gente resolva fazer o que não é sua função e acaba mobilizando outras pessoas e, mais cedo ou mais tarde, o próprio Estado. Alguém, um dia, teve a ideia de prestar atendimento gratuito a mulheres com câncer de mama durante o mês de outubro. Algum tempo depois, a ideia pegou em vários estados</p> <p>dos Estados Unidos até se tornar lei. Outros países, a exemplo do Brasil, viram que a ideia do beija-flor era boa e decidiram imitar. Em diversos estados do Brasil, profissionais da saúde, clínicas e outros se unem contra o câncer de mama. Gente grande começou a ver o incêndio reduzindo quando vários pássaros se reuniam. Foi o que se viu ontem, quando o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou os avanços alcançados no país graças à iniciativa do Outubro Rosa, chamando a atenção ainda para a necessidade de superar desigualdades regionais para que mais pessoas tenham acesso a exames preventivos e a tratamento. Prova de que vale a pena lutar por uma causa, ainda que a luta pareça árdua e solitária. Parabéns a quem acredita nas pequenas atitudes.</p>	<h3>Ideias rosas</h3> <p>Sabe a fábula do beija-flor que faz um grande esforço, carregando um pouco de água no bico e atravessando a floresta para apagar um incêndio? Parece inválido, mas o imenso trabalho que o pássaro faz lhe [sic] deixa feliz por não ter simplesmente ignorado um problema que é de todos, e, ainda, pode motivar outros animais a se unirem com o mesmo propósito. É através de atitudes como essa que o Brasil tem conseguido mudar tristes realidades. Moradores de rua são alimentados em diversas cidades do país graças à ação de pessoas que saem de suas casas, colocam uma sopa quente na mala do carro e partem para dividir o que têm com quem não tem nada. Crianças com câncer recebem atendimento de qualidade nos centros de saúde do país porque alguém teve a ideia de abrir a porta de sua “casa” um dia para recebê-las e dar algum conforto, como fazem os voluntários do lar de Maria em Teresina. Pessoas portadoras do vírus da Aids são bem tratadas em instituições porque há quem cuide, alimente e oriente mesmo quando ninguém mais acredita nelas.</p>
--	--

	<p>Pequenas e individuais iniciativas podem mudar o rumo das coisas. Não que a sociedade tenha a obrigação de fazer o que é papel do Estado, mas que bom que muita gente resolve fazer o que não é sua função e acaba mobilizando outras pessoas e, mais cedo ou mais tarde, o próprio Estado. Alguém, um dia, teve a ideia de prestar atendimento gratuito a mulheres com câncer de mama durante o mês de outubro. Algum tempo depois, a ideia pegou em vários estados dos Estados Unidos até se tornar lei. Outros países, a exemplo do Brasil, viram que a ideia do beija-flor era boa e decidiram imitar. Em diversos estados do Brasil, profissionais da saúde, profissionais da beleza, clínicas e outros se unem contra o câncer de mama. Gente grande começou a ver que o incêndio reduzia quando vários pássaros se reuniam.</p> <p>Foi o que se viu ontem, quando o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou os avanços alcançados no país graças à iniciativa do Outubro Rosa, chamando a atenção ainda para a necessidade de superar desigualdades regionais para que mais pessoas tenham acesso a exames preventivos e a tratamento. Prova de que vale a pena lutar por uma causa, ainda que a luta pareça árdua e solitária. Parabéns a quem acredita nas pequenas atitudes.</p>
--	--

(Editorial, Jornal O Dia, Teresina, 20 de outubro de 2012.)

A ocorrência que nos chamou atenção em (40) foi o referente apresentado logo no início do texto, encapsulado como “ideias rosas”, expressão escolhida pelo jornalista que, a nosso ver, não deve ser considerada totalmente arbitrária e, sim, orientada para auxiliar no propósito comunicativo do gênero editorial: apresentar um ponto de vista<sup>19</sup>.

É válido reforçar, como foi dito em (39), que os referentes elaborados no gênero editorial são constantemente apresentados por meio de valores explicitados nas expressões referenciais, o que facilita a defesa de uma tese. Dessa forma, confirmamos que apresentar o referente é apenas uma das funções da introduções

<sup>19</sup> Muitas vezes encontramos dificuldade para separar, mesmo que apenas didaticamente, as categorias formais e funcionais elencadas na nossa pesquisa. Isso porque elas ocorrem ao mesmo tempo e não são **autoexcluentes**, como já foi afirmado na metodologia aplicada.

referenciais. Podemos afirmar que, em (40), o uso da expressão referencial “ideias rosas” para inaugurar um referente exerce também a função de encapsular informações posteriores importantes que servirão para orientar a cadeia referencial a ser construída ao longo do texto. As “ideias rosas” de que fala o enunciador no título são todas as ações beneficentes realizadas pela sociedade, comparadas ao ato solidário praticado na “fábula do beija-flor” citada logo no início do texto. E aí temos outra categoria formal a ser destacada: a intertextualidade.

Semelhante ao editorial (39) analisado anteriormente, observamos em (40) uma marca intertextual presente na expressão “fábula do beija-flor”<sup>20</sup>, localizada na primeira linha do texto. O jornalista recorre, neste caso, a outro texto para fazer o leitor buscar em sua memória o conteúdo imprescindível que será utilizado na argumentação ao longo do texto. No texto original, o tema da cidadania é evidenciado e inicia-se então uma comparação com outras ações sociais a serem desenvolvidas, a saber, o ato de alimentar moradores de rua, ajudar no tratamento de pacientes com câncer fazendo-lhes visitas nos hospitais, etc.; tudo isso para culminar com a ação social à qual o enunciador dá maior destaque: o movimento Outubro Rosa<sup>21</sup>. Para o editorialista, ações como essa devem servir de exemplo e prova de que vale a pena lutar por uma causa, mesmo que seu esforço seja como o do pequeno “beija-flor” da fábula.

Mais uma vez, percebemos em (41) o movimento não linear constitutivo do processo referencial, como forma de confirmação dos sentidos do texto.

---

<sup>20</sup> A fábula do beija-flor foi utilizada como metáfora na campanha de Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, sociólogo brasileiro, para explicar o valor da cidadania e da solidariedade. O texto completo diz que: “Um certo dia, em uma floresta, houve um grande incêndio. Os animais começaram a correr procurando escapar das chamas. Ao contrário do restante dos animais, o Beija-Flor voava até o lago, colocava algumas gotas de água no bico e as atirava no fogo. O leão, rei da floresta, intrigado com aquela situação, perguntou-lhe:- Beija-Flor, achas que vais conseguir apagar o incêndio com estas gotas? O Beija-Flor respondeu: - Com certeza que não! Mas estou fazendo a minha parte!”

<sup>21</sup> O movimento popular internacionalmente conhecido como Outubro Rosa começou nos Estados Unidos, onde vários Estados tinham ações isoladas, no mês de outubro, referentes ao câncer de mama. O nome remete tanto ao mês como à cor do laço rosa que simboliza, mundialmente, a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades.

(41) Figura 16

## Editorial

# Alberto tinha razão

O valor médio cobrado pelo litro de gasolina nos postos de combustíveis piauienses é nada menos que R\$ 2,64.

Fora o valor altíssimo e inviável para muitos, há o alerta nacional de risco de blecaute nas bombas em diversos estados, inclusive Ceará e Maranhão, distribuidores regionais.

Isso implica dizer que, a dificuldade nacional de distribuição de combustíveis aliada à extrema dependência ao produto pode reservar dias difíceis neste fim de ano, período em que o consumo sofre um aumento de 10% com as tradicionais viagens das famílias e com o aumento das entregas de produtos de consumo.

Com relação ao Piauí, a situação é ainda mais grave. Sem porto e sem

malha ferroviária em quantidade e qualidade suficientes, a dependência piauiense a outros estados pode ser suprida somente através do sistema rodoviário, muito mais caro e demorado para atender grandes demandas.

Para se ter uma ideia, apenas uma viagem de trem do Porto de Itaqui, em São Luís (MA), a Teresina equivale a 80 viagens de caminhões carregados com combustível.

Todo esse quadro nos faz lembrar de Alberto Silva, engenheiro por formação, ex-governador do Estado e grande idealizador das grandes obras que pudessem garantir o desenvolvimento do estado.

Dentre muitas de suas obsessões, o transporte público e a construção

de estrutura necessária para o desenvolvimento do Estado eram prioridades.

Exemplos disso são a conclusão do Porto de Luís Correia e a construção de grandes ferrovias - incentivadas por Alberto Silva - mas que ainda engatinham.

No entanto, nos últimos anos, o Governo do Estado buscou recursos junto à União para recuperar as BRs que cortam o Piauí, ampliar e até duplicar em alguns pontos. Apesar de necessárias, estas foram obras que agora já exigem novos reparos e funcionaram apenas para atender questões urgentes. Sem olhar para o horizonte no momento certo, o Piauí se ressentiu da ausência de ferramentas importantes para manter o estado devidamente abastecido.

### Alberto tinha razão

O valor médio cobrado por litro de gasolina nos postos de combustíveis piauienses é nada menos que R\$ 2,64. Fora o valor altíssimo e inviável para muitos, há o alerta nacional de risco de blecaute nas bombas em diversos estados, inclusive Ceará e Maranhão, distribuidores regionais.

Isso implica dizer que, a dificuldade nacional de distribuição de combustíveis aliada à extrema dependência ao produto pode reservar dias difíceis neste fim de ano, período em que o consumo sofre um aumento de 10% com as tradicionais viagens das famílias e com o aumento das entregas de produtos de consumo.

Com relação ao Piauí, a situação é ainda mais grave. Sem porto e sem malha ferroviária em quantidade e qualidade suficientes, a dependência piauiense a outros estados pode ser suprimida somente através do sistema rodoviário, muito mais caro e demorado para atender grandes demandas.

Para se ter uma ideia, apenas uma viagem de trem do Porto de Itaqui, em São Luís (MA), a Teresina equivale a 80 viagens e caminhões carregados com combustível.

Todo esse quadro nos faz lembrar de Alberto Silva, engenheiro por formação, ex-governador do Estado e grande idealizador das grandes obras que pudessem garantir o desenvolvimento do estado.

Dentre muitas de suas obsessões, o transporte público e a construção de estrutura necessária para o desenvolvimento do Estado eram prioridades.

Exemplos disso são a conclusão do Porto de Luís Correia e a construção de grandes ferrovias - incentivadas por Alberto Silva - mas que ainda engatinham.

No entanto, nos últimos anos, o Governo do Estado buscou recursos junto à União para recuperar as BRs que cortam o Piauí, ampliar e até duplicar em alguns pontos.

Apesar de necessárias, estas foram

	obras que agora já exigem novos reparos e funcionaram apenas para atender questões urgentes. Sem olhar para o horizonte no momento certo, o Piauí se ressentia da ausência de ferramentas importantes para manter o estado devidamente abastecido.
--	--

(Editorial, Jornal O Dia, Teresina, 20 de outubro de 2012.)

O editorial (41) aborda a relação entre o “transporte público e a construção de uma estrutura necessária para o desenvolvimento do Estado”; e relembra, ao longo do texto, o exemplo do engenheiro Alberto Silva, ex-governador do Piauí, responsável por incentivar a realização de obras como a conclusão de um porto no Litoral piauiense e de toda a malha ferroviária do Estado.

Para convencer o leitor de que realmente “Alberto tinha razão”, o enunciador causa um “estranhamento” logo no título do texto, ao utilizar dois sintagmas que despertam a curiosidade do interlocutor para o real sentido dos referentes categorizados como “Alberto” e “razão”. O editorialista promove, então, uma necessidade de confirmação, por parte do leitor, sobre quem é Alberto e sobre o que ele tinha razão, fato que só será confirmado no final (ou ao longo) do texto. Em outras palavras, ao utilizar um nome próprio não tão evidente, o autor do texto intima o leitor a buscar informações sobre esse referente. O outro fenômeno para o qual devemos atentar é o encapsulamento logo na introdução de um referente, também no título do texto. O sintagma “razão”, a exemplo de “Alberto”, também estimula o leitor a investigar no texto seu significado; porém, diferente do primeiro referente (Alberto), a introdução referencial encapsuladora (razão) não se encontra pontualmente localizada. A recuperação de seu sentido se dá de forma difusa no conteúdo do editorial, e essa diferença nos ajuda a perceber com mais clareza duas estratégias diferentes: a primeira, em que a introdução referencial exige uma confirmação pontual do referente no texto; e a segunda confirmação do objeto, mais difusa, que acontece ao longo do editorial.

A análise dos dois editoriais, (40) e (41), mostra ainda que, para além da questão dos procedimentos formais existentes nesse gênero textual, há distintas funções textual-discursivas que merecem ser explicitadas. Chama-nos a atenção, por exemplo, as funções de apresentação aparentemente neutra do referente (função tradicional das expressões referenciais), além do papel de orientar o

percurso argumentativo característico do gênero editorial. Esta última função recorre às estratégias causadoras de “estranhamento” (explicadas no tópico anterior), como, por exemplo, as recategorizações, os encapsulamentos, ou gatilhos para uma busca na memória supostamente compartilhada. Em (40) podemos destacar a função encapsuladora da expressão referencial utilizada como título. A introdução do referente no título promove uma busca ao longo do texto de forma difusa, não pontual, para a confirmação sobre que “ideias rosas” o autor está falando. Em (42), a expressão “Alberto” desperta uma curiosidade que também só poderá ser saciada com a leitura do texto em busca da informação supostamente compartilhada de quem é Alberto Silva. Por meio dessas estratégias, o enunciador opera uma costura textual, ligando todos os argumentos e fortalecendo a coerência do seu raciocínio.

A partir do que foi dito, uma observação pode ser destacada como argumento a favor de nossa análise: as operações textuais para a apresentação do referente estão relacionadas aos objetivos específicos de cada gênero textual. Como são vários os objetivos dentro de cada texto, distintas são as formas e as funções das introduções referenciais. Vale ressaltar que, em meio a essa multiplicidade de recursos, um dos aspectos mais observados, tanto em relação à forma como em relação à função, diz respeito ao conhecimento prévio, alicerçado no reconhecimento de que toda atividade de interação via texto movimenta um conjunto de conhecimento (socialmente construídos) que completam as lacunas do que é referido. Vimos, que algumas estratégias referenciais só se confirmam mediante a ativação do conhecimento sociocultural partilhado.

Os comentários apresentados até aqui denotam que, de fato, são múltiplas as funções das introduções referenciais. Isso implica que toda atividade sociocognitiva da ação de referir demanda explicações mais amplas que as normalmente propostas. Outros pontos ainda podem ser discutidos em relação ao fazer investigativo aqui sugerido. Vejamos, a seguir, a análise do gênero charge, em que entra em cena mais um importante fator do processo de introdução referencial: os recursos verbo-visuais.

### **5.3 Charges: Imagem e palavra a serviço da crítica política**

Por causa dos elementos verbo-visuais característicos do gênero charge, seu alcance é bem maior do que o editorial, pois o leitor nem sempre está interessado ou

dispõe de tempo para tomar conhecimento dos fatos expostos nos editoriais. Por outro lado, com uma mensagem curta, porém amplamente persuasiva, a charge pode complementar o tema discutido nos editoriais, nos artigos, ou independentemente de outros gêneros, representar uma opinião a respeito de um tema recente nos jornais e revistas.

Dessa forma, para facilitar a compreensão de nossa análise, é preciso contextualizarmos os fatos expostos nas charges para o melhor entendimento dos procedimentos utilizados pelos chargistas na composição de seus textos.

A charge, como dito anteriormente, tem como uma de suas características a condensação de várias informações. Nela podemos encontrar elementos verbais e/ou visuais. No exemplo a seguir, ilustraremos alguns aspectos formais encontrados nos exemplares de charge do nosso *corpus*:

(42) Figura 17



Charge, O dia, 12/10/2012

No caso do exemplo (42), temos o enunciado: “Estou prevendo o fim do mundo para um de vocês”. Essa frase torna-se risível pelas relações que estabelece tanto com as imagens quanto com o contexto em que está inserido. Podemos dizer que a charge (42) é intertextual, outra leitura do texto-fonte, veiculado em jornais teresinenses, sobre o episódio profético do fim do mundo. No jornal em que esse texto verbo-visual foi publicado, havia uma matéria sobre a prisão de “Luis Pereira dos Santos”, acusado de iludir cerca de 120 pessoas que moravam com ele em uma casa chamada de “a arca”. Vejamos o texto ao qual a charge estava relacionada:

**Profeta é preso pela polícia na hora em que previa que o mundo ia acabar**

Homens da tropa de choque da Polícia Militar do Piauí realizaram, pouco antes das 16 horas, uma operação no Parque Universitário, zona leste em Teresina, para efetuar a detenção do falso profeta Luís Pereira da Silva, de 43 anos, que anunciava o início do fim do mundo para esta sexta-feira, dia 12. Desde o início do mês ele estava enclausurado com mais de cem pessoas em apenas duas residências localizadas no Parque Universitário. O tenente Tanaka Costa, do Rone, informou que a operação foi determinada pelo coronel Alberto Menezes, comandante de Policiamento da Capital. A orientação era para que o falso profeta fosse detido antes das 16 horas, horário em que, segundo Luís Pereira, teria início o Apocalipse. A principal preocupação da PM era que nesse horário o profeta e seus seguidores cometessem um suicídio coletivo. Além disso, o policiamento também é necessário porque moradores da região ficaram revoltados com o falso presságio de Luís Pereira e começaram a arremessar pedras e pedaços de pau contra as casas onde as famílias estão abrigadas.

(Notícia. Jornal O dia, 12 de Out. de 2012. p 5)

O profeta, como era chamado, pregava que o fim do mundo aconteceria no dia 12 de outubro de 2012 e que, por isso, todos aqueles que o seguissem deveriam se preparar para o juízo final. Aproveitando-se do fanatismo de seus seguidores, Luis Pereira usava o dinheiro de seus fiéis, recomendando que deixassem suas casas e seus bens para o ritual de purificação até o dia do fim do mundo.

Definimos como recurso intertextual o uso da imagem caricatural do “profeta” e a expressão “fim do mundo”, no balão que corresponde à fala do personagem. Temos, então, dois elementos formais: a imagem e a expressão referencial que introduz o referente “fim do mundo” no enunciado. Ambos mobilizam um processo de alusão. Esses elementos aludem tanto à profecia do fim dos tempos como a outro conhecimento supostamente compartilhado na memória enciclopédica do público leitor do jornal teresinense: a metáfora da “porca”. Essa metáfora é confirmada na imagem que surge no lado direito do quadro da charge, dando ao texto uma nova configuração. O animal, na verdade, personifica a derrota política nas eleições; e em (42), essa informação é reforçada com a humanização da porca que usa lenço no pescoço e anda em duas patas, segurando garfo e faca. O chargista revela, em seu texto, uma ambiguidade no sentido de “fim do mundo”. Temos, então, da mesma forma que nos gêneros anteriores, várias opções de como iniciar a leitura e compreensão dos referentes do texto (40). Em todos os casos, cinco referentes competem para emergir na charge: os candidatos à prefeitura de Teresina (Firmino Filho, do PSDB; e o na época prefeito, candidato à reeleição, Elmano Férrer, do PTB); o “profeta” Luis Pereira dos Santos; “fim do mundo”; e, por fim, a “porca”, personificação de derrota política.

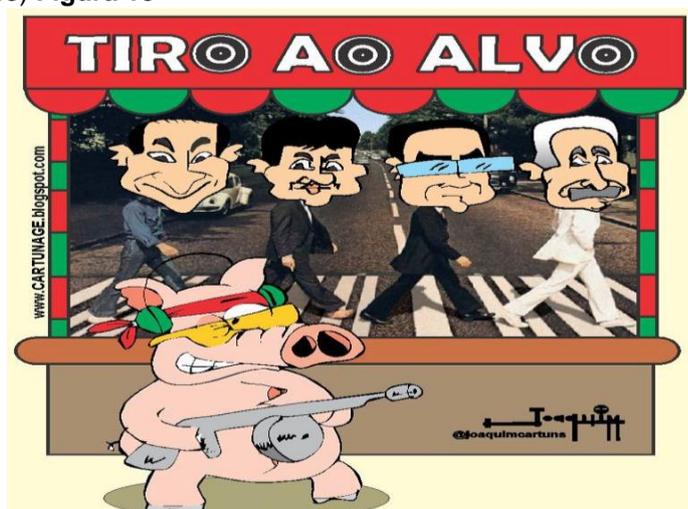
Analisando a forma como esses referentes surgem no texto, podemos dizer que nesta charge temos, além da menção referencial por meio de imagens, o uso de expressões referenciais que corroboram o sentido dos recursos visuais. Podemos apontar, como exemplo, os nomes dos candidatos nas bandeirolas que os mesmos seguram de forma desanimada.

É importante frisar que, ao mesmo tempo em que a charge tem uma natureza extremamente plástica, adaptável, apoia-se num elenco de referências estáveis, guardadas na memória coletiva do público-leitor. Dessa forma, ao ler o que está escrito nas bandeiras dos candidatos, e/ou reconhecer a caricatura de Firmino e Elmano, qualquer um desses “caminhos de leitura” introduzirão formalmente os referentes no texto.

Outra questão relacionada ao uso de múltiplas formas de linguagem é a necessidade de cumprir o mesmo papel do editorial, ou seja, emitir uma opinião sobre fatos atuais, só que de forma condensada e, por esta razão, a charge alimenta-se da notícia, dos acontecimentos sociais, e é possível que, em alguns casos, não seja compreendida sem uma explicação sobre o fato que a gerou.<sup>22</sup>

Em algumas charges coletadas no nosso *corpus*, observamos uma mescla de referências atuais, locais e globais, o que exige do interlocutor uma experiência de leitura para reconhecer essas pistas. Em (43), ilustramos essa afirmação:

(43) Figura 18



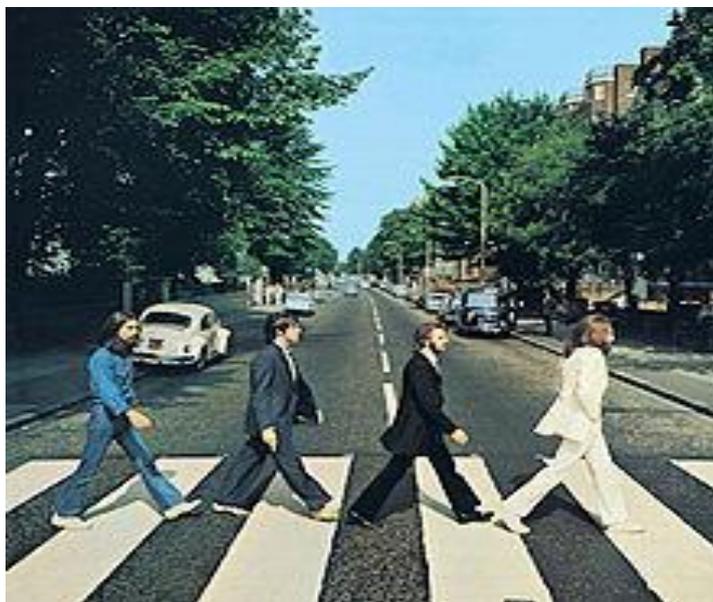
(Charge, Jornal Meio Norte, 10 de outubro de 2012, p. 2)

<sup>22</sup> Os temas de charges nem sempre são amplos. Podem estar ligados a acontecimentos específicos de uma época ou local, o que é muito frequente nas charges diárias. Quando são publicadas em jornais regionais, por exemplo, podem fazer referência a fatos que não são conhecidos por moradores de outras cidades ou Estados, o que lhes dificulta a compreensão.

No exemplo (43), temos um caso em que o enunciador seleciona elementos linguísticos e visuais que juntos corroboram a crítica, a ironia e o humor típicos do gênero charge.

Essas características foram realçadas não só pelo texto verbal, mas também pelas imagens. No texto verbal, temos as expressões referenciais “tiro” e “alvo”, enquanto que no texto não verbal temos cinco personagens, com as quais o enunciador busca ativar o conhecimento enciclopédico dos interlocutores para reconhecer ali os candidatos à prefeitura da cidade de Teresina e a “Porca”, símbolo da derrota política nas eleições. Além disso, a posição em que se encontram os candidatos revela uma marca intertextual de alusão, orientando o leitor a comparar os políticos teresinenses aos “Beatles”, pois a imagem (montada com a mescla de caricaturas e de um recorte da famosa capa de um álbum da banda britânica) é responsável pela introdução de referentes que são rebatizados de acordo com a leitura do interlocutor. A capa original do LP é a seguinte:

**Figura 19**



(Capa do LP dos Beatles, Abbey Road, da gravadora Apple Records)

Assim, o interlocutor pode ora ativar primeiramente o referente “Beatles”, ora o referente “candidatos à prefeitura de Teresina”. Em relação ao referente “porca” (certamente em razão ao período político em que as charges foram coletadas), essa imagem era recorrente nos textos, a exemplo das charges (42) e (43), que, embora

a utilizem com o mesmo propósito de “brincar” com o resultado da eleição, fazem usos diferenciados: em (42), o conhecimento ativado na charge como um todo é restrito, local; já em (43), temos o conhecimento específico dos moradores da região, somado ao conhecimento geral sobre a banda britânica “The Beatles”.

Devemos destacar também outro recurso na construção dos sentidos do texto (43). Temos a introdução referencial ativada na expressão “alvo”, que serve para, assim como em casos analisados anteriormente, engatilhar a busca pelo significado de alguns dos referentes que só depois serão confirmados. Aparentemente, o enunciador parece que remeterá a uma cena típica de parques de diversão, nos quais existem barracas de tiro ao alvo. Então, o enunciador reforça seu propósito diante do momento político vivenciado naquela época, montando uma série de “alvos” que serão abatidos pela personagem “porca”. Aí está o gatilho para uma posterior reformulação: os elementos não verbais que ativam conhecimentos prévios sobre o que acontece com quem é derrotado na política. Na linguagem do povo, “a porca come quem perde”. Claro que a data da veiculação da charge (publicada no período da campanha eleitoral) também ajuda nesse processamento textual de produção e leitura da charge, mas o que queremos enfatizar nesse caso é a importância do não verbal para a composição do texto e a reconstrução dos sentidos; além do papel fundamental do contexto para demarcar, orientar a leitura e a releitura dos referentes apresentados no texto/discurso.

Podemos dizer ainda sobre a relação entre os gêneros e os processos referenciais que alguns gêneros são reconhecidos por tentarem preservar uma objetividade, e seus enunciadores, por sua vez, elegem expressões referenciais que pretensamente ativam apenas um único significado, livre de julgamentos e opiniões, como é o caso de alguns gêneros do domínio discursivo jornalístico. Por outro lado, temos os gêneros que buscam justamente o contrário, e são reconhecidos pelo plurissignificado de suas escolhas lexicais, pela ambiguidade intencional de suas construções gramaticais e por manifestarem sempre posições, pontos de vista.

Essa relação também pode ser reconhecida em textos onde não há marcas verbais, onde a expressão referencial não é a forma escolhida para inaugurar o referente no discurso.

(44) Figura 20



(Charge, Jornal O Dia, 07 de novembro de 2012.)

Para analisar o exemplo (44), faz-se necessário acionar conhecimentos ativados exclusivamente pela imagem. Assim, primeiro reconhecemos a caricatura do candidato “Elmano Férrer”, o qual tem à frente de seu rosto uma “tesoura”, destacada com marcas, traços que indicam a intenção do enunciador. Para um leitor de outro Estado, desconhecedor da série de propagandas políticas partidárias que duelavam a favor da reeleição do candidato, e contra ela, pode ser incoerente a mensagem expressa na imagem (44). Para o leitor teresinense, alvo das constantes campanhas publicitárias do horário eleitoral gratuito, identificar o humor e o sentido dessa charge pode ser uma tarefa absolutamente fácil. Contextualizando, as campanhas políticas de Elmano Férrer popularizaram a imagem do candidato, nomeando-o como “bigode” na mensagem política “deixa o bigode”, encenada por um reconhecido humorista piauiense. Na propaganda, o cenário era chamado de “barbearia do vein”(sic) e nela era encenada uma cena típica: um homem com bigode sendo atendido pelo barbeiro. Recortamos uma imagem de uma das versões dessa propaganda para melhor compreensão:

Figura 21



(Campanha política “Deixa o bigode”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=rmpUyPXXAyU>> Acesso em: 11 de novembro de 2012.)

Em todas as versões da propaganda, o personagem bigodudo relata as obras realizadas pelo prefeito-candidato. Quando era questionado pelo barbeiro se tirava o bigode, o personagem se exaltava e replicava com a frase: “Deixa o bigode!”. Essa expressão foi bastante utilizada durante a campanha, fazendo alusão ao símbolo utilizado para representar o candidato do PTB. Notamos ainda que a imagem da tesoura pode remeter ora ao objeto utilizado pelo barbeiro da propaganda, ora aos candidatos de oposição.

Vejamos outra charge, também exclusivamente não verbal, relacionada a essa disputa política:

(45) Figura 22



(Charge, Jornal O Dia, 16 de outubro de 2012.)

Do mesmo modo das charges anteriores, o leitor precisa, na verdade, conhecer o contexto em que esses textos foram produzidos. Na época da veiculação de (45) a presidente da República, Dilma Rousseff apareceu pela primeira vez no horário eleitoral na TV em Teresina pedindo voto para o candidato do PTB à reeleição, Elmano Férrer. A fala da presidente<sup>23</sup> era bastante esperada na campanha de Elmano, na expectativa de um "efeito Dilma" e melhorar a performance eleitoral do petebista e atrair o voto dos petistas.

Mais uma vez, o contexto político determina os significados que devem ser ativados. Os referentes em (45) remetem tanto para um cenário político nacional quanto para um local. Percebe-se nas caricaturas a introdução dos referentes "presidente Dilma Rousseff" e do apresentador de TV e candidato do PSB à prefeitura de Teresina, "Beto Rego", e o atual prefeito (também candidato à prefeitura de Teresina), "Elmano Férrer". Em uma leitura superficial, o "prefeito-candidato" talvez não seja reconhecido, pois aparentemente só figuram na charge (45) dois personagens. A estratégia textual de introdução do referente "Elmano Férrer" se dá, dessa forma, com a imagem da presidente Dilma com um "inusitado bigode", reforçando a ideia, divulgada na mesma época da publicação dessa charge, de que Dilma estaria apoiando o candidato Elmano, por isso deixou o "bigode". Em contrapartida, o outro candidato, Beto Rego, surge também de forma caricatural com um "barbeador", ativando o sentido de que o rival de Elmano deseja tirá-lo, assim como se tira um bigode com um barbeador.

Novamente reforçamos que o sentido total dos textos com imagens nem sempre se efetiva, pois faltam, muitas vezes, saberes anteriores, contextos comunicativos necessários para a interação entre os interlocutores por meio dos textos. Não podemos precisar, portanto, quais referentes serão realmente ativados, uma vez que cada leitor constrói, com base em seus conhecimentos, os sentidos estrategicamente elaborados pelos enunciadores.

Aprofundando um pouco mais a análise do exemplo (45), encontramos funções textual-discursivas interessantes, operadas pelas imagens. As caricaturas

---

<sup>23</sup> "Minha amiga, meu amigo de Teresina, como vocês sabem, o Brasil hoje é um País que cresce por inteiro, de forma equilibrada em todas as regiões. Um país que se desenvolve de modo mais justo, porque temos uma boa política econômica e amplos programas sociais. Daí a importância de ter prefeitos que conheçam bem os problemas de sua cidade e queiram trabalhar junto com o governo federal. Por isso, vamos fazer Teresina avançar. Neste segundo turno, peço seu voto para Elmano", disse Dilma. (Cf. Campanha política. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=pVdON5u2jnl&list=PLJp6tLiB3lrOUPmfafBGzozwKrQwHFzGF>> Acesso em: 12 de novembro de 2012).

de “Dilma” e “Beto Rego” exercem o papel de ativar no conhecimento enciclopédico quem está sendo retratado com traços exagerados; enquanto que o desenho do “bigode” no rosto da personagem Dilma ora apresenta “Elmano Férrer”, ora encapsula todas as informações anteriores de que a presidente apoiava este candidato. Outra imagem que também tem o poder de resumir informações é o aparelho de barbear carregado pela figura de “Beto Rego”. Dentro desse contexto, a imagem representa não só “a necessidade de retirar o bigode”, literalmente, como também os esforços do candidato adversário para derrotar Elmano e retirá-lo do poder. Temos, dessa forma, introduções referenciais projetadas em imagens que apresentam, de acordo com o conhecimento do leitor, personagens políticas.

Outro gênero textual semelhante é a tirinha. Nela observamos uma tessitura mais complexa por ser composta de mais de um quadrinho.

#### 5.4 Tirinhas: o humor, a ironia e a intertextualidade em cadeia

Iniciamos esta seção lembrando a semelhança do gênero tirinha com o gênero piada. Neles, o humor é obtido por meio de estratégias textual-discursivas que criam uma expectativa e desenvolvem uma trama, encerrando-a com um desfecho inesperado. Do ponto de vista funcional, a escolha dos temas, em consonância com peculiaridades socioculturais dos interlocutores, determina o efeito de humor. Vejamos o primeiro exemplo:

(44) Figura 23



(Tirinha. In: O Dia, 19/10/2012)

A tirinha (46) remonta a uma cena facilmente reconhecida por qualquer teresinense: as altas temperaturas de Teresina tirando o "ânimo" logo no início do dia. Com traços simples e um texto curto, a sequência de ações e falas expostas no exemplo (46) confirma a comparação que fizemos entre os gêneros piada e tirinha.

Nos balões existentes no texto (46), podemos perceber a condução da narrativa para o desfecho inusitado. No primeiro quadrinho, observamos um personagem saudando com um "bom dia" a tudo o que ele vê pela frente (céu, árvore, prédio), elementos que não são apresentados sob a forma de figuras e, sim, de palavras). No segundo quadrinho, por sua vez, o personagem surge em chamas, fritando literalmente e, finalmente, no último quadrinho, o sol aparece para servir de explicação para as chamas e as cinzas (o que sobrou do personagem, caracterizado apenas pelos olhos sobre o pequeno monte de cinzas).

Temos, então, referentes introduzidos por imagens e por palavras. O personagem protagonista da narrativa é primeiramente apresentado, de forma supostamente neutra, pela imagem, enquanto que os referentes "céu", "árvore" e "prédio" são introduzidos por expressões referenciais (também supostamente neutras). Na sequência, o personagem já introduzido é retomado e transformado em cinzas, fato que é explicado no último quadrinho com a introdução de um novo referente (dessa vez por meio de expressão referencial e imagem – um recurso verbo-visual).

Chamamos a atenção para outros aspectos visuais que auxiliam nos propósitos do gênero tirinha: a marcação negritada das expressões "bom dia" e "sol". Ambas as marcas tipográficas revelam uma orientação do olhar do leitor para o argumento a ser utilizado na conclusão humorística. A ideia de que o "sol de Teresina" é tão quente ao ponto de "cremar" o personagem torna-se possível com a leitura da sequência dos quadrinhos. Temos, então, na tirinha (46) um caso de introduções referenciais por meio de recursos verbo-visuais, cuja função é orientar o ponto de vista do leitor para uma conclusão proposta pelo enunciador. Essa interação locutor-cotexto-leitor só foi possível graças aos conhecimentos compartilhados, ativados no processamento textual.

Vejamos outro exemplo de tirinha em (47):

(47) Figura 24



O dia, 30 de março de 2012.

Semelhante ao exemplo anterior, na tirinha (47) o enunciador recorre a recursos verbo-visuais (típicos desse gênero textual) para atingir seu propósito de arrancar o riso do leitor. Mesmo sendo publicada em um jornal local, e diferente do tema da tirinha anterior, (47), o assunto abordado no texto (47) é mais amplo e requer um conhecimento não regional e sim, nacional, divulgado na época em que a tirinha foi publicada. Descrevendo as cenas dos quadrinhos, temos no primeiro quadro um personagem protagonista lendo um jornal e surpreso com a morte de Chico Anysio<sup>24</sup>. No segundo quadro, dando continuidade à leitura das notícias do jornal, vemos o personagem citando a morte de Millôr Fernandes<sup>25</sup>. E, por fim, no último quadrinho, surge outro personagem, com uma roupa escura e uma foice na mão, perguntando ao protagonista sobre sua profissão. Eis que imediatamente surge a resposta para a interrogação: “pedreiro!”. A fala no último balão não é coerente com a imagem revelada. Essa divergência tem como consequência o humor do texto, pois com ela o leitor chega ao desfecho da tirinha e percebe a relação entre todos os quadrinhos. Em uma sequência engenhosamente articulada, o autor trama uma narrativa para relacionar todas as informações apresentadas a partir dos recursos verbo-visuais.

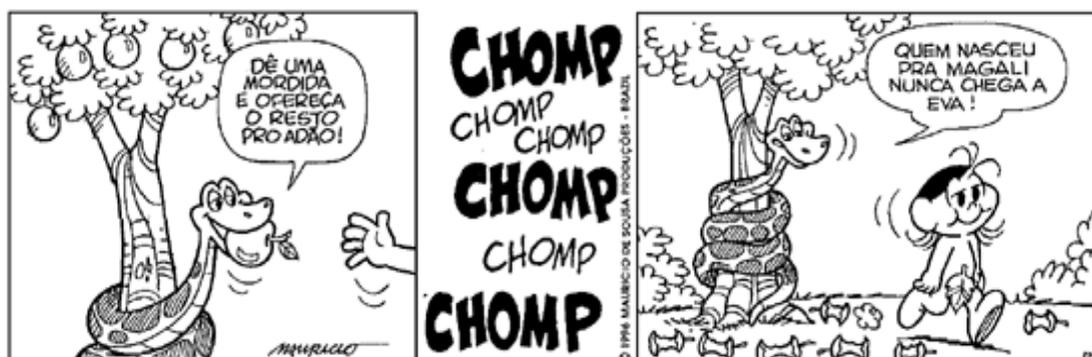
<sup>24</sup>Foi um humorista, ator, diretor, escritor, radialista e roteirista brasileiro. Notório por seus inúmeros quadros e programas humorísticos na Rede Globo, emissora onde trabalhou por mais de 40 anos, Chico Anysio faleceu no dia 23 de março de 2012 aos 80 anos.

<sup>25</sup> Millôr Fernandes foi um desenhista, humorista, dramaturgo, escritor, tradutor e jornalista brasileiro. Em seus trabalhos, costumava valer-se do humor para criticar o poder, sendo em consequência confrontado constantemente pela censura. Dono de um estilo singular, era visto como o maior cartunista brasileiro. Millôr morreu no dia 27 de março de 2012 aos 87 anos.

Retomando a análise da tira (47), notamos a personificação da morte no terceiro quadro (com a imagem de uma figura tenebrosa, popularmente conhecida, carregando uma foice). Antes, porém, o primeiro referente (o personagem anônimo e protagonista) é apresentado também por meio de uma imagem. Os outros referentes (Chico Anysio e Millôr Fernandes) são ativados por meio de expressões aparentemente neutras no primeiro e no segundo quadrinho, respectivamente. O leitor deve perceber, na sequência da leitura dos quadrinhos (da esquerda para a direita), a ligação entre os referentes, cuja consequência é a revelação sobre quem realmente é o personagem protagonista: um palhaço que se fingiu de pedreiro para escapar da morte, visto que ela havia levado consigo dois grandes nomes do humor brasileiro.

O exemplo que apresentaremos a seguir representa a utilização da intertextualidade como elemento fundamental para a compreensão do texto. Vejamos:

(48) Figura 25



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

7146

(Jornal Meio Norte, 08 de outubro de 2012, p. 11)

Sabemos que a expressão referencial é ainda a forma mais considerada nas análises dos processos referenciais, mas no exemplo (48), assim como em textos anteriormente analisados, o somatório das palavras e das imagens deve ser levado em conta no momento de descrever como acontece o processamento do texto. Destacamos, nessa tirinha, várias marcas intertextuais que cooperam para a construção dos sentidos da tirinha.

No primeiro quadro, observamos a imagem de uma serpente enrolada em uma árvore, oferecendo um fruto a outra personagem introduzida apenas em parte,

com a imagem de um braço. A serpente fala para a outra personagem: “Dê uma mordida e ofereça o resto pro Adão!”, apontando, assim, para outro referente que confirma a intertextualidade marcada no primeiro quadro. Trata-se de uma intertextualidade por alusão a outro texto bíblico<sup>26</sup> muito conhecido, no qual Adão e Eva comem o fruto proibido, incentivados pela serpente, e como consequência pela desobediência, são expulsos do Jardim do Éden.

No segundo quadrinho, não há nada além de onomatopeias representando o ato de morder/comer o fruto, só que são tantas as mordidas que nos provocam uma curiosidade em saber quem o devora com tanta vontade. E por fim, no terceiro quadrinho, acontece o momento epifânico da tirinha, gerando o humor: a pessoa com quem a serpente conversava é na verdade “Magali”, personagem de Maurício de Sousa, conhecida por ser gulosa e estar sempre pensando em comida. Essa revelação agrega-se ao cenário do último quadrinho em que Magali aparece caracterizada como “Eva”, companheira de Adão. A metamorfose é justificada pela “folha” que representa a roupa de Eva, e essa transformação é negada pela serpente no balão do último quadrinho, no qual ela diz: “Quem nasceu pra Magali nunca chega a Eva!”.

Constatamos neste último enunciado outra marca intertextual, classificada por Cavalcante (2012) como um tipo de paródia, mais especificamente um *détournement*. Esse recurso linguístico usado na tirinha reforça a intenção de Maurício de Sousa ao gerar o desfecho inesperado da tirinha. Maurício altera o texto-fonte, um ditado popular<sup>27</sup>, dando a ele novo sentido e associando seu conteúdo ao tema da tirinha.

Recapitulando, os referentes introduzidos no exemplo (48) são: a serpente, a árvore, o fruto, Adão e Magali. Estes objetos foram inaugurados no texto por meio de imagens e palavras que ajudaram a constituir marcas intertextuais. Em relação às funções encontradas nas introduções referenciais podemos destacar a apresentação

---

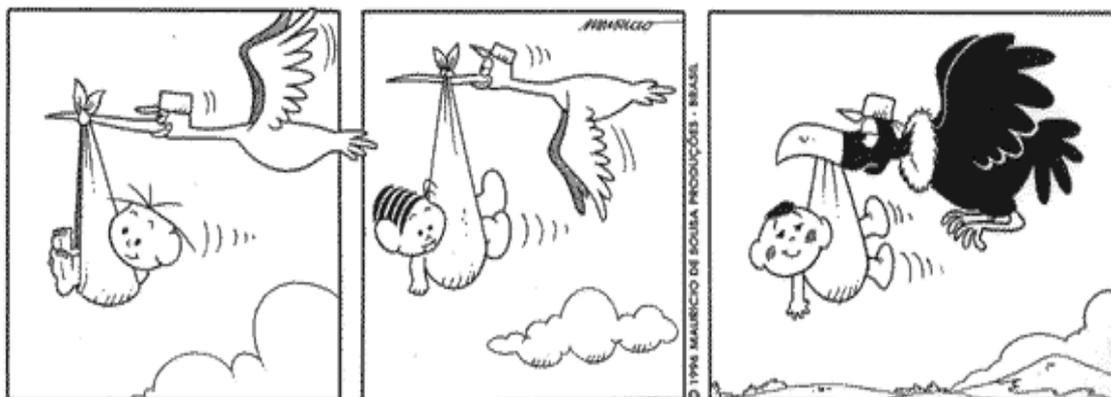
<sup>26</sup> “Ora, a serpente era mais astuta que todas as alimárias do campo que o SENHOR Deus tinha feito. E esta disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda a árvore do jardim? E disse a mulher à serpente: Do fruto das árvores do jardim comeremos, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis para que não morrais. Então a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis. Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal. E viu a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento; tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela”. (Cf. Gênesis 3:1-6)

<sup>27</sup> O ditado popular que pode ser acessado na fala da serpente é “Quem nasceu para burro nunca chega a cavalo”.

de referentes e o monitoramento da memória compartilhada, ativando outros textos além do cotexto.

Aliás, o conhecimento enciclopédico parece-nos peça-chave em todos os casos analisados. Na tirinha a seguir, diferente das anteriores, os saberes acumulados na memória dos leitores é fundamental para a coerência do texto.

(49) Figura 26



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

(Jornal Meio Norte, 07 de outubro de 2012, p. 11)

Em (49), temos um exemplo de tirinha desprovido de elementos verbais, e ainda assim é considerado texto. Como analisar? É preciso, dessa forma, assumir uma noção de texto que contemple não só a materialidade linguística e cotextual. Para a leitura e compreensão de uma tirinha como (49), o leitor deve ativar conhecimentos anteriores (enciclopédicos e interacionais) que, juntos, numa relação intertextual, construirão os referentes e o sentido do texto. Nesse caso específico, temos uma cena bastante conhecida no senso comum que nos diz como as crianças nascem. A imagem de bebês carregados por cegonhas nos ajuda a fazer essa interpretação. Temos, em (49), dois elementos que cooperam para a formulação dos referentes “Cebolinha”, “Mônica”, “Cascão”, “cegonha”, urubu”, “sujeira” e “nascimento”. Não podemos afirmar que todos os leitores reconhecerão todos esses referentes, isso depende, como já dissemos, da ativação de conhecimentos enciclopédicos acumulados pela leitura das histórias de Maurício de Sousa, criador da Turma da Mônica. Mas, para um leitor que detém esses conhecimentos, reconstruir os sentidos será tarefa fácil, mesmo na ausência de qualquer palavra no texto.

O que queremos destacar é que, em (49), além da imagem, e por meio dela, temos o recurso intertextual utilizado como estratégia formal de introdução do referente. São, portanto, dois elementos relacionados na tarefa de apresentação dos referentes. Na tirinha (49), o leitor não só deve reconhecer nas imagens quem são as personagens e em que situação elas estão inseridas (bebês levados pela cegonha para os seus pais), mas também compreender o humor da tirinha. Esse humor se revela na presença de um urubu, no último quadrinho, em vez de uma cegonha, carregando uma criança. E, como não se trata de qualquer criança, e sim do personagem “Cascão” (conhecido por não tomar banho), a associação dele com o “urubu” é, além de aceita pelo leitor, motivo de riso.

Quanto à função dessas introduções referenciais, notamos que, além de apresentar o referente de maneira aparentemente neutra, as formas utilizadas revelaram-se também como “guias” para o desfecho inesperado, típico das tirinhas. A leitura das imagens em sequência favorece esse resultado inusitado e coerente.

Enumeramos, a seguir, as formas e funções do processo de introdução referencial, relacionadas em cada gênero textual analisado.

## 5.5 Síntese dos resultados

Com o objetivo de organizar melhor as observações feitas na nossa análise, relacionaremos a seguir cada gênero textual e as formas e funções utilizadas. Lembramos que não encerramos todas as possibilidades de ocorrências possíveis, até porque o universo textual de gêneros é bastante amplo e o fenômeno referencial, conforme constatamos, atende aos propósitos de cada texto em que aparece.

Primeiramente, observamos nas notas jornalísticas algumas funções relacionadas ao humor e ao tom crítico desse gênero jornalístico. Nos textos analisados, é evidente a *inauguração de referentes*, como função primária das introduções referenciais. Porém, destacamos as operações textuais de ativação do conhecimento enciclopédico do interlocutor e, muitas vezes, a *orientação do ponto de vista*, desde o título até o final da leitura. Para conseguir guiar o leitor, muitas vezes o enunciador força o leitor a *buscar em sua memória* outros textos, junto com outras informações guardadas no seu conhecimento de mundo. Conforme o enunciador noticia o fato, ele seleciona expressões e imagens que atendem ao objetivo de convencer o leitor sobre um argumento em relação a pessoas (políticos,

celebridades, etc) ou eventos. Para tanto, utilizam-se de formas verbais e/ou não verbais típicas dos gêneros jornalísticos.

Entre as formas mais recorrentes para inaugurar, orientar e recategorizar os referentes no gênero nota jornalística, identificamos dentre as formas verbais as expressões referenciais formadas por *sintagmas nominais*, além de *marcas tipográficas* envolvidas no processamento referencial (traços, negritos, símbolos) e *marcas intertextuais*; enquanto no grupo das formas não verbais, identificamos *imagens ilustrativas* (fotografias) propositalmente selecionadas para confirmar o objetivo do fato “noticiado”. O conjunto formado por todos esses recursos, orquestrado pelo enunciador, resulta no funcionamento do gênero textual nota jornalística, no qual se espera além da informação o ponto de vista do jornalista.

Outro gênero textual que opina sobre os fatos noticiados no jornal é o editorial, e aqui observamos, assim como na nota jornalística, formas e funções adequadas a esse propósito comunicativo. Dessa maneira, para introduzir referentes, o editorialista seleciona recursos formais exclusivamente verbais que podem surgir concomitantemente: *sintagmas nominais*, *expressões marcadas por intertextualidade* e *expressões recategorizadoras*. Não encontramos elementos não verbais, apesar de acreditarmos na possibilidade de que estes sejam identificados em outros exemplares desse gênero. Em relação às funções exercidas pelas formas nele encontradas, reconhecemos, além da *apresentação de referentes* e da *orientação do ponto de vista* do leitor – funções estas facilmente relacionadas à natureza opinativa do texto -, o *encapsulamento* de informações. Tal recurso antecipa, muitas vezes no próprio título do editorial, o conteúdo previamente manipulado para conduzir o leitor a uma confirmação da tese sustentada pelo jornalista ao longo do texto.

No grupo das charges analisadas, identificamos elementos verbo-visuais típicos do gênero textual. Dois tipos de charge foram coletadas no *corpus*: as compostas por palavras e imagens e as elaboradas exclusivamente por imagens. No primeiro tipo, as *expressões referenciais*, o *intertexto* marcado nos enunciados e/ou nas imagens e as marcas tipográficas contribuíram para atender ao propósito de gerar o humor e criticar o cenário político vivido na época da publicação dos textos. Já no segundo grupo, o fato de só haver imagens chamou a atenção para a capacidade de síntese das charges, nas quais o chargista seleciona elementos não verbais para fazer o leitor compreender o dito e o não dito no texto. Nesse grupo, as

marcas intertextuais e a menção por meio de desenhos com traços exagerados funcionaram como gatilho para a *busca de conhecimentos prévios e de outros textos conhecidos*, na memória do leitor. Com essas operações, as formas de inauguração dos referentes *orientaram o ponto de vista* sobre o tema escolhido pelo chargista.

Nas tirinhas, último gênero analisado, semelhante ao que foi identificado nas charges, reconhecemos as mesmas formas e funções, e, embora o propósito dos textos coletados seja o humor satírico, o alvo não foi, desta vez, a política e, sim, episódios vividos no cotidiano dos leitores.

Com essa constatação, finalizamos as análises de nosso *corpus*. Julgamos ter contribuído para ampliar o olhar sobre o processo de introdução dos referentes no texto/discurso, descrevendo as formas e funções encontradas nos gêneros: nota jornalística, editorial, charge e tirinha. Tentamos seguir a metodologia proposta em nossa pesquisa, para dar mais credibilidade aos resultados expostos.

Sugerimos que pesquisas invistam nas constatações a que chegamos até o momento, a fim de testar estes resultados em gêneros textuais diferentes dos que analisamos, propondo novas formas e funções, as quais não foram devidamente contempladas na presente investigação. Cientes da complexidade envolvida na construção de sentidos, reconhecemos os limites da análise realizada, mas consideramos relevantes, para os estudos em referência, as reflexões sobre as formas de introdução de referentes, sobre as funções que elas desempenham em diferentes gêneros e sobre as explicações contextuais, sociocognitivo-discursivas, que precisam ser levadas em conta na interpretação de qualquer texto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A generalização e a superficialidade com que era definida a introdução dos referentes no texto inquietava-nos todas as vezes em que nos deparávamos com as pesquisas realizadas sobre os processos referenciais em gêneros textuais diversos. Acreditávamos ser possível encontrar formas e funções mais específicas para a inauguração dos objetos de discurso, não resumindo o conceito deste processo à simples característica de ser responsável pela primeira “aparição” do referente no texto, por meio de uma expressão referencial. Foi isso que nos motivou a aprofundar o olhar sobre esses aspectos.

Para a realização desta pesquisa, desde o início dos primeiros questionamentos motivadores de sua escrita, pensamos em uma organização textual que abordasse as teorias mais clássicas e as mais atuais sobre Referenciação, especialmente sobre o processo de introdução referencial. Poderíamos ter focalizado apenas nesse assunto, mas acreditamos ser mais coerente iniciar com um levantamento dos principais conceitos de texto, elegendo o mais adequado para nossa tese: aquele que reforçaria as explicações teóricas da nossa análise.

Definido o conceito de texto, traçamos um panorama sobre outros elementos fundamentais, envolvidos na construção dos sentidos. Tratamos, então, da intertextualidade e da multimodalidade, pois, conforme constatamos, são esses os fenômenos envolvidos na constituição de alguns dos textos coletados no *corpus* deste trabalho. Apresentamos, também, de forma breve, alguns conceitos sobre gêneros textuais e gêneros jornalísticos, especialmente os conceitos dados para o editorial, a nota jornalística, a charge e a tirinha. Não nos interessou aqui aprofundar a caracterização de cada gênero, mas julgamos ser necessário defini-los para posteriormente relacionar os dados obtidos na análise a esses conceitos.

Em seguida, elencamos os principais teóricos sobre o tema da Referenciação e as propostas classificatórias utilizadas para a análise dos processos referenciais. Apresentamos as atuais tendências de estudos sobre o tema e nos incluímos entre os pesquisadores que defendem um olhar mais atento sobre todos os aspectos envolvidos na malha textual, identificando e descrevendo todos os elementos verbais e não verbais reunidos na composição dos gêneros textuais.

Nossa pesquisa nunca pretendeu abandonar os estudos já realizados sobre o fenômeno da introdução referencial. Procuramos, na verdade, seguir o caminho já trilhado e alargá-lo, propondo categorias de análise e permitindo, dessa forma, uma visão mais detalhada sobre os papéis e as formas assumidas por esse processo referencial.

Nesse sentido, temos que, nas análises, confirmamos a dinamicidade e a natureza sociocognitiva desse fenômeno, assim como já postulado por Mondada e Dubois (2003). Também constatamos a negociação e a reelaboração dos objetos de discurso, considerando que a interação envolve tanto o enunciador quanto o leitor dos textos. Identificamos de que modo eles participam do jogo de produção dos sentidos, utilizando-se de diversos recursos disponíveis. Podemos afirmar, dessa forma, que o estudo aqui realizado vai além das pesquisas de referenciação, uma vez que relacionamos os propósitos de cada gênero textual analisado a estratégias textual-discursivas, ativadas na utilização de elementos verbais e/ou visuais.

Para atingirmos nosso objetivo, decidimos caracterizar a primeira “aparição” dos referentes no texto/discurso com base nos seguintes aspectos: em relação à forma, dentre as quais encontramos expressões referenciais aparentemente neutras, ou seja, sem marcas mais explicitamente avaliativas; apresentação de referentes por imagens; palavras e/ou imagens com marcas intertextuais; e introduções referenciais recategorizadoras.

Em relação à função, encontramos o papel já esperado de inauguração dos referentes no texto/discurso; a orientação do ponto de vista desde o título e ao longo do texto; o encapsulamento de porções textuais e o “estranhamento” inicial sobre o referente, fazendo o leitor buscar, durante a leitura, a confirmação de quem é o objeto citado nas palavras e/ou imagens utilizadas no gênero textual.

O fato de termos incluído aspectos não verbais como elementos constitutivos da elaboração dos referentes não quer dizer que rebaixamos o valor do conteúdo linguístico. Tanto nas notas, nos editoriais, quanto nas charges e nas tirinhas, percebemos que o verbal é fundamental para a concretização dos processos interpretativos. Conforme expusemos, é evidente que a significação construída em torno dos referentes selecionados vai além das expressões usadas para designá-los. Essa representação é muito mais total do que pontual; é consequência de uma leitura global do texto. Isso confirma a ideia de que o empenho pela busca dos

sentidos só é possível a partir da ativação de diversos elementos, verbais e não verbais. Essa constatação nos insere nas pesquisas atuais sobre Referenciação.

Nesta tese, aprofundamos a ideia timidamente iniciada por outras pesquisas que propõem uma concepção de introdução referencial “recategorizadora”. Notamos que essa forma de inaugurar o referente tem papel fundamental, principalmente nos gêneros cuja natureza opinativa é esperada. Esse aspecto formal de “rebatizamento” do objeto do discurso já em sua primeira aparição tem por função enfatizar certa característica do referente para orientar o leitor durante a argumentação construída ao longo do texto. Assim, por mais que alguns interlocutores não percebam a recategorização à primeira vista, notarão a avaliação do enunciador no final (ou mesmo durante) a leitura do texto.

Creemos, dessa maneira, que a descrição do uso de introduções referenciais em gêneros diferentes nos permitiu traçar uma investigação mais abrangente, evidenciando mais fortemente a importância dos fundamentos reunidos para a execução da análise. Avançamos, assim, de modo coerente ao propósito das pesquisas de Linguística textual, cujo objeto maior de investigação é o texto em sua totalidade, e não apenas em sua porção verbal.

Como contribuição mais específica para as propostas de classificação dos processos referenciais, julgamos que a descrição do fenômeno por nós escolhido valoriza e amplia o olhar sobre a gênese da cadeia referencial, especialmente no que diz respeito ao seu caráter não linear.

Uma das críticas possíveis a essa contribuição é o reconhecimento da presença de recategorizações logo na primeira aparição do referente. Essa ideia provoca uma discussão sobre a definição do que hoje se entende por recategorizar. Lembramos, porém, que cabe ao interlocutor perceber esse procedimento durante a compreensão do texto para observar a possibilidade de o enunciador ter realizado uma seleção de características dos referentes, com o propósito de guiar o leitor para uma avaliação previamente delimitada. A única diferença entre o que propomos aqui e o que já é considerado em outras pesquisas é a confirmação da não exclusividade das anáforas em relação ao ato de reformular o objeto do discurso.

Outro questionamento diz respeito ao papel “encapsulador” de algumas introduções referenciais encontradas em nossa análise. Essa função nos faz assumir uma configuração diferente do padrão postulado nas propostas classificatórias, cujo conceito de encapsulamento considera apenas a sua presença

em expressões anafóricas. Propomos um redimensionamento desse processo referencial. Para nós, condensar informações não é característica apenas das anáforas. É possível verificar, em expressões e imagens, uma inauguração de referentes por meio de um resumo do conteúdo total ou parcial do texto.

Deste modo, nossa tese buscou avançar no que diz respeito às relações entre formas e funções dos recursos utilizados nas introduções referenciais e o contexto de produção dos gêneros textuais. Assim, nos aliamos a um dos propósitos maiores do grupo Protexito: o de promover uma reflexão mais aprofundada dos processos de referenciação, o que demanda uma insistente rediscussão do que vem a ser o objeto texto e como se efetivam as estratégias de produção e compreensão dos sentidos. No mais, deixamos abertos caminhos para novos estudos que queiram admitir um outro olhar sobre o fenômeno da introdução referencial, a fim de que se aprofundem as análises aqui iniciadas.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, A. T. **A charge**. São Paulo: ECA/USP, 1993.

ALVES FILHO, F. V. **Construção de objetos de discurso**: considerações em casos em que o referente é um ator da vida social. *Investigações* (UFPE. Impresso), v. 24, p. 135-156, 2011.

ANDRADE, M. M.; MEDEIROS, J. B. **Comunicação em Língua Portuguesa**: para os cursos de Jornalismo, Propaganda e Letras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et strategies de designation. Tradução (inédita) Mônica Magalhães Cavalcante. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, Marie.-José. (Org.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours**. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995, p. 227-271.

\_\_\_\_\_. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**, nº 3, p.363-97, mar. 1999.

ARAÚJO, C. R. **Editorial: um gênero textual?** 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <<<http://www3.unisul.br>>>. Acesso em: 25 de jan. 2013.

ARIEL, M. Accessibility theory: an overview. In: SANDERS T; SCHILPEROORD, J.; SPOOREN, W. (eds) **Text representation**: linguistics and psycholinguistics aspects. Amsterdam/Philadelphia:Benjamins, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.,1990.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BEAUGRANDE, R.- A. de. **New foundations for a science of text and discourse**: cognition,communication,and the freedom of access to knowledge and society. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

\_\_\_\_\_. DRESSLER, W. U. **Introduction to text linguistics**. Londres e Nova York: Longman, 1981.

BENTES, A. C., RAMOS, P. e ALVES FILHO, F. Enfrentando desafios no campo de estudos do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e Análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, p. 389-428.

BROWN, G. e YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press. 1983.

CAVALCANTE, M. M. e CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do Gelne**, v. 12, n. 2, 2010, p. 56-71.

\_\_\_\_\_. **Expressões indiciais em contextos de uso**: por uma caracterização dos dêiticos discursivos. 2000. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

\_\_\_\_\_. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: UFC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Expressões referenciais: uma proposta classificatória**. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: UNICAMP. 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do texto**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Processos de referenciação: uma revisão classificatória**. Comunicação apresentada no XIX ENANPOLL. Alagoas: UFAL, 2004.

\_\_\_\_\_. **Referenciação e uso**. In: VI Congresso Internacional da ABRALIN, 2009, João Pessoa. VI Congresso Internacional da ABRALIN. João Pessoa: Ideia, 2009.

\_\_\_\_\_; COSTA, M. H. A. **Cognição e função referencial**. Em: III Conferência Linguística e Cognição, 2006, Campinas. III Conferência Linguística e Cognição. Campinas: IEL-Unicamp, v. 1, p. 22-22, 2006.

\_\_\_\_\_; KOCH, I. G. V.. A acessibilidade de referentes no discurso. In: CAVALCANTE, M. M. et al.. (Org.) **Texto e discurso sob múltiplos olhares**. v. 2: referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 74-103.

CITELLI, A. O. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2004.

CIULLA e SILVA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 201p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CIULLA, A. **A referenciação anafórica e dêitica** – com atenção especial para os dêiticos discursivos. 90 p. Dissertação de Mestrado em Linguística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2002.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão**. 214p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 2011. 331p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DIJK, T. A. V. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DIONÍSIO, Â. P. 2005a. Gêneros multimodais e multiletramento. In: A. Mário Karwoski, Beatriz Gaydeczka e K. Siebeneicher Brito (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê. p. 159-177.

DUCROT, O. Referente. In: **Enciclopedia Einaudi: linguagem e enunciação**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 2, 1984. p. 418-438.

\_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 2. ed. Harlow: Pearson Education Ltd., 2001.

FLÔRES, O. **A leitura da charge**. Canoas: ULBRA, 2002.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191 -228.

GRUDZINSKI, S. C. **Crítérios Jornalísticos de Noticiabilidade Presentes na Rotina Produtiva Charge**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2009.

JAGUARIBE, V. M. F. **A recategorização no texto literário: as negociações discursivas em poemas**. /Projeto de tese/ - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

JUBRAN, C. C. A. S. **O discurso como objeto de discurso em expressões nominais anafóricas**. Caderno de estudos linguísticos. Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A.C. (Org.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 219- 241.

KATO, M. **No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN A. B. MORAES, Sílvia E. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I.V.;MORATO, Edwirges Maria; BENTES, Anna Christina. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

\_\_\_\_\_. BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_ & ELIAS , Vanda Maria. **Ler e escrever. Estratégias de produção textual**. São Paulo: Editora Contexto. 2009.

KRESS,G. **Reading images:multimodality, representation and new media**. Conference: Preparing for the future of Knowledge presentation.III Expert Forum for Knowledge Presentation. 2004. Disponível em: <http://www.knowledgepresentation.org/BuildingTheFuture/Kress2/Kress2.html>. Acessado em junho de 2006.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LIMA, S. M. C. de. **Entre domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização**. 204.p Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. Recategorização metafórica e humor: uma proposta classificatória. CAVALCANTE, M. M. et al (Org.) **Texto e Discurso sob múltiplos olhares – referenciação e outros domínios discursivos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 75-104.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. (trad. de Freda Indursky). Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª ed. 1997.

**MANUAL da Redação: Folha de S.Paulo**. São Paulo: Publifolha, 1998.

MARCUSCHI, L. A. . As repetições oracionais com função de contraste. **Letras & Letras - Revista** do Departamento de Letras de Uberlândia, Uberlândia, v. 8, p. 7-19, 1993.

\_\_\_\_\_. A Presença da Repetição na Fala e Algumas Perspectivas de Tratamento. **Investigações** (Recife), Recife, v. 2, p. 31-48, 1992.

\_\_\_\_\_. Anáfora indireta : o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore G.V.; MORATO, E. M.M.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p.53-101).

\_\_\_\_\_. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

\_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.

MARINGONI, G. **Humor da charge política no jornal**. Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna, 1996.

MARTINS, M. H. **O que é leitura?** 19. ed. São Paulo. Brasiliense, 1994.

MELO, C. L. M. T. S. de. **Anáfora indireta esquemática pronominal**: uma anáfora coletiva genérica e coletiva restritiva, 2001. Recife, 143p. Dissertação /Mestrado em Linguística/ - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. São Paulo: Mantiqueira, 1994.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

\_\_\_\_\_. **Le rôle constitutif de l'organisation discursive et interactionnelle dans la construction du savoir scientifique**. Romanisches Seminar, Basel Universität, 2004. Disponível em: <http://www.mcxapc.org/docs/ateliers/ea3mcx.htm>.

NERY, J. E. **Charge e caricatura na construção de imagens públicas**. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

PIÉGAY-GROS, N. **Introduction à l'intertextualité**. Paris: Dunod, 1996.

PINTO, R. B. W. S. **A heterogeneidade constitutiva do ethos no editorial português**. Calidoscópio, São Leopoldo, p. 25-32, 2004.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial. 2003.

RAMOS, P. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Faces do humor**: uma aproximação entre tiras e piadas. Campinas, SP: Zarabatana, 2011.

SANT'ANNA, A. R. **Paródia, paráfrase & Cia**. São Paulo: Ática, 1985.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. (Tradução: de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix. 2000.

SILVA, F. O. **Processos de referenciação no gênero notícia**. 103p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 194p.

SOUZA, M. M. de. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006 .

TAVARES, D. P. F. **Processos de recategorização**: uma proposta classificatória. 157p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

ZERO HORA. **Manual de ética, redação e estilo**. Porto Alegre: L&PM, 1994.